



ANAIIS
DA SEMANA DOS
MUSEUS
DA UFPEL

2022

VOLUME 6



PR
Pro-Reitoria de
EC
Extensão e Cultura





ANAIS DA SEMANA DOS MUSEUS DA UFPEL



2023

VOLUME 6

E-ISSN – 2674-6298

Noris Mara Pacheco Martins Leal
Eleonora Campos da Motta Santos
Isadora Costa Oliveira

Organizadoras

Edição: Noris Mara P M Leal e Marco Aurélio da Cruz Souza

Diagramação e Capa: Roberta Locateli

Foto de capa: Fotografia aérea da Praça Cel. Pedro Osório, Centro Histórico da cidade de Pelotas/RS. De autoria de Felipe Argiles Silveira. A praça que já foi denominada de Campo, Praça do Teatro, Praça da Regeneração, Praça do Redondo, Praça Dom Pedro II e Praça da República. O nome atual foi dado em 1931, em homenagem ao Coronel Pedro Luís da Rocha Osório, falecido naquele ano. Faz parte do conjunto arquitetônico pelotense, que em 2018 foi reconhecido como patrimônio cultural nacional. No seu entorno estão situados os museus da UFPEL: Museu do Doce, Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter e Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo.

EXPEDIENTE

Gestão 2021 - 2024

Reitora:

Isabela Fernandes Andrade

Vice-Reitora:

Ursula Rosa da Silva

Chefe de Gabinete:

Aline Ribeiro Paliga

Pró-Reitora de Ensino:

Maria de Fátima Cóssio

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:

Flávio Fernando Demarco

Pró-Reitor de Extensão e Cultura:

Eraldo dos Santos Pinheiro

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento:

Paulo Roberto Ferreira Júnior

Pró-Reitor Administrativo:

Ricardo Hartlebem Peter

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis:

Rosane Maria dos Santos Brandão

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas:

Taís Ullrich Fonseca

EXPEDIENTE PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA DA UFPEL

Pró-Reitor de Extensão e Cultura:

Eraldo dos Santos Pinheiro

Assessoria / Secretaria

Nádia Najara Kruger Alves - assessora

Coordenação de Arte, Cultura e Patrimônio

Eleonora Campos da Motta Santos - coordenadora

Coordenação de Extensão e Desenvolvimento Social

Ana Carolina Oliveira Nogueira - coordenadora

Coordenação de Saúde e Educação

Gustavo Dias Ferreira - coordenador

Núcleo de Apoio a Projetos de Extensão

Mateus Schmeckel Mota - chefe

Seção de Divulgação da Extensão

Marco Aurélio da Cruz Souza - chefe

Silvia Carla Bauer Barcellos

Seção de Mapeamento e Inventário

Cátia Fernandes de Carvalho - chefe

Daniela da Silva Pieper

Seção de Registro e Acompanhamento

Cátia Aparecida Leite da Silva – chefe

Leticia Silva Dutra Zimmermann

Raquel Silveira Rita Dias

Terena Souza da Silva

Colaboradores

Jerri Teixeira Zanusso

Leandro Ernesto Maia

EXPEDIENTE REDE DE MUSEUS

Coordenadora da Rede de Museus

Eleonora Campos da Motta Santos

Comissão Executiva

Annelise Costa Montone

Andréa Lacerda Bachetini

Noris Mara Pacheco Martins Leal

Seção de Mapeamento e Inventário em Extensão (PREC)

Cátia Fernandes Carvalho

Conselho Consultivo Rede de Museus (Portaria nº 1709 de 19/08/2022)

Coordenação de Arte, Cultura e Patrimônio (PREC)

Eleonora Campos da Motta Santos (presidente)

Curso de Museologia (ICH)

Titular: Sarah Maggitti Silva

Suplente: Carla Rodrigues Gastaud

Curso de Bacharelado em Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis (ICH)

Titular: Andréa Lacerda Bachetini

Suplente: Daniele Baltz da Fonseca

Servidor técnico-administrativo Técnico em Restauração

Titular: Keli Cristina Scolari

Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter (IB)

Titular: Cristiano Agra Iserhard

Suplente: Carolina Silveira Regis

Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo – MALG (CA)

Titular: Lauer Alves Nunes dos Santos

Suplente: Clovis Vergara de Almeida Martins Costa

Museu do Doce da UFPel (ICH)

Titular: Roberto Heiden

Suplente: Gilberto Luís da Silva Carvalho

Museu Arqueológico e Antropológico – MUARAN (ICH)

Titular: Pedro Luís Machado Sanches

Suplente: Mariana Brauner Lobato

Planetário da UFPel (IFM)

Titular: Virgínia Mello Alves

Suplente: Maurício Pinto da Silva

HERBÁRIO PEL (IB)

Titular: Caroline Scherer

Suplente: Raquel Lüdtke

Projeto de Extensão “Museu da Colônia Francesa” (ICH)

Titular: Eliana Menezes de Souza

Projeto de Extensão “Museu Etnográfico da Colônia Maciel” (ICH)

Titular: Fábio Vergara Cerqueira

Projeto de Extensão “Museu Grupelli” (ICH)

Titular: Diego Lemos Ribeiro

Suplente: Chayane Lise Fernandes de Souza

Projeto de Extensão “Museu Histórico do Morro Redondo” (ICH)

Titular: Carlos Eduardo Ávila Bauer

Suplente: Andrea da Cunha Messias

Centro de Memória e Pesquisa História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros Escolares – HISALES (FAE)

Titular: Chris de Azevedo Ramil

Suplente: Vania Grim Thies

Discoteca L. C. Vinholes (CA)

Titular: Eduardo Montagna da Silveira

Suplente: Werner Ewald

Museu das Coisas Banais (ICH)

Titular: Juliane Conceição Primon Serres

Suplente: Joana Schneider

Museu Afro-Brasil-Sul – MABSul (CA)

Titular: Rosemar Gomes Lemos

Suplente: Jocelem Mariza Soares Fernandes

Museu Diários do Isolamento – MuDI (ICH)

Titular: Daniel Maurício Viana de Souza

Suplente: Noris Mara Pacheco Martins Lea

Fototeca Memória da UFPel (ICH)

Titular: Silvana da Silva Bojanoski

Suplente: Jossana Peil Coelho

Museu das Telecomunicações (ICH)

Titular: Annelise Costa Montone

Suplente: Karen Velleda Caldas

**Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia – LEPAARQ
(ICH)**

Titular: Rafael Guedes Milheira

Luciana da Silva Peixoto

Suplente: Gustavo Peretti Wagner

Memorial do Anglo (PREC)

Titular: Eleonora Campos da Motta Santos

Suplente: Daniela da Silva Pieper

Núcleo de Documentação Histórica Professora Beatriz Loner (ICH)

Titular: Aristeu Elisandro Machado Lopes

Suplente: Lorena Almeida Gill

Acervo do Choro de Pelotas (CA)

Titular: Rafael Henrique Soares Velloso

Suplente: Raul Costa d'Avila

Museu Virtual do Judô (ESEF)

Titular: Eduardo Merino

Suplente: Michael Marroni Pires

EXPEDIENTE SEMANA DOS MUSEUS 2022

14º Fórum Estadual de Museu do Rio Grande do Sul

.....

Coordenadoras

Carine Silva Duarte - Coordenadora do Sistema Estadual de Museus/RS
– SEM/RS

Noris Mara Pacheco Martins Leal – Professora do Curso de Museologia
da UFPel

Comissão Organizadora:

- **Equipe do SEM/RS:**

Adriano Franco Galmarino - Analista em Assuntos Culturais;

Arthur Bederode Becker – Estagiário de Museologia – UFRGS.

- **Coordenadores das Regiões Museológicas do RS:**

- **Marina Gutierre** (Guaíba) - Coordenadora da 1ª Região Museológica;

- **Deise Formolo** (Bento Gonçalves) - Coordenadora da 2ª Região Museológica;

- **Flávia Biondo da Silva** (Passo Fundo) – Coordenadora da 3ª Região Museológica;

- **Cléa Hempe** (Panambi) - Coordenadora da 4ª Região Museológica;

- **Maria Izabel Duarte** (Santa Maria) - Coordenadora da 5ª Região Museológica;

- **Adilson Oliveira** (Dom Pedrito) - Coordenador da 6ª Região Museológica;

- **Joana Lizott** (Pelotas) - Coordenadora da 7ª Região Museológica.
- **Prefeitura Municipal de Pelotas**
 - **Secretaria de Cultura** - Fabiane Moraes; Bruno M. Viana
 - **Secretaria de Turismo** - Jéssica da Rocha Corrêa
- **UFPEL**
 - **Curso de Museologia** - Daniel Vianna de Souza
 - **Rede de Museus/PREC** - Andréa Bachettini

• Colegiado Setorial de Museus

• Comissão Científica

Ana Celina Figueira da Silva - UFRGS

Andréa Bachettini (Professora da UFPel);

Andréia Becker – Rede de Educadores de Museus Rio Grande do Sul/
Memorial da Câmara de Vereadores de Camaquã

Augusto Duarte Garcia - Fototeca Municipal Ricardo Giovaninni

Carla Gastaud – UFPel

Daniel Maurício Vianna de Souza – UFPel

Deise Formolo - Museu do Imigrante

Diego Lemos Ribeiro - UFPel

Eráclito Pereira - UFRGS

Joclem Mariza Soares Fernandes – Museu Afro Brasil Sul/ UFPel

Joana Lizott – Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo/UFPel

Márcia Bertotto - UFRGS

Noris Mara Pacheco Martins Leal - UFPel

Pedro Vargas - Museu de Percurso

Vanessa Barrozo Teixeira Aquino - UFRGS

Wellington Ricardo Machado da Silva – Museu Comun. Hipólito José
da Costa

Bolsista

Isadora Costa Oliveira

APRESENTAÇÃO

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA DA UFPel e

COORDENAÇÃO DE ARTE E CULTURA E PATRIMÔNIO

Prof. Dr. Eraldo Pinheiro

Pró-Reitor de Extensão e Cultura

Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - UFPel

eraldo.pinheiro@ufpel.edu.br

Profa. Dra. Eleonora Campos da Motta Santos

Coordenadora de Arte, Cultura e Patrimônio

Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - UFPel

eleonora.santos@ufpel.edu.br

A Rede de Museus da UFPel, como já é sabido, junta-se anualmente à programação da Semana Nacional dos Museus promovida pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). A cada ano os mais de 40 projetos que compõem a Rede desenvolvem atividades específicas de publicização de acervos, oficinas, palestra, rodas de conversa, visitas entre outras ações, incentivando e mobilizando a comunidade de Pelotas e região a aproximar-se cada vez mais da cultura patrimonial e museológica salvaguardada pela nossa universidade federal. Além da programação organizada por cada projeto, a Rede de Museus da UFPel sempre promove, já como tradição, seminário acadêmico com a finalidade de compartilhar as produções científicas, pedagógicas e extensionistas em torno dos campos da Museologia, Conservação e Restauração, História, Antropologia, Arqueologia, Ciências Naturais, Artes, Arquitetura e demais áreas que dialogam com questões de preservação, memória e patrimônio cultural. Assim, os Seminários das Semanas de Museus da UFPel têm sido rica fonte de publicação e referências acadêmica para diversos campos de conhecimento.

O atravessamento das discussões em torno de políticas públicas, em muitas edições dos seminários anteriores, vem fomentando e consolidando a organização

política dos agentes que trabalham e produzem para valorizar e qualificar cada vez mais os equipamentos culturais museológicos e de patrimônio cultural. Nesta direção, em 2022, a Rede de Museus da UFPel organizou e recebeu na instituição o 14^a Fórum Estadual de Museus que trouxe à pauta o tema “Políticas Públicas para Museus: os 20 anos da Carta de Rio Grande”. A referida carta já apontava em 2002, como uma das suas mais fortes demandas, a necessidade de ampliação da formação superior no âmbito dos patrimônios museológico e da memória, movimento de valorização realizado pela UFPel antes mesmo da implementação do Programa REUNI¹, sendo a primeira universidade federal a ouvir os pedidos da comunidade e abrir curso de graduação em museologia e, na sequência, curso de graduação na área de conservação e restauração e programa de pós graduação em memória e patrimônio, além de diversos cursos da área de Humanas que lidam com a preservação de memórias e acervos. Assim, sediar o 14^o Fórum Estadual de Museus significou também ampliar o protagonismo da UFPel não somente na valorização e incentivo à produção de conhecimento do campo patrimonial e museológico, mas especialmente no trabalho por mais e melhores políticas públicas neste âmbito.

Por tal importância e pela legitimidade das temáticas postas em discussão, o 14^o Fórum Estadual de Museus foi eleito pela Rede como o evento para compor, em 2022, a programação da 20^o Semana de Museus da UFPel, gerando os Anais aqui apresentados e que reúnem as importantes palestras proferidas, as comunicações voltadas às temáticas de gestão de museus, comunicação e museologia social, além dos documentos produzidos pelos participantes.

As discussões promovidas neste evento são de enorme relevância para a gestão do conjunto de ações em torno do patrimônio museológico da UFPel, impactando em avanços necessários também na estrutura virtual e física que sustenta este patrimônio. E, é muitas vezes nos museus físicos onde mais rapidamente a comunidade identifica estes impactos. Por essa razão, e pelo fato de três dos museus físicos da UFPel estarem localizados no entorno da praça central de Pelotas, elegemos a imagem “Vista da Praça Coronel Pedro Osório, 2016”, de autoria do

¹ Programa de Restrução das Universidades, implementado pelo então ministro da Educação professor Fernando Haddad durante o segundo mandato do presidente Lula.

pelotense Felipe Argiles² (gentilmente cedida por ele) para ser a imagem da capa destes Anais.

Entre a parcela de abstração das ideias e argumentações que sustentam os textos aqui publicados e a concretude das ações que tais textos também descrevem, consideramos importante registrar imagem da estrutura material que viabiliza a existência física de três de nossos museus, o que, acreditamos, diariamente colabora para que a comunidade, ao transitar pelo centro de Pelotas, tenha a chance de ser provocada a se reconhecer e a se estranhar pelo que estes espaços, juntamente com os demais projetos que compõem a Rede de Museus da UFPel, expõem de arte, de acervos e de memória.

Corroborando o que preconiza a Carta de Rio Grande (de 18 de maio de 2002), a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, através da Coordenação de Arte, Cultura e Patrimônio e da Rede de Museus da UFPel, também considera que os bens e manifestações culturais são suportes fundamentais da memória social e que as políticas públicas de preservação devem ser pensadas a partir da ótica da inclusão social, da construção da cidadania, da garantia do acesso aos bens culturais, do conhecimento da própria trajetória histórica, do reconhecimento da diversidade cultural e das múltiplas identidades sociais que formam a nacionalidade brasileira.

Que continuemos o trabalho árduo e coletivo sempre nesta direção!

² É natural de Pelotas - RS. Iniciou estudos na área da fotografia de forma autônoma em 2011 ministrando cursos e workshops de fotografia em várias cidades do Rio Grande do Sul. Em 2017, já morando na cidade do Porto - Portugal, iniciou a licenciatura em Artes Visuais - Fotografia na Escola Superior Artística do Porto, período em que começou a pesquisar temáticas relacionadas aos estudos pós-coloniais. Mestre em Artes Plásticas na Universidade do Porto (2022), pesquisa através das artes plásticas modos de reflexão sobre as heranças do passado colonial brasileiro que ainda se fazem presentes na cultura do povo. Sua prática artística envolve principalmente processos fotográficos históricos associados a diversas técnicas e instalações multimídia, onde estabelece múltiplas relações entre o público e a obra como forma de instigar reflexões sobre o local e a responsabilidade de cada indivíduo dentro das estruturas sociais contemporâneas. Atualmente, é professor do Instituto Português de Fotografia, lecionando disciplinas relacionadas ao tratamento digital de fotografia e à fotografia de arquitetura.

14º FÓRUM ESTADUAL DE MUSEUS DO RIO GRANDE DO SUL

Carine Silva Duarte

Coordenadora do Sistema Estadual de Museus do RS

Secretaria de Estado da Cultura

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

O Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul é um órgão vinculado à Secretaria de Estado da Cultura que visa sistematizar políticas públicas aos museus do estado.

O Fórum Estadual de Museus do Rio Grande do Sul é um evento que acontece desde a década de 1980. Segundo o Regimento Interno do Sistema Estadual de Museus do RS, ele deve ocorrer de dois em dois anos e em anos pares, sendo uma edição na capital e outra no interior.

A 14ª edição Fórum Estadual de Museus, realizada em maio de 2022, em Pelotas, contou com parcerias e redes que contribuíram para o sucesso da edição. A realização desse evento se deu em parceria com a Universidade Federal de Pelotas, por meio do Curso de Museologia, com a Prefeitura Municipal de Pelotas, além de outras instituições museológicas e apoiadores.

Importante inferir que a realização do 14º Fórum Estadual de Museus foi uma retomada que gerou muitas discussões, indagações e reflexões. O evento foi ricamente realizado no formato híbrido, sendo presencial com transmissão simultânea on-line – motivado especialmente pela ainda presente situação pandêmica.

O evento apresentou uma pauta diversificada, destacando-se, dentre seus temas, a comemoração dos “20 anos da Carta de Rio Grande”. Deram-se discussões relacionadas à finalização do Plano Setorial de Museus – uma construção coletiva. Tal documento constitui-se em uma ferramenta de trabalho que foi aprovada por aclamação durante a Assembleia Geral do SEM/RS. Ocorreram apresentações de trabalhos de pesquisa, realizaram-se as mesas-

redondas “Política Nacional de Museus, Sistemas Nacional e Estadual de Cultura”; “Perspectivas para os Museus do Rio Grande do Sul Pós-pandemia Covid-19”; “Desafios da Diversidade Cultural nos Museus do RS”. O 14º Fórum foi finalizado

com a conferência de encerramento “Políticas Públicas para museus: diversidade”. O compilado dos “Anais do 14º Fórum Estadual de Museus do RS” é uma ferramenta de pesquisa que ficará como registro do evento e estará disponível ao público.

Agradecemos as trocas e os encaminhamentos feitos durante a realização desse primoroso Fórum. Ações em rede fortificam o campo dos museus, a fim de trazer resultados concretos.

Desejamos uma boa leitura!

APRESENTAÇÃO DOS ANAIS DO SEMINÁRIO DA SEMANA DOS MUSEUS DA UFPEL

Prof^a. Dra. Noris Mara P M Leali

Comissão Executiva da Rede de Museus da UFPEl

norismara@gmail.com

A Universidade Federal de Pelotas - UFPEl, através de sua Rede de Museus, em 2022, organizou em conjunto com o Sistema Estadual de Museus - Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul e a Secretaria Municipal de Cultura de Pelotas, o 14º Fórum Estadual de Museus. Depois de nove anos de hiato da realização do evento, foram retomadas as discussões das políticas públicas para os museus no estado.

O evento teve dois objetivos principais: 1) A discussão e aprovação do Plano Setorial de Museus para o Rio Grande do Sul, e 2) a comemoração dos 20 anos da Carta de Rio Grande, documento resultante do 8º Fórum Estadual de Museus, que trazia a proposta dos trabalhadores do setor e estudantes reunidos em Rio Grande, em maio de 2002, para serem encaminhadas para candidatos aos governos dos estados e para a presidência da república. Este documento foi assumido pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como base para a criação da Política Nacional de Museus. Vinte anos depois o setor museal resistia a falta de política de cultura do governo de Jair Bolsonaro, rememorar este momento profícuo para o setor museal foi um ato de esperar e de criar perspectivas para um futuro melhor que se avizinhava.

O Fórum aconteceu de forma híbrida, dentro de um contexto em que a pandemia de Covid-19 dava uma trégua, a Universidade depois de dois anos voltava com parte de suas atividades presenciais. Esta ação marcou a volta do público aos auditórios da instituição, assim como a primeira experiência de evento acadêmico acontecendo de forma presencial e virtual, com apoio da Coordenadoria de Comunicação Social- UFPEl, que foi responsável pela captação de imagens e transmissão via canal do You Tube, foi possível que pessoas de diferentes partes do RS participassem ativamente do evento.

Depois de muitos anos especialistas, desta vez com a totalidade de pesquisadores do RS, apresentaram temas sobre os desafios dos museus na

contemporaneidade e na volta após a pandemia que obrigou as equipes das instituições a repensarem a sua forma de trabalho e de comunicação com o público. A Pandemia, a diversidade e as políticas públicas foram a tônica em palestras, mesas redondas e grupos de trabalhos.

Neste volume especial dos Anais da Semana dos Museus da UFPel, apresentamos artigos dos palestrantes, resumos expandidos das comunicações, o registro fotográfico do 14º Fórum Estadual de Museus e o texto final do Plano Setorial de Museus, que teve a base desenvolvida pelo Colegiado de Museus do RS a partir de ampla discussão com os trabalhadores em museus das sete regiões museológicas do RS, e depois foi discutido minuciosamente nos GTS do evento e votado na assembleia geral do SEM/RS no último dia do evento.

SUMÁRIO

1. PALESTRAS	
1.1 Políticas Públicas Para Museus: Diversidade	24
<i>Daniel Maurício Viana de Souza</i>	
1.2 Plano Setorial de Museus do Rio Grande do Sul: Apresentação do Colegiado Setorial de Museus/RS	39
<i>Augusto Duarte Garcia; Joana Soster Lizott</i>	
1.3 Fóruns Estaduais de Museus do Rio Grande do Sul – Entrelaçamentos com a Política Nacional de Museus	51
<i>Márcia Regina Bertotto</i>	
1.4 Contexto brasileiro pré-Política Nacional de Museus	63
<i>Ana Ramos Rodrigues Castro</i>	
1.5 Considerações sobre um museu-sujeito: diversidade, engajamento e posicionamento	73
<i>Leticia Brandt Bauer</i>	
1.6 Sistemas de Museus: Uma Política de Articulação do Setor	82
<i>Joel Santana da Gama</i>	
2. COMUNICAÇÕES	88
2.A GESTÃO DE MUSEUS	88
A.1. Análise da documentação museológica do Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio Grande do Sul – 1980/1990	88
<i>Cinara Isolde Koch Lewinski</i>	
A.2. Museu das Telecomunicações:	94
local de pesquisa e conhecimento para os discentes de Conservação e Restauração e Museologia	

*Letícia Quintana Lopes, Ana Carolina Fernandes;
Annelise Costa Montone; Noris Mara Pacheco Martins Leal*

A.3. Ações do Projeto Laboratório Aberto de Conservação e Restauração de Bens Culturais da UFPel 100

Letícia Quintana Lopes; Ana Carolina Fernandes da Silva; Andréa Lacerda Bachettini

A.4. Requalificação do espaço de guarda do acervo de obras de arte da Secretaria Municipal de Cultura de Pelotas – RS 105

Marcelo Hansen Madail; Carlos Eduardo Ávila Bauer; Nathânia Maria da Silva

**2.B COMUNICAÇÃO
110**

B.1. A Reabertura do Museu Gruppelli: Um espaço de constante processo 110

Nadir Ferreira Branquinho Taranti ; Louis Macedo Wotter ; Diego Lemos Ribeiro

B.2. O Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli – MARGS: a educação e a comunicação com o público 115

Adriana Aparecida Ganzer; Zita Rosane Possamai

B.3. Museu remoto: experiências de difusão em tempos de pandemia – Museu Julio de Castilhos 121

Gabriel Castello Costa

B.4. Reflexões entre História Pública e a Fototeca Municipal Ricardo Giovannini 126

Gianne Zanella Atallah ; Augusto Duarte Garcia; Júlia Silveira Matos

B.5. O CEME/UFRGS vai à escola: relato de experiência na Educação Física Escolar 131

Janice Zarpellon Mazo; Raquel Valente de Oliveira; Josiana Ayala Ledur; Verônica Maria Prokopp de Oliveira; Tuany Defaveri Begossi

B.6. TOUR VIRTUAL: Conhecendo o centro histórico de Limeira/SP durante a pandemia da COVID-19 136

João Pedro Barbosa Alvarinho

B.7. Museu Virtual: Olhar e Reflexões	141
<i>Rafael Teixeira Chaves</i>	
B.8. Diálogos no ciberespaço: um panorama dos museus gaúchos em ambientes digitais (2020-2021)	145
<i>Vanessa Barrozo Teixeira Aquino; Gabriela Meneghel Colla Mattia; Amanda Donay dos Santos</i>	
2.C MUSEOLOGIA SOCIAL	150
C.1. O Museu vai à Praça em Morro Redondo - RS	CFFG 150
<i>Carliston Lima Ribeiro; Carlos Eduardo Ávila Bauer; Nátaly Hepp Matte; Andréa Cunha Messias; Diego Lemos Ribeiro</i>	
C.2. MULUCA MUNDO-LUGAR-CASA	156
<i>Gabriel Bicho; Ahily Maiara</i>	
C.3 Museu Diários do Isolamento: Práxis Humanista, Dialogicidade e Musealização Socializadora	161
<i>Renan Marques Azevedo da Mata; Daniel Maurício Viana de Souza</i>	
2.D. GESTÃO DE MUSEUS	169
D.1. SINALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DOS MUSEUS DE SANTA MARIA COMO MECANISMO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DA CIDADE	
<i>Franciele Roveda Maffi</i>	169
D.2. Aspectos da gestão de museu: considerações a respeito de dois períodos distintos	178
<i>Alice Bemvenuti</i>	
D.3. Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul: organização e possibilidades	185
<i>Gabriela Gonçalves da Rosa Ferreira</i>	
D.4. Herbário RSPF: 50 anos a serviço da comunidade	189
<i>Júlia de Moraes Brandali; Flávia Biondo da Silva; Cristiano Roberto Buzatto</i>	

D.5. Gestões, coleções, histórias e memórias: breve estudo das instituições museológicas de Torres-RS no cenário turístico da região. 194

Luana Gonzalez Bassa

CARTA DE RIO GRANDE: Por uma política pública de inclusão social e democrática para construção da memória nacional e preservação do patrimônio cultural brasileiro. 199

Plano Setorial de Museus do RS. 203

Moções - Assembléia Geral SEM/RS. 219

PROGRAMA DO 14º FÓRUM ESTADUAL DE MUSEUS/RS - Políticas Públicas para Museus: os 20 anos da Carta de Rio Grande. 220

Fotografias. 226

1. PALESTRA

1.1 Políticas Públicas Para Museus: Diversidade

Daniel Maurício Viana de Souza

Prof Dr Bacharelado em Museologia - UFPel

danielmvsouza@gmail.com

Resumo: Ao longo da primeira década e meia deste século presenciamos processos de inclusão nas áreas da cultura, da ciência e da educação, com abrangência e profundidade jamais vistas no Brasil. O campo dos museus, neste horizonte, foi beneficiário e agente de transformações resultantes de articulação integradora e participativa entre profissionais, instituições, públicos e demais sujeitos. As condições de possibilidade para isso estão diretamente atreladas às políticas públicas implementadas, sobretudo, na esteira da Política Nacional de Museus. Entretanto, cabe questionar: tais esforços, por si só, foram suficientes para dar conta das demandas históricas da área? Até que ponto a diversidade esteve realmente contemplada na visão institucional de tais políticas? Quais desafios ainda se impõem? Para tanto, se propõe uma reflexão sobre como compreender e operar o próprio conceito de diversidade em seu sentido sociocultural; seguida de uma discussão acerca das características, dos atores e da relevância dos museus na contemporaneidade; finalizando com um debate, ao mesmo tempo retrospectivo e prospectivo, sobre o alcance das políticas públicas, tendo em vista o almejado 'museu diverso'.

Palavras-chave: Museus. Diversidade. Políticas públicas. Sociocultura. Museologia. Museu diverso.

'Diversidade' como um conceito: entendê-lo e operá-lo

Como um conceito sociológico, mas também a partir de um corte interdisciplinar, a diversidade costuma ser compreendida como um dos próprios fundamentos para o engajamento crítico acerca de questões que envolvem etnicidade,

racialidade, gênero e sexualidade, inclusão e equidade, entre outras. Nesta perspectiva crítico-reflexiva, deve operar – tanto teoricamente quanto na prática – de maneira a minimizar ou refratar processos de iniquidade, exclusão e opressão na sociedade.

É possível afirmar com segurança que a diversidade, de maneira geral, é um fenômeno perceptível em quaisquer contextos de formação social cuja característica do multiculturalismo seja estrutural, como é no caso do nosso próprio país. Refiro-me aqui a variadas identidades sociais, presentes nos mais diferentes tipos de grupos e associatividades, étnicas, religiosas, técnico-epistêmicas, etc. Com efeito, são verdadeiras nações dentro da nação.

A complexidade inerente ao caráter diverso de tais realidades sociais poderiam justificar, inclusive, o questionamento sobre se, de fato, cabe considerar um país como o Brasil uma nação – pelo menos conforme ideário liberal/iluminista, tomando como “parâmetro classificador o processo civilizatório europeu” (MACIEL, 2007, p. 27). Em verdade, se trata de problematizar a própria racionalidade das “colas simbólicas” que nos manteriam unidos como sujeitos que se reconhecem e compartilham signos e sentimentos de vinculação identitária. Em outras palavras, é interpelar uma concepção ocidental/moderna de subjetividade essencialista, centrada, una e individualista.

Bauman (2004) é arguto ao nos lembrar sobre como, ao longo do século XVIII, o senso de identidade cultural foi fortemente promovido com intuito de suprimir visões, afetos e manifestações de pluralidade e diversidade. Tal perspectiva nos ajuda a pôr em xeque a própria razão de ser, nos dias atuais, do conceito de identidade. Afinal, fora de uma institucionalidade formal, normativa ou artificialmente imposta, nem sempre sobram argumentos para sustentar a existência de traços culturais autênticos e organicamente compartilhados, supostamente capazes de unir sujeitos – ou, no espírito da discussão em tela, criar identidades – em contextos e situações francamente contraditórias.

Dando foco privilegiado a um debate mais localizado, se percebe que, de fato, nossa multiculturalidade é profunda e medular. Por esta razão, também marcante é nossa diversidade, cultural, religiosa, social, linguística, étnico-racial, entre muitas outras. Diversos numa proporção em que, como brasileiros, independentemente de onde nascemos e vivemos, podemos tanto compartilhar, sim, certos signos, como

podemos ser tão diferentes e antagônicos ao ponto de gerarmos dispersões, rivalidades e antinomias somente compreensíveis entre sujeitos socialmente constituídos para além dessas fronteiras imprecisas e hesitantes da nacionalidade e da identidade.

Fundamental, entretanto, deixar claro que não estou com isso defendendo uma fraticidade ou uma ruptura da própria ideia de Brasil, em última instância. Até porque, isso seria assumir um conceito simétrico-oposto de identidade que gera estereótipos usados como argumento para grupos se diferenciarem valorativamente e, portanto, se distanciarem. Seria, neste sentido, reconhecer como legítimo um tipo de senso de comunidade, tão rígido e míope, que estaria, com efeito, sustentado em um princípio fundamental de rechaço à alteridade. Portanto, operar por essa lógica significaria dar sequência a práticas de exclusão, em todas as suas dimensões, mormente ao que – saindo da linha do que se convencionaria como “normal” – seria diferente. Toda diversidade estaria previamente interdita.

Por certo, entendo ser indispensável questionar sobre os alicerces de uma presumida unicidade social, sobretudo em um país pluridiverso, multiétnico, multicultural, enfim, múltiplo em todas as dimensões possíveis, como é o Brasil. Por esta razão, defendo uma contraposição veemente ao recurso trivial do conceito de identidade, especialmente identidade cultural. Afinal, é como questiona Dervin (2014, p. 183) – com muita perspicácia, a meu ver: “como um indivíduo pode aceitar, respeitar e lidar com indivíduos diferentes, se ele está fortalecido em sua própria identidade?”

Considero que a diversidade é a chave principal para desfazer o equívoco inerente ao ideal da identidade – e, frisando o que havia afirmado antes, sobretudo ao da, assim chamada, identidade cultural. É contraproducente tentar manter estes outros generalismos como operadores conceituais analíticos, aplicados ao entendimento da nossa complexidade enquanto “comunidade imaginada” (ANDERSON, 2018).

Alternativamente a conceitos redutores e insuficientes para lidar com realidades labirínticas como a nossa, penso que devemos abraçar a diversidade inclusive como via para constituição daquilo que Santana (2017) define como “comunidade bem-sucedida”. O múltiplo, o plural, o diverso, seria alicerce de um ideal de sociedade na qual,

indivíduos de diferentes raças, etnias, crenças religiosas, status socioeconômico, idioma, origem geográfica, gênero e/ou orientação sexual trazem seus diferentes conhecimentos, antecedentes, experiências e interesses para o benefício de sua comunidade diversificada.

Contudo, não se trata apenas de fazer a defesa de um ideal irrealizável, uma ideia bonita, “descolada”, e pseudo-engajada por ser esvaziada de sentido conceitual e operacional concreto. É fundamental entendê-la e operá-la de forma instrumental, como ferramenta de equidade, inclusão e empoderamento de raça, gênero, classe, geração, religião, capacidades, perspectivas político-ideológicas, entre outras.

Neste sentido, se faz importantíssima uma conjugação de práticas e conhecimentos, sejam formais ou informais; científicos ou senso comum; universais ou locais; contemporâneos ou ancestrais. Tal ecologia de saberes³ tem como potencializar posturas e atitudes que não apenas contemplem a diversidade como um dado, mas a maximize como fundamento de ação transformadora. Isso pode ocorrer, dentre outras maneiras, na figura de políticas públicas, como por exemplo, para a área da cultura e para o campo dos museus mais especificamente.

O Que Seria o Museu Diverso?

Tendo pensado a diversidade como um conceito, além de como operá-lo numa práxis transformadora, é preciso, a partir daqui, esboçar o delineamento teórico do museu diverso. Não se pode deixar de lembrar que, durante muito tempo, nos museus, não se via a multidimensionalidade das experiências humanas representadas. Nestas e em outras instituições culturais e de memória, de modo geral, não estavam representadas as “pessoas comuns”, ou que (re)existem “do lado do eles” das linhas abissais, sob o jugo da opressão dos privilegiados. De maneira oposta, até, o que se percebia no discurso museológico hegemônico era uma verdadeira tecnologia de subjetivação, operada como poder de fabricação de (sub)sujeitos; ou seja, poder em relação ao “outro”.

³ Ver: SOUSA SANTOS, Boaventura de. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. Autêntica Editora, 2021; dentre outras obras do autor

Uma breve mirada histórica acerca de como os museus brasileiros trabalhavam suas coleções, permite trazer à luz inúmeros casos em que tal fabricação de subjetividade é levada a cabo. Por exemplo: objetos oriundos de religiões de matriz africana, antes, nos museus, constituíam coleções de feitiçaria, verdadeiras representações de um suposto atraso a ser superado. Do mesmo modo, eram comuns as leituras ufanistas, comemorativas, ou – quando diferente – pseudo neutras de coleções de cunho militar.

Antes de seguir nas exemplificações, é preciso deixar claro que, ao afirmar que esta perspectiva é histórica, não estou recortando uma temporalidade pretérita, trata-se, sim, de analisar elementos que, em certa medida, permanecem como princípios balizadores das práticas atuais de musealização. É o que se verifica, com efeito, em exposições que propõem valorizar as mulheres, mas que em suas abordagens expográficas mimetizam o corpo feminino de modo a reafirmar uma suposta natureza feminina. Assim como acontece ao se abordar a nossa mestiçagem como espírito que animaria uma identidade nacional abençoada, premissa controversa, típica de tradições como do luso-tropicalismo, do verde-amarelismo, ou do mito da democracia racial. Sem falar nos museus que se arvoram guardiões de valores histórico-culturais de “uma sociedade”, “uma cidade”, enfim, entidades coletivas abstratas, como se tais essencialismos universalistas fossem possíveis.

É preciso reconhecer, por outro lado, que hoje vivemos claramente “outros tempos”, em que a produção da alteridade baseada no pressuposto do etnocentrismo e da colonialidade, de maneira geral, está em plena problematização. Princípios totalmente superados? Certamente não. Porém, avanços profundos nesta direção são, sem sombra de dúvida, perceptíveis. Exemplo notável é o do Museu Municipal Parque da Baronesa, em Pelotas/RS. Constituído e motivado por uma tradição arraigada aos modos e costumes associados à, assim considerada, “elite pelotense”, o Museu da Baronesa hoje se empenha em implementar profundas mudanças, com especial atenção, segundo descreve Terra (2019, p. 33), à “introdução da população negra no discurso expográfico e oral da instituição”, algo impensável antes, considerando que “havia apenas uma possibilidade de existência para o povo negro naquela residência, que era uma manequim negra representando a escrava cozinheira”.

Seja como for, considero fundamental acentuar como historicamente a abordagem do campo, acerca da relação museu e diversidade, esteve fortemente atrelada ao recorte da cultura apenas; ou seja, a consagração do binômio diversidade cultural. Porém, nota-se, atualmente, um alargamento dessas abordagens, incluindo nessa equação, não só a cultura, mas a própria sociedade. É como nos ensina Hall (2006), diferente da subjetividade essencialista e individualizada, sustentada na identidade de cunho iluminista, o “sujeito sociológico”, sustentado na ligação entre cultura e sociedade, se forma, atua e percebe as condições de possibilidade de sua subjetividade como construção que se dá continuamente em razão das múltiplas e diversas interações sociais experienciadas ao longo de sua vida.

Imperativo assumir que o conceito de sociocultura requalifica, na contemporaneidade, uma preocupação antiga do nosso campo em geral. Algo que surge ainda em meados do século passado, se encontrando agora inevitavelmente atrelada a uma necessidade fundamental, a da desfragmentação analítica acerca dos fenômenos que nos são caros, nomeadamente em relação à memória e ao patrimônio. Em outras palavras, me refiro a uma práxis que não desmembra artificialmente as diversas manifestações, culturais e sociais, como se pudessem caber numa sorte de “caixinhas identitárias”.

Fundamental é, ao mesmo tempo, que os museus possam assumir a complexidade destas manifestações socioculturais em suas múltiplas possibilidades de interseção – ou, como consubstancialização, conceito sobre o qual me debruçarei aqui mais adiante. Por ora, é fecundo o entendimento de que os museus devem potencializar representações de uma sociocultura por meio da promoção de verdadeiras “situações complexas”, admitindo a relevância e a pulsão do caos, da irreversibilidade processual e, até mesmo, de um certo grau de indeterminismo (MORIN, 2015).

A práxis de um museu diverso, portanto, não pode simplesmente pretender preservar a cultura material de populações indígenas ou de matriz africana, mas deve problematizar, por exemplo, os vetores da colonialidade (ser, saber e poder)⁴ que as mantém como sujeitos subalternizados numa escala racista de suposta hierarquização

⁴ Ver: MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico, v. 2, p. 27-53, 2018; além de outros autores da decolonialidade.

humana. Não deve, da mesma maneira, intentar preservar saberes e fazeres de populações tradicionais, sem que se proponha refletir, dentre outras questões, sobre as querelas que envolvem a relação economia de subsistência versus produção/consumo de massas, e seus impactos ambientais. Bem como, não pode simplesmente se ocupar de implementar exposições largamente instrumentalizadas em termos de acessibilidade arquitetônica, mas sem a preocupação com as barreiras advindas em razão das situações de classe – inclua-se aqui as dimensões do dinheiro, do trabalho, do conhecimento, da educação, etc. – que, em última instância, limita o próprio caráter público dos museus.

O fato é que, desde a década de 1990, se percebe, mundo afora, iniciativas que intentam fazer com que, não só o campo dos museus, mas da própria cultura em geral – atenta às suas articulações inerentes com a sociedade –, entenda e execute essa perspectiva da diversidade. Sem que entremos ainda no fenômeno específico das políticas públicas, daria pra citar o reflexo e o impacto disto nos museus, considerando, por exemplo: publicações de manuais e textos normativos; projetos de incentivo ao envolvimento de jovens oriundos de comunidades periféricas; programas de treinamento/formação que visam despertar competências baseadas em saberes e conhecimentos locais e tradicionais; exposições e demais atividades que buscam pesquisar e difundir pressupostos culturais de povos não branco-ocidentais-modernos; entre outros. A própria inclusão destas discussões na agenda dos mais importantes encontros internacionais no mínimo indica uma tendência de diversidade na Museologia de hoje, mas, também, na que queremos para o futuro.

O museu diverso é aquele que abarca, de forma consubstancial, a pluralidade sociocultural. Tarefa que implica na compreensão de que o campo social é atravessado por tensões entre grupos de interesses e culturas diversificadas, envolvendo relações de poder, dominação, opressão e exploração, além de muitas outras. Ouso dizer que se trata de complexificar o próprio fato museal, na medida em que suas relações inerentes, uma vez consubstanciais, conforme perspectiva de Kergoat (2012), estariam de tal forma enoveladas que qualquer tentativa de separação, analítica ou operacional, seria uma artificialidade falaciosa.

Sem distanciar desta premissa de fundo, seria possível, ainda, transitar pela perspectiva latouriana do border-crossing. Nestes termos, deve-se entender nossa sociocultura como ontologia de geometria variável (MORAES, 1997), potencializando,

assim, conexões, associativismos, ressonâncias e reconhecimentos orgânicos, sempre numa dinâmica contínua de possibilidades, e não artificialmente impostos como nos discursos sobre identidade e nação, além de outros que implicam, também, na própria relação memória e patrimônio. Concretamente, são auspiciosas as experiências museológicas, hoje em dia, que já decorrem do pressuposto da diversidade.

Cabe mencionar aqui, a título de exemplo, alguns casos paradigmáticos, tais como, o do Museu das Remoções. Localizado na Vila Autódromo, Zona Oeste do Rio de Janeiro/RJ, é um museu resultante da iniciativa de uma comunidade – por sua vez originária de uma colônia de pescadores – que luta para resistir ao apetite voraz da especulação imobiliária. Outro exemplo é o do Ecomuseu de Maranguape, estabelecido no Distrito de Cachoeira, Ceará. Em uma localidade rural, na qual confluem todas as tipificações do nosso processo de colonização, é uma iniciativa local de integração através dos elementos socioculturais, preservados e vividos intensamente, em diálogo contínuo entre saberes, costumes, território e (re)existência. Cumpre incluir nesta lista de exemplos o Museu Comunitário da Lomba do Pinheiro, localizado num bairro da periferia da Zona Sul de Porto Alegre/RS, nascido também da iniciativa de memória e autorreconhecimento daquela comunidade, que remete aos tempos das estâncias de criação de gado.

Além dos já mencionados, valeria ainda destacar várias outras iniciativas do campo que carregam consigo a ontologia da diversidade. Contudo, apenas para aludir a mais algumas, nomeio o Museu da Diversidade Sexual, que fica no Centro de São Paulo/SP. Embora vinculado à esfera estadual, nasce da confluência entre as lutas históricas de movimentos sociais e reivindicações diversas. Invoco, ainda, projetos como: o Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre, uma construção coletiva da comunidade negra local, evocando a memória desta população através das marcas de sua vivência nos territórios da capital sul riograndense; o Museu Histórico de Morro Redondo, criado na zona sul do RS, por iniciativa popular, numa espécie de vontade de memória sustentada nas tradições do cotidiano local; e o Muluca – mundo-lugar-casa, projeto que transita entre arte e sociomuseologia, potencializando uma ativação coletiva de musealidades, trabalhando experiências comuns de vida como verdadeiros museus-fenômeno, performances e emoções museais.

Logo, é fundamental ter em conta que não é preciso que o museu tenha “diversidade” no seu nome, nasça em contextos periféricos ou socialmente alijados. A diversidade pode estar presente como princípio fundante de frentes de ação de propostas museológicas comumente chamadas de normativas – ou, tradicionais, conforme literatura pregressa. Com efeito, ser diverso independe da tipologia, da vinculação ou da denominação. Uma vez compreendida a partir desta perspectiva, se tornam perceptíveis as potencialidades da diversidade como subsídio, tanto da ação museológica em si – realmente dialógico-comunicativa, múltipla e plural –, quanto de políticas públicas estabelecidas para permitir e alavancar, ampla e consistentemente, tais ações.

Políticas Públicas, Museus e Diversidade

No ano de 2002, por ocasião do 8º Fórum Estadual de Museus/RS, veio à luz um documento no qual se propunha diretrizes fundamentais para a implantação de uma política para o setor museológico e de patrimônio cultural nos âmbitos estadual e federal. Este documento, que ficou conhecido como a Carta de Rio Grande, balizou muito do que viria a constar na própria Política Nacional de Museus (PNM), lançada um ano depois. No que concerne especificamente à diversidade, estavam presentes princípios medulares, tais como o desenvolvimento de práticas e políticas educacionais orientadas para o respeito à diferença e à diversidade cultural do povo brasileiro; e o respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígenas e afrodescendentes, de acordo com as suas especificidades e diversidades.⁵

Porém, antes de uma análise mais focada na PNM, seus impactos e resultados em termos de políticas públicas voltadas diretamente aos museus, proponho fazer uma brevíssima reflexão histórica sobre as políticas de diversidade no Brasil desde o início do século XXI. Nesse sentido, é importante acentuar que era impensável a questão da diversidade como eixo central de iniciativas de Estado há pouco mais de

⁵ Ver POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS. Maio de 2003. Disponível em: http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/02/politica_nacional_museus_2.pdf.

20 anos atrás. Por certo, tal dado contribui inclusive na argumentação acerca do quão fulcral foi, à época, a contribuição da Carta de Rio Grande.

Outra constatação importantíssima a ser sublinhada aqui é a de que esta inclusão da diversidade na agenda estatal só foi possível em razão das lutas populares e de trabalhadores, organizadas em movimentos e coletivos sociais, ou não, que histórica e insistentemente empunham bandeiras emancipatórias acerca de gênero, raça, geração, capacidades, etc. Obviamente que a chamada “onda rosa” – também conhecido como maré rosa – ocorrida na América Latina durante a primeira década dos anos 2000, aliada a uma efervescência mundial na luta contra a exploração capitalista em suas articulações com o colonialismo e o patriarcado, propiciaram uma aproximação de tais organizações com os governos. De fato, se consolidam articulações que facilitam alternativas de enfrentamento contra as estruturas sociais, epistêmicas e políticas de sustentação à monologia característica do poder opressor, historicamente dominante. O Fórum Social Mundial é um excelente exemplo.⁶

Seja como for, e ainda que de maneira incipiente – conforme argumentarei em seguida –, a diversidade, como uma das bandeiras históricas dessas lutas, se transforma em fundamento para políticas públicas a partir das mais diversas esferas do poder estatal. São, portanto, políticas de combate ao racismo, ao machismo, à LGBTfobia, ao capacitismo, ao ageísmo, e tantas outras formas de preconceito e exclusão. Cabendo acentuar que são iniciativas construídas tanto na forma de políticas universais como na de ações afirmativas.

Entretanto, como aventei um pouco antes, há fragilidades nessa construção, sendo umas das principais delas o fato de que os beneficiários dessas políticas foram, em larga escala, mais objetos do que sujeitos propriamente. Seja como for, Gomes (2017, p. 11) acentua que,

Embora o projeto de inserção como quadros nas estruturas do Estado (por exemplo, ministérios específicos para temas da diversidade e com orçamento

⁶ Conforme palavras de Sousa Santos (2005, p. 4), o Fórum Social Mundial “sintetiza a aspiração, por parte de um conjunto de grupos sociais subalternos extremamente diversificados, a uma sociedade social, política e culturalmente mais justa, liberta das formas de exclusão, de exploração, de opressão, de discriminação e de destruição ambiental, que caracterizam o capitalismo em geral”.

específico) e nos governos (gestoras, gestores, cargos de confiança e da administração burocrática) ainda tenha sido de forma subalterna, os movimentos sociais e coletivos sociais diversos conseguiram que algumas das suas temáticas históricas se transformassem em políticas públicas nas esferas federal, estadual, municipal e distrital.

Outra deficiência é a pouca articulação dessas políticas, voltadas à diversidade, com áreas “convencionais” como a educação, a saúde, a assistência social, entre outras. Indiscutivelmente, tal realidade denota certa miopia quanto à necessidade fundamental de considerar a multidimensionalidade da cultura e da sociedade na perspectiva da consubstancialidade, ou, conforme abordagem de Saffioti (2004), “entrelaçadas em nó”.

Além do mais, há um problema histórico do nosso país que requer um investimento pesado no sentido de nos reeducarmos, para, só assim, podermos compreender e aceitar a diversidade. Pois, no caminho de uma construção visando a superação de assimetrias e a aceitação de diferenças e pluralidades, que deve se produzir no entrecruzamento entre sociedade, cultura, política, economia, etc., se torna incontornável o enfrentamento e a efetiva derrubada de preconceitos, ideologias e hábitos que apregoam e eternizam ódio e intolerância a toda e qualquer manifestação de alteridade.

Não é por acaso que as mudanças e impactos dessas políticas produziram violentos rechaços do *stablishment*, mundo afora, vide as revoluções coloridas, guerras híbridas, golpes de estado, e tantos outros eventos reacionários. Afinal, garantir a diversidade significa tensionar com os mais sensíveis mecanismos de poder, em suas inúmeras dimensões, implica desnaturalizar as formas de violência, dominação, opressão e desigualdade, desnudando toda sua perversão. Infelizmente, deste contexto de conflitos não deixa de resultar, também, lamentáveis retrocessos e perdas de direitos a duras penas conquistados.

Considerando todo este quadro, apesar da Política Nacional de Museus – como símbolo do apogeu de conquistas e avanços do campo museal – ainda existe um longo caminho a ser percorrido na direção do estabelecimento de políticas públicas voltadas à promoção e à garantia da diversidade nos museus do país. Algo que deve ser, inequivocamente, levado a cabo de forma ampla e profunda, dando conta das

complexidades implicadas na pluridimensionalidade sociocultural que nos é característica.

Concretamente, o que é possível mapear, como alguns estudos comprovam⁷, são iniciativas que partem de agentes do próprio campo, articulados em redes, sistemas, associações, entidades acadêmicas ou não, movimentos, entre outras. São inúmeros casos, sem dúvida, como os dos exemplos aqui mesmo mencionados, além de muitos outros que poderiam ter sido listados neste artigo.⁸ Porém, como ciência, área de conhecimento e produção de saberes e práticas, penso ser necessário não desviarmos de um questionamento fundamental: até que ponto seria possível abarcar a complexidade consubstancial do museu diverso no escopo de políticas públicas – seja para museus ou para o próprio campo da cultura, além de outros – realmente consistentes, com mecanismos e linhas de incentivo, largo alcance e com perspectiva de permanência num longo prazo?

Museus são microcosmos do mundo ao nosso redor (CHAGAS, 2002). Sendo assim, essas tantas iniciativas que pavimentam o caminho em direção ao museu diverso claramente denotam os bons ventos que sopraram a favor da cultura, da arte, da educação e da ciência, na primeira década e meia do século XXI. Todavia, o período de “tempo bom” foi curto. Se, de forma articulada, considerarmos as dificuldades históricas para se abarcar a diversidade como um ethos inclusivo, além da própria tradição autoritária que é marca indelével da formação social de um país forjado na desigualdade, devemos firmar consenso acerca da necessidade de ainda estarmos permanentemente alertas. É preciso, sim, que ainda estejamos em prontidão para enfrentarmos casos recorrentes que refletem claramente a intolerância ao que é diverso, desviante, marginal, periférico, não-normativo, e por isso mesmo, crítico, afrontoso, empoderador e inclusivo.

Não nos esqueçamos jamais que autoritarismo, opressão e ódio ao outro, não são prerrogativas exclusivas de ditaduras e demais regimes de exceção. Aliás, o cientista social Carlos Eduardo Santos Pinho, entrevistado por Santos (2019), nos

⁷ Ver, por exemplo: BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony. Museologia e Comunidades LGBT: mapeamento de ações de superação das fobias à diversidade em museus e iniciativas comunitárias do globo. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 54, n. 10, 2017.

⁸ Mas que optei por deixar de fora, principalmente por conta de limitações como, por exemplo, o número total de laudas.

lembra muito bem que acreditar nisto, é, na realidade, ignorar os processos históricos que engendram sucessivos golpes de estado e demais violências, concretas e simbólicas, que banalizamos no nosso cotidiano enquanto sociedade. Não nos esqueçamos da censura imposta à QueerMuseu⁹ e, mais recentemente, à exposição do Prêmio Cultural Pindorama em Bagé¹⁰. Não nos esqueçamos do fechamento arbitrário do Museu da Diversidade Sexual¹¹, nem do encerramento de uma ala inteira do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP) dedicada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)¹². Bem como não devemos nos esquecer jamais de muitos outros casos, que nem sempre ganham tanta repercussão, como a acusação de pedofilia em exposição do Museu de Arte Contemporânea do Mato Grosso do Sul (MARCO)¹³; ou a recusa do próprio Museu Nacional dos Correios de Brasília em receber obras consideradas “inadequadas”¹⁴.

Portanto, não é possível pensarmos os museus, e concretizarmos o desejo do museu diverso, sem percebermos, compreendermos e enfrentarmos os desafios socioculturais, políticos, econômicos, ambientais, entre outros que se impõem, neste nosso tenso e intenso tempo atual. Para tanto, defendo, com a veemência exigida pelas circunstâncias, que nos municiemos de uma perspectiva complexa e consubstancial. Pois, do mesmo modo, não é possível propormos e implementarmos políticas públicas para este museu diverso e inclusivo sem reconhecermos e potencializarmos a pluridimensionalidade da nossa cultura, concatenada ao compromisso de construção de uma sociedade empática, que respeita e convive com as diferenças, sem tolerar a desigualdade ou qualquer tipo de privilégio e

⁹ Ver: QUIROZ, Jair Jose Gauna. Censura das memórias subterrâneas nos museus de arte: Exposições El Tercer Mundo e Queermuseu. Orientador: Daniel Maurício Viana de Souza. 2021. 269 f. Dissertação, Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

¹⁰ Ver: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2022/03/25/exposicao-de-arte-sobre-a-pandemia-e-encerrada-em-bage-censura-repudia-unipampa.ghtml>

¹¹ Ver: <https://www.hypeness.com.br/2022/05/museu-da-diversidade-sexual-por-que-justica-fechou-1a-instituicao-do-tipo-na-america-latina/>

¹² Ver: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2022/05/masp-veta-fotos-do-mst-em-mostra-que-tem-nucleo-cancelado.shtml>

¹³ Ver: <https://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/deputados-de-ms-dizem-que-obras-em-museu-fazem-apologia-a-pedofilia-e-policia-apreende-quadro.ghtml>

¹⁴ Ver: SANTOS, Márcio Tavares dos. A arte como inimiga: as redes reacionárias e a guerra cultural (2013-2021). Orientador: Marcelo Mari. 2021. 396 f. Tese, doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arte do Instituto de Artes da Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

normatividade essencialista. Em uma palavra: desfragmentar o pensamento para potencializar a ação diversa/plural.

Referências

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BAUMAN, Z. **Identity**: Conversations with Benedetto Vecchi. Cambridge, Malden: Polity Press, 2004.

CHAGAS, Mário. A Escola de Samba como lição de processo museal. Caderno Virtual de turismo, v. 2, n. 2, p. 15-18, 2002.

DERVIN, F. Cultural identity, representation and othering. In: JACKSON, J. The Routledge Handbook of Language and Intercultural Communication. New York: Routledge, 2014, p. 181-194.

GOMES, Nilma Lino. Políticas públicas para a diversidade. Sapere aude, Belo Horizonte, v. 8, n. 15, p. 7-22, Jan./jun. 2017.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.

KERGOAT, Danièle. **Se battre, disent-elles....** Paris: La Dispute, 2012.

MACIEL, Fabrício. **O Brasil-Nação Como Ideologia**: a construção retórica e sócio-política da identidade nacional. São Paulo: Annablume, 2007.

MORAES, Marcia Oliveira. Estudo das Técnicas na Perspectiva das Redes de Atores. Revista do Departamento de Psicologia da UFF, Niterói, v. 9, n. 2 e 3, p. 60-67, 1997.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. São Paulo: Editora Cortez, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Expressão popular, 2015.

SANTANA, Dania. What Is Diversity And How I Define It In The Social Context. Embracing Diversity. April 24, 2017. Disponível em: <http://embracingdiversity.us/what-is-diversity-define-social-diversity/> . Acesso em: 26 maio 2022.

SANTOS, João Vitor. O autoritarismo na formação econômica, social e política do Brasil. Entrevista especial com Carlos Eduardo Santos Pinho. **IHU-Online**. 2019. Disponível em < <https://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/591015-o-autoritarismo-e-seu-peso-na-formacao-economica-social-e-politica-do-brasil-entrevista-especial-com-carlos-eduardo-santos-pinho>> . Acesso em: 27 de maio de 2022.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. Fórum Social Mundial: manual de uso. Fórum Social Mundial: manual de uso, p. 1-154, 2005.

TERRA, Adrieli Corrêa. **A (in)visibilidade da população negra nos museus da cidade de Pelotas**: uma análise do passado e presente, para projetar o futuro. Orientador: Daniel Maurício Viana de Souza. 2019. 64 f. Monografia, Bacharelado em Museologia - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

1.2 Plano Setorial de Museus do Rio Grande do Sul: Apresentação do Colegiado Setorial de Museus/RS

Augusto Duarte Garcia

Bacharel em Museologia e Mestrando em Memória Social e Patrimônio Cultural, pela Universidade Federal de Pelotas; Museólogo da Prefeitura Municipal do Rio Grande, na Fototeca Municipal Ricardo Giovannini e Pinacoteca Municipal Matteo Toniatti;

guto.d.garcia@gmail.com

Joana Soster Lizott

Bacharel em Museologia e História e Mestranda em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas; Museóloga do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (CA/UFPel)

joanalizott@gmail.com

Resumo: Este artigo apresenta o Plano Setorial de Museus do Rio Grande do Sul, concluído durante 14º Fórum Estadual de Museus, e aprovado na Assembleia Geral do Sistema Estadual de Museus, no último dia do evento. Trata da relação do Plano com o histórico de políticas públicas na área dos museus no Estado, especialmente a Carta de Rio Grande, resultado do 8º Fórum Estadual de Museus, em 2002. Registra o contexto de elaboração do Plano, marcado pelo desmonte e ataque às políticas públicas do setor e pelas dificuldades causadas pela pandemia de Covid-19. Em um primeiro momento pelos membros do Colegiado Setorial de Museus com o envolvimento das regiões museológicas e as consultas públicas realizadas, e em um segundo momento pelos grupos de trabalho durante o Fórum. Por fim, apresenta a estrutura aprovada, com seus eixos, diretrizes, estratégias, ações e metas, uma construção conjunta de profissionais, estudantes, colaboradores e apoiadores dos museus do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Políticas públicas para Museus. Museus do Rio Grande do Sul. Plano Setorial de Museus. Colegiado Setorial de Museus.

Este artigo tem como proposta apresentar o Plano Setorial de Museus do Rio Grande do Sul (PSM/RS), documento concluído e aprovado no 14º Fórum Estadual de Museus (FEM), no dia 26 de maio de 2022. Deste modo, integrando-se ao Plano Estadual de Cultura, que estabelece as diretrizes das Políticas Públicas do Estado, no segmento da Cultura. No evento, coube ao Colegiado Setorial de Museus (CSM/RS),

a apresentação da versão do PSM/RS que vinha sendo elaborada pelos seus membros¹⁵.

O processo de elaboração do plano, que envolveu ainda reuniões com as sete regiões museológicas¹⁶ do Estado e consulta pública, acabou sendo acidentado, em virtude do fechamento dos museus causada pela pandemia de Covid-19. Por um lado, o fechamento dos museus trouxe demandas que precisavam ser apreciadas com urgência pelo CSM/RS, precisando deixar a elaboração do PSM em segundo plano¹⁷. Por outro lado, após um breve período de adaptação, a realização das reuniões de forma virtual aumentou o alcance do colegiado, permitindo uma participação mais ativa dos membros de regiões distantes do estado.

Assim, o momento no qual o FEM foi realizado e o plano construído, é marcado pela necessidade de retomada das políticas voltadas aos museus. É preciso recuperar o terreno perdido, após um período de abandono e tentativas de desmontes do setor da cultura e dos museus. Crise que iniciou na década de 2010, mas teve seu auge entre 2018 e 2022. Símbolos deste período são o incêndio do Museu Nacional da Quinta da Boa Vista e o uso dessa tragédia como desculpa para iniciar um processo de extinção do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), através da Medida Provisória nº 850 de 10 de Setembro de 2018. Situação agravada com a vitória eleitoral da extrema-direita na eleição presidencial no Brasil, em 2018. Onde o candidato demonstrou insensibilidade com o ocorrido ao Museu Nacional, sendo o único dos concorrentes do pleito que não deu declaração de lamentação e apoio a o museu. Estes são símbolos de uma política de destruição do setor cultural que é bem mais

¹⁵ Dividindo a mesa, estavam Joel Santana da Gama, Coordenador do Sistema Municipal Integrado de Museus e Acervo de São Leopoldo e representante dos sistemas municipais no CSM/RS; Deise Formolo, museóloga do Museu do Imigrante de Bento Gonçalves/RS, atual coordenadora e representante da 2ª Região Museológica no CSM/RS; Ambos apresentaram um histórico da formação do colegiado e do plano; mediando a mesa, Joana Soster Lizott, museóloga do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (MALG), da Universidade Federal de Pelotas, uma das Coordenadoras da Comissão Organizadora Local do evento e representante da 7ª Região Museológica no CSM.

¹⁶ Divisão geográfica e organizacional do Rio Grande do Sul, estabelecida pelo SEM/RS, proposto por Tabora, nos dois primeiros fóruns estaduais de museu que visa regionalizar a representação dos museus perante o Sistema Estadual de Museus/RS. A organização das 7 Regiões são baseadas nas 9 Regiões Funcionais do RS, e organiza os municípios em blocos administrativos regionais (BERTOTTO, 2013).

¹⁷ Como as polêmicas sobre as escolhas e ações feitas pelo Governo Federal no Setor da Cultura e de Museus, como a escolha equivocada da presidente do IPHAN e a atuação do presidente do Instituto Palmares. Ou no âmbito estadual, com o desmanche do corpo técnico do Museu Zoobotânico do Estado. Também foi importante a mobilização do CSM para a orientação e incentivo à participação nos editais do estado da Lei Aldir Blanc.

profunda, envolvendo o fechamento do Ministério da Cultura (Minc), a quebra dos investimentos e a tentativa de desestruturação das instituições ligadas à pasta. Colocando a cultura brasileira como inimiga do governo (NUNES, 2022).

Por isso, a construção de uma política setorial para os museus do Rio Grande do Sul, tem esse peso de retomada. O momento lembra o contexto de 20 anos atrás, quando foi realizado o 8º Fórum Estadual de Museus (8ºFEM), em 2002, na cidade de Rio Grande. Naquela oportunidade, foi discutida uma proposta de política pública para o setor de museus. Posteriormente, essa proposta foi uma das bases para a criação da primeira Política Nacional de Museus (PNM), em 2003 (NASCIMENTO JUNIOR, 2019). Naquele momento, também havia o desgaste e a falta de investimentos. Mas hoje, desponta uma nova geração de profissionais de museus que trabalham em colaboração com os atores presentes no fórum de 2002.

Nesse sentido, a ligação entre os dois eventos e momentos é profunda. A política pública que surgiu do 8ºFEM, consolidada na Carta de Rio Grande, resultou na formação do IBRAM, na promulgação da Lei do Estatuto de Museus, do crescimento de cursos de formação na área da museologia e de editais voltados a museus. Por isso, o processo de construção do atual PSM/RS tem como base, e utiliza os mesmos eixos da Carta de Rio Grande. É assim, um retorno às bases históricas da militância política do setor de museus. A própria Carta de Rio Grande é o resultado de uma trajetória que instrumentalizou o setor museológico gaúcho e possibilitou que as discussões do âmbito estadual se tornassem uma referência para a criação da Política Nacional de Museus (PNM), em 2003.

Embora essa referência a experiências anteriores ocorra tendo como pano de fundo um contexto de retrocesso, é importante ter em mente que ela também evidencia os avanços das políticas praticadas em outrora, que mesmo em momento de crise, demonstram as bases e estruturas que a partir delas foram criadas. Isso pode ser percebido na quantidade de profissionais de museus formados a partir das políticas de fomento e capacitação desenvolvidas, o estabelecimento da PNM, a produção intelectual que se multiplicou nestes últimos anos, e uma legislação específica para a área de museus que surgiu como resultado das ações promovidas pelos órgãos que surgiram nos últimos anos, como o Departamento de Museus (DEMU), o Sistema Brasileiro de Museus (SBM), Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), entre outros.

Bases de uma política que mesmo desmantelada, deixou raízes importantes para essa retomada.

Assim, para contextualizar o PSM/RS, é necessário fazer referência às suas bases no 8º FEM e na Carta de Rio Grande. Incluindo ainda o processo que ocorreu posteriormente a criação da PNM, como o surgimento do IBRAM e Estatuto de Museus, além dos antecedentes à formação do Sistema Estadual de Museus (SEM/RS) em 1991, compreendendo esse momento como o de construção das bases que possibilitaram os debates e a construção do documento de 2002.

Discutindo as Políticas Públicas de Museus e a criação do SEM.

A formação das políticas públicas voltadas a museus dos anos 2000 foi influenciada pelas ações de valorização do Patrimônio nos níveis nacional e estadual do século XX. As mudanças mais profundas, vinculadas a estas transformações remetem às décadas de 1970 e 1980 no Rio Grande do Sul, após provocação feita pelo Ministério da Educação e Cultura a todos os estados da união, através do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), promovendo encontro entre os governadores. Nestes eventos, buscou discutir o compartilhamento das responsabilidades na preservação do patrimônio nacional (FONSECA, 2017).

No Estado, foi realizado um estudo sobre o patrimônio cultural sul-riograndense. Focado principalmente na capital, entre as instituições estudadas, estavam o Museu Júlio de Castilhos, o Museu de Arte do Rio Grande do Sul, e o Museu de Ciências Naturais. O objetivo desta ação era de recuperar e reestruturar a administração da gestão das instituições e dos bens culturais em território gaúcho (FRAGA, 2004).

Essas ações ocorrem em meio ao processo de abertura política do Brasil e de redemocratização, após décadas sobre o jugo da Ditadura Militar. Em nível estadual, figuras icônicas, como Tarcísio Taborda, organizaram e participaram de seminários e fóruns para discutir as políticas públicas para museus. É nesse contexto que surge a Coordenação Estadual de Museus do Rio Grande do Sul (CEM/RS). De acordo com Márcia Bertotto (2013), o CEM/RS foi antecessor do SEM/RS, vinculado ao Conselho de Desenvolvimento Cultural do Estado e integrava a coordenação do Sistema

Nacional de Museus (SNM). Através do CEM/RS, foram realizados os dois primeiros fóruns estaduais de museus, em 1988 e 1990. Nestes eventos foram discutidos o decreto de criação e a proposta de regionalização existente até hoje no SEM/RS. Em 1991 o SEM/RS foi criado com a consolidação do Decreto Estadual nº 33.791/1991 e da sua inclusão na Constituição Estadual, no artigo 224 (BERTOTTO; FARIA; SCHEFFER, 2020; ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 1989).

Mesmo não tendo um funcionamento contínuo, o que prejudica até hoje a gestão do órgão e a sustentabilidade de políticas públicas voltadas aos museus, foi através do SEM/RS que muitas das ações e projetos promovidos pelo DEMU e posteriormente no IBRAM, foram criadas. José Nascimento Junior (2019), que foi coordenador do sistema entre os anos de 1999 a 2002, e primeiro diretor do DEMU e primeiro presidente do IBRAM, afirma que muitas das ações promovidas SEM/RS foram ou reproduzidas, ou influenciaram as executadas em nível nacional a partir de 2003.

No período da gestão de Nascimento no SEM/RS, no governo estadual de Olívio Dutra (1999-2002), foram retomadas as ações de promoção e financiamento dos museus do estado. Foram realizados fóruns e cursos de formação, convênios com universidades e instituições de pesquisa. Além do edital de fomento PROMUSEU, realizado em conjunto com a FAPERGS. Essa mobilização engajou profissionais e dirigentes de museus, resultando numa ampla participação no 8º FEM que ocorreu no ano de 2002, na cidade de Rio Grande (BERTOTTO, 2007; FRAGA, 2004).

O evento foi marcado pelos 30 anos da Carta da Mesa Redonda de Santiago, tendo como tema “Museus e Globalização”. Carregou consigo todo esse acúmulo de experiências e discussões em seus debates, em um momento em que os museus brasileiros sofriam com a precarização e abandono, resultado de uma política neoliberal adotada por governos em nível nacional e regionais, nos anos 90 (CALABRE, 2007; ABREU, 2010; BERTOTTO, 2007; FRAGA, 2004a). Portanto, na elaboração da Carta de Rio Grande, havia um conteúdo que catalisava as demandas e propostas de mudança para qualificação dos museus nacionais (CARTA DE RIO GRANDE, 2014). O que fez do documento, uma ótima base para a construção de uma política pública nacional para os museus.

No Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), sob a gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura (MINC), ocorreu a implementação da PNM. E foram criados órgãos como DEMU e SBM (MINISTÉRIO DA CULTURA; IPHAN; DEMU, 2006). Nos anos seguintes foram promovidas ações de incentivo a criação de cursos de graduação e pós-graduação na área de museologia e afins; estabelecidos instrumentos de transferência direta de recursos para os museus; criado o IBRAM; e elaborado e aprovado a Lei Federal 11.904/2009, o Estatuto de Museus (MORAIS, 2009; TOLENTINO, 2007).

Foi assim, estabelecendo uma estrutura de promoção e articulação das políticas públicas para a área dos museus, que hoje possibilitou que mesmo em um momento de crise, o setor tivesse a capacidade de mobilização para a construção de uma política pública voltada aos museus do Estado.

Formação da PSM/RS e o trabalho do Colegiado Setorial de Museus/RS.

A construção da política pública para os museus do estado iniciou em maio de 2012, através de reunião entre os coordenadores das regiões museológicas com o SEM/RS. Neste período, o coordenador do Sistema Estadual de Museus era Joel Santana, que assumiu o cargo durante o Governo de Tarso Genro (2010-2014).

Nesta reunião, foi apontada a necessidade de realização de encontros regionais, para provocar os trabalhadores e dirigentes de museus a debater a construção de um plano setorial para os museus do Estado, se espelhando no que foi feito pelo DEMU, em 2003, em nível nacional. Essas reuniões passaram a ocorrer durante o ano de 2013, sediadas em uma cidade de cada região museológica:

Tabela 1 - Reuniões de elaboração do Plano Setorial em 2013

Data da reunião	Região Museológica	Cidade
09 de setembro de 2013	2ª RM	Caxias do Sul
18 de setembro de 2013	6ª RM	Dom Pedrito

10 de outubro de 2013	3ª RM	Erechim
24 de outubro de 2013	7ªRM	Pelotas
08 de novembro de 2013	4ªRM	São Luiz Gonzaga
25 de novembro de 2013	1ªRM	Porto Alegre

Fonte: Elaborada pelos autores com dados do Plano Setorial de Museus

O início deste processo ocorreu no 13º Fórum Estadual de Museus, em junho de 2013, na Casa de Cultura Mario Quintana, em Porto Alegre, tendo prosseguimento nos encontros regionais. Porém, após o final da gestão de Genro, a construção foi paralisada. Apenas em 2019, após esforço da atual coordenadora do sistema, Carine Duarte, foi retomada a construção do documento. Nesse momento foi reativada a estrutura dos colegiados setoriais ligados à Secretaria de Cultura do Estado.

Na época, o objetivo para a retomada dos doze colegiados setoriais do estado era avaliar o Plano Estadual de Cultura do RS, aprovado em 2015. Na setorial de museus, a representação é formada pelas sete regiões museológicas do estado, do Comitê de Acervos da representação estadual da Associação Nacional de História (ANPUH), da Rede de Educadores de Museus no Rio Grande do Sul (REM/RS). As representações governamentais são formadas pelos museus e pela Secretaria de Cultura do Estado, dos cursos de Bacharelado em Museologia da UFPEL e da UFRGS, dos sistemas municipais de museus e do Conselho Regional de Museologia da 3ª Região.

Uma das primeiras ações realizadas pelo grupo foi estabelecer como eixos do PSM os já existentes na Carta de Rio Grande. Também foi iniciada uma retomada do material produzido em 2013. Contudo, em 2020, por causa da pandemia de Covid-19, o processo foi paralisado. As reuniões passaram a ser realizadas de modo virtual, o que de certo modo contribuiu, facilitando a participação dos integrantes do colegiado, que não necessitavam percorrer longas distâncias para participar das reuniões.

Mas a demanda que surgiu por conta dos fechamentos dos museus e dos editais da Lei Aldir Blanc, ocuparam a atenção que antes era dada ao Plano de Cultura

e ao Plano Setorial de Museus, entre outras questões. Apenas a partir de 2021, é que os trabalhos retomaram seu objetivo. Através de consultas públicas e reuniões com as 7 regiões museológicas do Estado e o próprio colegiado, foi construído o documento que seria levado para o 14º Fórum Estadual de Museus. Cada eixo foi apreciado por um grupo de trabalho (GT) que se reuniu durante o evento.

Todo esse acúmulo de propostas foram discutidas na Assembleia Geral do SEM/RS no último dia do Fórum. Cada diretriz, estratégia e ação foi debatida e votada, sendo incluídas no plano apenas as aprovadas pela maioria dos presentes. Deste modo, surge o Plano Setorial de Museus do Rio Grande do Sul.

Organização da PSM/RS

Durante a elaboração do Plano Setorial de Museus do RS, foi definida uma organização em cinco eixos, baseados na Carta de Rio Grande. Os eixos aglutinam, de forma ampla, os principais temas a serem abordados. Cada um deles possui uma ou mais diretrizes, que focam nas demandas mais específicas relacionadas àquele tema e são como objetivos a serem alcançados. São compostas pelas estratégias que encaminham a forma de alcançar aquele objetivo, desmembradas em ações e metas quantitativas e temporais.

No primeiro eixo, é abordado o tema da “Política de Gestão e Organização do Setor Museológico”. Foi estruturado em duas diretorias, sendo a primeira voltada para o fortalecimento e implementação de sistemas de museus e a segunda para o papel do Colegiado Setorial de Museus. Deste modo, as estratégias e ações previstas estão ligadas a promover a continuidade dos encontros dentro das sete regiões museológicas, a garantia da realização do fórum estadual de museus a cada dois anos e a ampliação do quadro funcional do SEM/RS. Também, prevê o incentivo à contratação e qualificação dos quadros profissionais dos museus que estão no estado por via de concurso público e a manutenção do CSM, com a estrutura a qual foi criado.

O segundo eixo, “Políticas de Democratização e Acesso aos Bens Culturais” é organizado em três diretrizes relacionadas à proposta de acesso universal às instituições e acervos. As ações propostas preveem o financiamento, o debate, a formação e o estabelecimento de normativas que instruem os trabalhadores de

museus e as próprias instituições para que possam possibilitar o acesso amplo às instituições e seus acervos. As estratégias abordam temas como o acesso universal e democratização dos museus, estimular a participação dos povos tradicionais e a colaboração com os países do Mercosul. Para essas ações são previstas a realização de fóruns, normativas, editais entre outras ações. Assim, será incentivado o debate, o trabalho em rede e o financiamento das ações ligadas ao tema.

No terceiro eixo, “Políticas de Financiamento e Fomento aos Museus do RS” foi elaborada apenas uma diretriz. As estratégias e ações estabelecidas nela estão relacionadas ao financiamento e sustentabilidade das instituições museológicas e do setor de museus. Nas bases estabelecidas estão o diagnóstico da situação financeira dos museus e de suas associações de amigos, formação para profissionais e dirigentes e o fortalecimento dos órgãos de apoio dos museus e dos editais estaduais para o setor. Ou seja, democratizar o acesso ao financiamento e promover a formação de instituições independentes e sustentáveis. Fortalecendo assim os instrumentos de transferência de recursos direto aos museus e incentivando a ampliação da participação popular na gestão e financiamento das instituições museológicas do Estado.

O quarto eixo, “Políticas de Capacitação e Formação”, é o menor do plano, tendo apenas uma diretriz e uma estratégia. O objetivo deste eixo é a qualificação dos trabalhadores de museus. Por isso, as propostas cercam a disponibilização de oficinas e cursos virtuais e presenciais.

Por fim, o quinto eixo, “Políticas de Aquisição e Gerenciamento de Acervos e Bens Culturais”, possui três diretrizes. As ações e metas estabelecidas estão relacionadas a qualificação do trato com os acervos, através da profissionalização das práticas dos responsáveis pela gestão de acervos, através de oficinas, fóruns e seminários de formação. Preveem ainda o estabelecimento de ferramentas e normatizações, visando definir padrões para aquisição e descarte, como uma orientação para os profissionais e instituições. Se relacionam ainda a métodos para difusão de acervos dos museus do Rio Grande do Sul.

Como muitas das diretrizes, estratégias e ações dialogam entre os eixos, é possível visualizar três eixos transversais, que são: A democratização ampla ao acesso aos bens museológicos gaúchos; o financiamento dos museus, que mesmo

que tenha um eixo horizontal específico, transpassa todos os outros; e a qualificação e profissionalização do trabalho museológico. Assim, no PSM/RS é previsto que as instituições possibilitem um amplo acesso e participação da população gaúcha ao patrimônio museológico do estado. Colocando que para isso, é necessário garantir o financiamento do setor, a profissionalização das gestões, e a preservação e promoção do patrimônio e da cultura sul-rio-grandense.

Considerações finais

O Plano Setorial de Museus do Rio Grande do Sul é fruto de décadas de construção do setor de museus do Estado. É também um meio para a continuidade deste processo social de preservação da memória e da cultura das comunidades sul-rio-grandenses.

Numa trajetória histórica das políticas públicas para museus no Rio Grande do Sul marcada pela descontinuidade, o PSM/RS vem com o objetivo de garantir as ações de preservação e promoção cidadão dos acervos do estado. Tendo sido construído como uma política de Estado, sem vínculos partidários, e com a participação ativa dos profissionais, dirigentes e educadores do setor museológico gaúcho, o Plano Setorial de Museus do Rio Grande do Sul vem para estabelecer um novo padrão para o setor de museus, voltado para o profissionalismo, fomento e democratização do fazer museológico no Estado.

Referências

ABREU, Regina. A Cultura do Mecenato no Brasil: Uma Utopia Possível?
NASCIMENTO JUNIOR José do (org.). **Economia de Museus**. Brasília:
Minc/IBRAM, p.163-202, 2010.

BERTOTTO, Márcia Regina. **Análise das Políticas Públicas para Museus no Rio Grande do Sul – Um Estudo de sua Eficácia no Desenvolvimento das Instituições Museológicas Gaúchas**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p.163. 2007. Disponível em:
<https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/4745>. Acesso em: 13 mar. 2021

BERTOTTO, Márcia Regina. **Entre O Paralelo 20 E O 30 – Analisando e Propondo Políticas Públicas Para Museus no Sul do Brasil**. Tese (Doutorado em Museologia) - Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, p.258. 2013.

Disponível em:

<https://recil.grupolusofona.pt/bitstream/10437/4980/1/Tese%20M%C3%A1rcia%20Bertotto.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2021.

CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: **Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**, 3., 2007. Salvador. Anais... Salvador:

ENECULT, 2007. Disponível em: <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/handle/fcrb/451>.

Acesso em: 20 jul 2020.

Carta de Rio Grande. **Revista Expressa Extensão**. Pelotas: v. 19, n. 2, p.169-172, Universidade de Pelotas, Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, nov. – dez, 2014.

Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/expressaextensao/article/view/4948>

Acesso em: 21 set. 2019

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo**. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

FRAGA, Thais Gomes. Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul: a incessante construção de uma política museologia. **MUSAS: Revista Brasileira de Museus e Museologia IPHAN/DEMU**. Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p.107-120, 2004a.

FRAGA, Thais Gomes. **Os Subterrâneos Emergem: a institucionalização da cultura e a temporada dos museus no Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. UFRGS, Porto Alegre, p.165, 2004b.

MINISTÉRIO DA CULTURA. IPHAN. DEMU. **Política Nacional de Museus: relatório de gestão 2003-2006**. Brasília: MINC/IPHAN/DEMU, 2006.

MORAES, Nilson Alves de - Políticas públicas, políticas culturais e museu no Brasil. **Revista Museologia e Patrimônio**. Rio de Janeiro, v II, nº 1, p. 54-69, jan/jun de 2009 Disponível em:

<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/46/26>. Acesso em: 26 ago. 2020

NASCIMENTO JUNIOR, José do. **De João a Luiz: 200 anos de Política Museal no Brasil**. UNIRIO/MAST. 2019. Tese. (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2019. 252 f. Disponível em:

http://www.unirio.br/ppg-pmus/jose_nascimento_junior.pdf. Acesso em: 24 mar. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. [Constituição (1989)]. Constituição do Estado do Rio Grande do Sul. 4. ed. atual. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2020. Disponível em: http://www2.al.rs.gov.br/dal/LinkClick.aspx?fileticket=9p-X_3esaNg%3d&tabid=3683&mid=5358. Acesso em: 24 jun. 2021

TOLENTINO, Átila. (2007). Políticas públicas para museus: o suporte legal no ordenamento jurídico brasileiro. **Revista CPC**. São Paulo: n.4, p. 72-86, 2007. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15607>. Acesso em: 31 ago. 2020.

1.3 Fóruns Estaduais de Museus do Rio Grande do Sul – Entrelaçamentos com a Política Nacional de Museus

Márcia Regina Bertotto

Museóloga e Doutora em Museologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

marcia.bertotto@ufrgs.br

Resumo: O artigo aborda o surgimento do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul (SEM/RS) e seu histórico de formação, destacando as temáticas e discussões que se efetivaram durante a realização dos Fóruns Estaduais de Museus, especialmente, do 3º Fórum (Santa Maria, 1992) e do 8º Fórum (Rio Grande, 2002). Objetiva descrever a conformação do SEM/RS como instituição responsável pela implementação e consolidação de políticas públicas para o setor, indicando as relações presentes entre as instituições sistêmicas no âmbito nacional e regional. A metodologia compõe-se de dados de pesquisas anteriores e de relatos como agente ativa na participação em ambos os eventos, além de revisão bibliográfica e documental. Assinala a importância dos assuntos tratados nos referidos Fóruns Estaduais de Museus, com base no envolvimento polifônico dos participantes e os resultados que foram encaminhamentos fundamentais e colaborativos para a efetivação de uma política cultural pública e específica para os museus no Brasil.

Palavras-chaves: Políticas públicas. Museus. Sistema Estadual de Museus/RS. Fórum Estadual de Museus.

Introdução

São encontros como o Fórum Estadual de Museus que trazem, na sua origem, as discussões relativas ao campo museal, que fortalecem os museus do Rio Grande do Sul e o desenvolvimento da ciência Museologia. A participação como membro da Mesa-redonda “Política Nacional de Museus, Sistemas Nacional e Estadual da Cultura”, juntamente com as profissionais Simone Flores Monteiro e Ana Ramos Rodrigues, dentro da programação do 14º Fórum Estadual de Museus, realizado na cidade de Pelotas entre 24 e 27 de maio de 2022, reforça a importância da escuta e

das trocas, onde relatamos a importância e atualidade dos assuntos tratados no 3º e no 8º Fórum Estadual de Museus para o momento que hoje vivenciamos.

A abordagem do surgimento do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul e seu histórico de formação, destacando a importância das discussões que se efetivaram no seu encontro maior, o Fórum Estadual de Museus é importante para o fortalecimento das ações em prol dos museus e dos profissionais de museus e observando-se a atuação do SEM/RS como política pública para o setor.

A retomada neste encontro, depois de nove anos desde a realização do 13º Fórum Estadual de Museus e, depois de dois anos de pandemia de COVID-19, é um momento significativo. Este retorno reforça a ocasião de discutir os melhores rumos e conhecer as experiências e relatos de colegas estudantes de Museologia e profissionais de museus.

Autores que relatam a partir de suas pesquisas, as políticas públicas para a cultura, como Isaura Botelho, Antonio Rubim e Lia Calabre, são fundamentais para as abordagens e para a compreensão da Política Nacional de Museus (enquanto pauta nacional) e do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul (para a pauta regional) e seus entrelaçamentos.

A organização sistêmica e sua importância para a política pública

Os Sistemas Estaduais de Museus surgiram a partir da formação do Sistema Nacional de Museus, em 1986, quando então, foi estimulada a criação de sistemas estaduais dentre os quais destacamos o Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul (SEM/RS). Embasado na existência dos Sistemas Estaduais de Museus de São Paulo e, principalmente, do Paraná, o SEM/RS foi desenvolvido num crescendo e com o apoio de profissionais que se envolveram firmemente nesta ação.

Para abordar o assunto Políticas Públicas de Cultura no Brasil precisamos de conceituações propostas por alguns autores. António Canelas Rubim reforça que: “As políticas públicas dão substrato democrático para a viabilização de políticas de Estado, que transcendendo governos, possam viabilizar políticas nacionais mais permanentes”. (RUBIM, 2012, p.41). Enquanto que Lia Calabre indica que: “No Brasil

a relação entre o Estado e a cultura tem uma longa história. Entretanto a elaboração de políticas para o setor, ou seja, a preocupação na preparação e realização de ações de maior alcance, com um caráter perene, datam do século XX.” (CALABRE, 2007, p. 1) Quer dizer, temos rupturas, idas e vindas e impermanências, mas é o século XX que inaugura uma efetiva preocupação com a criação de órgãos governamentais para implementar políticas públicas de cultura, que nem sempre tem continuidade. Também é fundamental destacar o embasamento que o Decreto-lei nº 25 traz para o conceito de patrimônio, nas palavras de Marcio Ferreira Rangel

Tendo como base o anteprojeto de Mário de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade elabora o Projeto de Lei federal que irá organizar a proteção do patrimônio cultural no Brasil. Em janeiro de 1937, por meio da Lei nº. 378, é criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Nesse mesmo ano, após a dissolução do Congresso Nacional, Gustavo Capanema submete a Getúlio Vargas o Projeto de Lei redigido por Rodrigo. Em 30 de novembro, o Decreto-Lei nº. 25, que regulamenta o SPHAN, foi promulgado. (RANGEL, 2012, p.105)

Pelas razões indicadas nas falas dos autores citados, atentamos que foram incansáveis as tratativas para efetivar o SEM/RS, enquanto uma política pública para os museus, razão de ser da realização e da pauta de discussões do 1º e do 2º Fórum Estadual de Museus.

A força de propositura de muitos profissionais ocorreu como condição básica para a formatação do SEM/RS, seja na atuação incessante nos museus ou em instituições ligadas à Secretaria de Estado da Cultura, que havia sido criada em 1990. Destacamos o trabalho de Teniza Spinelli, jornalista e museóloga provisionada, atuando na Coordenadoria Estadual de Museus (CEM/RS) que estava à frente da implantação do SEM/RS; de Tarcísio da Costa Taborda, jurista e museólogo provisionado, atuante na sua cidade natal, Bagé/RS, onde trabalhava no ensino e na curadoria e direção dos museus municipais, além de ser o responsável por muitas edições dos Encontros Sul-rio grandenses de Museus; e de Telmo Lauro Muller, historiador e professor que vivia e trabalhava em São Leopoldo junto ao Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

O envolvimento destes profissionais e de tantos outros bem como outras entidades que congregaram e congregam museólogos de formação, museólogos provisionados e profissionais de museus, como a Associação Rio-grandense de

Museologia e o Conselho Regional de Museologia do Rio Grande do Sul (COREM 3R)¹⁸, foram o impulso para que o SEM/RS efetivamente fosse criado em 1991.

Pelo Decreto Nº 33.791, DE 21 DE JANEIRO DE 1991, que organiza sob a forma de Sistema as atividades de Museus do Estado do Rio Grande do Sul, estava criado o Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul. O instrumento define em seu artigo primeiro que as atividades dos museus do Estado do Rio Grande do Sul serão desenvolvidas sob a forma de sistema. Portanto, fica esclarecido um ponto importante no que se refere a sistemas, que se organiza de forma diferente do que é a configuração em rede, cuja organização é mais distendida. Neste caso, o sistema tem uma participação institucional, menos distendida que a ação das redes e que precisa ter uma adesão formal.

Segundo o referido decreto, se destacam algumas das atribuições do SEM/RS:

- I-promover a articulação entre os museus existentes no Estado, respeitada sua autonomia jurídico-administrativa, cultural e técnica;
- II-definir diretrizes gerais de orientação para o cumprimento dos objetivos do Sistema;
- IV-estabelecer e acompanhar programas de atividades, de acordo com as especificidades e o desenvolvimento da ação cultural de cada entidade museológica e a diversidade cultural do Estado;
- V-estabelecer e divulgar padrões e procedimentos técnicos que sirvam de orientação aos responsáveis pelos museus;
- VII - proporcionar o desenvolvimento de programas de incremento, melhoria e atualização de recursos humanos, visando ao aprimoramento do desempenho museológico;
- VIII - propor formas de provimento de recursos destinados à área museológica do Estado;
- X -estimular propostas de realização de atividades culturais e educativas dos museus junto às comunidades;
- XII - promover e facilitar contatos dos museus com entidades nacionais ou internacionais, capazes de contribuir para a viabilização dos projetos das instituições filiadas aos Sistemas (RIO GRANDE DO SUL, 1991)

Atribuições estas que têm sido concretizadas (ou não) ao longo dos anos, em razão da organicidade de atuação do SEM/RS, especialmente perante a divisão regional, a definição de diretrizes, a oportunização de oficinas técnicas e a oferta de apoio técnico aos museus (existentes ou que estejam sendo criados, bem como seu

¹⁸ A ARM surgida em 1985 reunia profissionais atuantes em museus que ainda não eram museólogos, por força da lei federal 7287/1984 que criou o COREM 3R, órgão ligado ao Conselho Federal de Museologia que reconhecia a profissão e registrava os profissionais. No Rio Grande do Sul, os primeiros museólogos não possuíam formação de graduação e foram provisionados pela referida lei

consequente registro) e a efetivação de pesquisas¹⁹. Outras ações orquestradas e acompanhadas pelo SEM/RS, ao longo de mais de 30 anos de atuação, destacam-se no âmbito dos recursos, como a realização do Fundo de Apoio à Cultura (FAC) do Museus, do Programa FAPERGS, do apoio a cursos de especialização, para além do envolvimento e das trocas entre a estrutura dos sistemas nacional e regional para o efetivo trabalho sistêmico.

Para a execução das ações do SEM/RS se deu a divisão geográfica do estado em uma organização regional que foi conformada em sete regiões museológicas numa proposta feita por Teniza Spinelli e Tarcísio Taborda que observaram divisões regionais de outras entidades, bem como a proximidade e vinculação de museus às universidades numa possibilidade de apoio a pequenos museus. (DUARTE, 2013)

A realização dos fóruns estaduais de museus está prevista no Regimento Interno do SEM/RS, em seu artigo 16, e se deu com maior frequência em Porto Alegre, mas a sua realização no interior destacou as regionais atuantes e participantes: 2ª, 5ª e 7ª regiões museológicas. A intenção de início, visando a mais ampla participação era realizar uma edição no interior e outra em Porto Alegre, como se deu nas primeiras edições: poderá ser retomada em momentos, inclusive, de participação online.

O contexto dos primeiros eventos era de participação, discussão, pois eram as primeiras oportunidades de desenvolver discussões em grupo com os pares do RS e com participação de agentes do centro do país, que viriam a colaborar para o conhecimento. Estes profissionais e estudiosos vindos de várias regiões brasileiras também já tinham conhecimento das necessidades que se impunham no Rio Grande do Sul pela falta de formação regular, inclusive por que participavam dos Encontros Sul-riograndense de Museus ocorridos em Bagé, como já comentado. A realização, a guisa de registro foi: I Fórum realizado na cidade de Taquara (1989); II Fórum realizado em Porto Alegre (1990); III Fórum realizado em Santa Maria (1992); IV Fórum realizado na cidade de Farroupilha (1994); V Fórum novamente realizado em Taquara (1996);, 6º Fórum ocorrido em Porto Alegre (1998); 7º Fórum também ocorrido em Porto Alegre (2000); 8º Fórum realizado em Rio Grande (2002); 9º Fórum em Porto Alegre (2004); 10º Fórum na cidade de Bento Gonçalves (2006); 11º Fórum em Porto Alegre (2008);

¹⁹ Estas pesquisas estão disponíveis no site: <https://cultura.rs.gov.br/sistema-estadual-de-museus>. Acesso em 24 set. 2022

12º Fórum ocorrido em Santa Maria (2010) e 13º Fórum realizado em Porto Alegre (2013).

É, portanto, fundamental recordar das comemorações dos 30 anos do SEM/RS ocorridas de forma online, em 2021, que prestou homenagens e trouxe felicidade, aflorou emoções, lembranças e congratulações nas falas que foram feitas. Os antigos coordenadores e os coordenadores regionais, bem como os homenageados todos inseridos em uma mesa de depoimentos e agradecimento observaram a importância da criação do órgão e a quantidade de ações até então promovidas, reforçando a intenção de que nada se constrói sem participação, luta, resistência e coletividade.

Podemos observar as atribuições e a consequente atuação do SEM/RS a partir de seu regimento, onde se destacam a realização e periodicidade de: reuniões regionais, assembleias, oficinas de formação, políticas de integração e atendimento às demandas regionais.

Pela motivação da escrita e pela intenção de trazer alguns marcos desta história próxima e pujante é que delimitamos o terceiro e o oitavo fóruns como marcos deste texto e sobre os quais abordaremos na próxima seção.

Os fóruns estaduais de museus e sua interface com os agentes

Dentre os Fóruns, destacamos o 3º Fórum Estadual de Museus ocorrido entre 24 e 26 de agosto de 1992 em Santa Maria, município localizado na Região Central do estado e pertencente à 5ª Região Museológica. Portanto, há 30 anos, foram discutidos os seguintes assuntos (ANAIS, 1992): Cultura e Identidade (Ulpiano Bezerra de Meneses/SP); Museu como espaço educativo (Rosana Nascimento/BA); Museus e Arquivos (Painel); Política de Incentivo Fiscal à Cultura; e Profissionalização e quadro de pessoal dos museus (SEM/PR).

Estiveram presentes profissionais e acadêmicos vindos de São Paulo, Bahia, Paraná para trazer importantes relatos do que se discutia em âmbito nacional, em razão da inexistência de cursos de graduação no Rio Grande do Sul. Mas é mister recordar que a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) havia

recentemente formado mais de vinte profissionais no pioneiro Curso de Especialização em Museologia ocorrido em Porto Alegre.

Nas palavras do então Coordenador do SEM/RS, José Albano Volkmer

O SEM/RS atua no sentido de promover uma política cultural participante, com a preocupação, ao nível institucional, a coordenação das atividades museológicas, reunindo museus de diferentes tipologias jurídico-administrativas, culturais ou técnicas, dentro da concepção de que 'sistema' é um método de trabalho coletivo, conjunto das partes envolvidas e integradas ao meio sócio-cultural específico de cada região museológica, mas com objetivos afins: buscar uma maior articulação e melhor desempenho dos museus do estado. (RIO GRANDE DO SUL, 1992, p. 71)

Observamos a existência de uma verdadeira atuação sistêmica, em razão da indicada ação articuladora e coletiva do SEM/RS, inclusive na pertinência dos assuntos tratados e discutidos que consideraram questões sobre a profissionalização, as ações educativas e a interdisciplinaridade, temas tão caros à Museologia naquele período e ainda tão prementes nas atuais discussões.

Importante, ainda, são as recomendações do III Fórum Estadual de Museus, dentre as quais destaca-se

1ª) sendo o museu um espaço educativo e Cultural, responsável pela preservação, divulgação e investigação do patrimônio natural e cultural, deverá estar comprometido, através de sua ação museológica, com a prática da cidadania e com os compromissos assumidos pelo ICOM e pela UNESCO, contidos nos documentos aprovados na MESA REDONDA de Santiago do Chile em 1972 e na Declaração de Caracas, em janeiro de 1992;

2ª) a transdisciplinaridade seja um componente fundamental para promover as relações institucionais agindo com a comunidade e atingindo-a de forma integral;

3ª) que a FAPERGS desenvolva, a partir de 1993, um plano de fomento especial beneficiando diretamente os museus tanto fisicamente como nos recursos humanos e na pesquisa;

4ª) que os projetos federais que contemplem a área museológica e patrimonial no território do Rio Grande do Sul tenham a participação dos profissionais sul-riograndenses; [...]

7ª) que o quadro de pessoal dos museus seja instituído como uma definição de seu perfil, com a admissão somente por concurso por qualificação e o processo de ascensão seja forma de garantir uma infra-estrutura que lhes proporcione uma adequada continuidade de trabalho; [...]

9ª) Que nos próximos FÓRUNS ocorra um maior espaço para a troca de experiência entre os museus de nosso Estado, na medida em que a teoria será engajada com a prática. E, é através da práxis museológica, levando em consideração a história e anseios da comunidade em que está inserido, que

o papel do museu como um espaço preocupado em levar a sociedade a uma visão holística na relação homem-planeta, homem-produto e homem-homem, seja fortificado e respeitado;

10ª) Que sejam criados cursos de graduação em museologia, tendo em vista a existência de especialistas em Museologia no Estado. A curto prazo que sejam incluídas nos currículos de faculdades afins (Ciências Humanas, Educação Artística, etc.) cadeiras de museologia. (RIO GRANDE DO SUL, 1992, p.123 a 125)

O que se observa é que de 1992 para cá, muitas destas recomendações foram atendidas: temos dois cursos de graduação em pleno funcionamento em universidades federais (UFPEL e UFRGS); os museus têm sua participação nas discussões promovidas nas reuniões regionais; tem se buscado conhecer melhor os públicos; os museus atuam na concepção de projetos captação de recursos, ainda com dificuldades, mas ampliando possibilidades; e permanece a oferta de formações técnicas por meio de oficinas, inclusive de forma online. Mas há outras demandas que ainda seguimos discutindo, mas resistindo e mantendo a organização em regiões museológicas, ainda que informalmente nos momentos de dificuldades e falta de apoio governamental, como a realização de concursos públicos específicos para a contratação de museólogos.

Volkmer, ainda em 1992 – quando se contava com cerca de 200 museus no RS -, observou que: “A construção de uma política museológica participativa deve levar em consideração as especificidades regionais, como expressão cultural das distintas correntes étnicas que compõem o amplo espectro cultural do RS” (RIO GRANDE DO SUL, 1992, p. 73)

É compreensível, portanto, que o SEM/RS tenha o princípio de que a verdadeira política museológica é prática em construção por meio de experiências vivenciadas em realidades e especificidades regionais e com a participação da sociedade e a mobilização permanente, engajada e consciente.

Como já indicado, o 8º Fórum Estadual de Museus foi realizado entre 13 e 18 de maio de 2002 na cidade de Rio Grande, município pertencente à 7ª Região Museológica e situado ao Sul do estado. Foi durante a realização do evento que foram travadas as discussões que resultaram num dos documentos fundamentais para embasamento da futura Política Nacional de Museus que trouxe novos caminhos e liberou uma demanda represada nos museus, no sentido de seu incremento.

Para Ricardo Oriá (p. 49):

[...] uma das maiores conquistas do setor museológico no país foi a instituição de um marco regulatório, até então inexistente, representado pela criação de uma autarquia federal responsável pelo setor – o Ibram – e, mais ainda, pelo Estatuto dos Museus (Lei nº 11.904/2009) e por outras normas correlatas, que dão configuração ao Sistema Brasileiro de Museus. (ORIÁ, 2013, p. 49)

A Carta de Rio Grande foi a propulsora de uma política pública específica para museus que foi desenhada e implementada a partir do ano de 2003. A regulação nas palavras de Ricardo Oriá foi representada pela efetivação, em 2004, do Sistema Brasileiro de Museus (Decreto n. 5.264/2004), responsável pela gestão da Política Nacional de Museus pela instituição, em 2009, do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM (Lei n. 11.906/2009), que visa ser uma referência na gestão de políticas públicas; pela publicação, em 2009, do Estatuto dos Museus (Lei n. 11.904/2009) e pela efetivação, em 2010, do Plano Nacional de Cultura e Plano Setorial de Museus (Lei n. 12.343/2010).

O 8º Fórum Estadual de Museus, apresentou como resultado, a Carta de Rio Grande, aprovada em assembleia de encerramento deste Fórum com cerca de 200 participantes e representação de doze estados da federação. A Carta de Rio Grande visava propor aos candidatos das eleições para governador e presidente a necessidade de uma política específica para o setor.

Seus principais títulos são:

1.Princípios Orientadores para uma Política Nacional de Patrimônio Cultural e Museus. 2. Políticas de Gestão e Organização do Setor Museológico. 3. Políticas de Democratização e Acesso aos Bens Culturais em aberto para acréscimos ou excluir. 4. Políticas de Financiamento e Fomento aos Museus Nacionais e Estaduais. 5. Políticas de Capacitação e Formação. 6. Políticas de Aquisição e Gerenciamento de Acervos e Bens Culturais. (RIO GRANDE DO SUL, 1999/2002, p. 14).

Pela importância dos referidos títulos, podemos indicar que muitas das ações indicadas já estavam sendo realizadas pelo SEM/RS, como a continuidade de atuação, mesmo sem o funcionamento do Sistema Nacional de Museus e a implementação do cadastro estadual de museus que indicava o conhecimento do contexto museal do estado do Rio Grande do Sul

Passados trinta e vinte anos, respectivamente, desde a realização do 3º e do 8º Fórum Estadual de Museus, verificamos que o Rio Grande do Sul se manteve em

ação. Perseguiu-se a discussão de questões que novamente se apresentam à pauta, especialmente as políticas públicas, tão caras aos cidadãos e ao desenvolvimento da cidadania.

Considerações

Ao fechar esta contribuição podemos nos questionar: Como estão os museus hoje? Quais os enfrentamentos que se observam? Entendo que os fóruns, pela sua origem de discussões e trocas apontam para estas respostas. Os museus ainda carecem de muita coisa, precisam de apoio, mas têm enfrentado suas dificuldades buscando apoio, qualificando-se e resistindo.

Concordamos com o que pensa Isaura Botelho

A par da inclusão que se pode promover por meio da melhoria na qualidade da educação de cada um, o investimento em cultura resulta, no longo prazo, em aumento da criatividade e da capacidade de inovação, da eficiência e da produtividade dos indivíduos e da sociedade. Nesse sentido, a cultura é o setor em que o investimento reverte mais diretamente para o conjunto da sociedade; (BOTELHO, 2007, p. 18 e 19)

Salientamos que qualificar os museus, amplia conhecimentos, a partir de pesquisas, de extroversão e de avaliação das ações. Tudo isto, propicia o trabalho eficiente.

Durante a realização do 14º Fórum Estadual de Museus, estamos falando com nossos pares num estado que hoje conta com mais de 250 profissionais registrados no COREM 3R e que tem funcionando, regularmente, dois cursos de graduação em Museologia, para além de diversos cursos de pós-graduação em área correlatas. Percebemos os avanços e as convergências.

Importante destacar que o SEM/RS em seus 30 anos de atuação teve mais mulheres gestoras em sua história. As profissionais Teniza Spinelli, Maria Teresa Custódio, Simone Flores Monteiro levaram adiante os anseios dos primeiros envolvidos e temos, pela primeira vez, a gestão de uma museóloga de formação, Carine Duarte, a frente do SEM/RS.

As discussões neste ano de 2022, ainda retomando as atividades presenciais demonstraram a participação de profissionais e pesquisadores do nosso estado, discutindo as questões do nosso meio e a ampliação de museus, que somam mais de 400 instituições.

Agradeço a oportunidade de participação e reforço que seguimos navegando e construindo museus que devem apoiar-se, discutir e observar que existem políticas públicas de cultura que estão disponíveis, mas que temos de nos orientar pelos eixos de formação, profissionalização, fomento, sistematização e ampliação de nossas ações, enquanto profissionais. E precisamos fazer cumprir a função social dos museus.

É necessário avançar, avaliar e inovar, com a certeza de seguir em frente, reforçando que Museu é espaço de troca, de respeito à diversidade e inclusão e de reflexão.

Referências

BOTELHO, Isaura. **A política cultural e o plano das idéias**. Trabalho apresentado no III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador: UFBA, 2007

CALABRE, Lia. **Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas**. Trabalho apresentado no III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador, UFBA, 2007

DUARTE, Carine Silva. **DA CEM AO SEM: Memória e trajetória do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul**. 2013 Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Porto Alegre, UFRGS.

ORIÁ, Ricardo. **A Museologia no Brasil – Novo marco regulatório**. In: Gestão museológica [recurso eletrônico]: questões teóricas e práticas / Seminário Internacional sobre Gestão Museológica realizado pelo Museu Nacional do Conjunto Cultural da República; Organizador Wagner Barja. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.

RANGEL, Marcio Ferreira. **Museologia e patrimônio: encontros e desencontros**. In: Dossiê Museologia e Patrimônio Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum. 7 (1) Abr 2012 Organizador Marcus Granato. Belém, 2012

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 33.791, de 21 de janeiro de 1991.

RIO GRANDE DO SUL. **Fórum Estadual de Museus-RS**. Anais do III Fórum Estadual de Museus – RS. Santa Maria: UFSM, 1992

RIO GRANDE DO SUL. **Regimento Interno**, 1996. Acervo do Sistema Estadual de Museus/RS. Taquara, 1996.

RIO GRANDE DO SUL. **RELATÓRIO DE GESTÃO**. Sistema Estadual de Museus/RS. Estado da Participação Popular. Período de 1999 a 2002, 28p.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas Culturais no Brasil: Passado e presente**. Salvador: EDUFBA, 2012

1.4 Contexto brasileiro pré-Política Nacional de Museus

Ana Ramos Rodrigues Castro

Dr^a em Políticas Públicas (UFRGS)

anarrodrigues@gmail.com

Resumo: O texto aborda os principais aspectos sobre o contexto brasileiro pré-Política Nacional de Museus. O presente artigo apresenta uma abordagem metodológica qualitativa e descritiva por meio de revisões bibliográficas e de análise documental. Assim contribuindo para fazer um contraponto em relação à política cultural na qual tivemos durante os anos 1990, no Governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), uma política de retração do Estado e o avanço do projeto neoliberal no Brasil e na área da cultura o avanço dos incentivos fiscais marcou a política cultural desse governo e para os museus não foi diferente. Já em 2003, com a criação da Política Nacional de Museus durante o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), na gestão de Gilberto Gil (2003-2008) como Ministro da Cultura foram introduzidas mudanças no rumo da política para os museus no Brasil. Dessa forma, renovando a importância dos museus na vida cultural e social brasileira, de forma democrática e dialógica.

Palavras-chave: Política Cultural. Política Nacional de Museus. Museus. Democracia.

Contexto Político durante o Governo de FHC (1995-2002)

No sentido de contribuir com a Mesa Redonda: "Política Nacional de Museus, Sistemas Nacional e Estadual de Cultura", apresento neste texto o contexto político brasileiro no qual tivemos durante os anos 1990, no Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), uma política de retração do Estado e o avanço do projeto neoliberal no Brasil e na área da cultura o avanço dos incentivos fiscais marcou a política cultural desse governo e para os museus não foi diferente para fazer um contraponto com o que tivemos no outro governo a partir de 2002 e 2003. Foi durante essa conjuntura do Governo FHC que aconteceu o 8º Fórum Estadual de Museus na cidade de Rio Grande/RS em 2002.

Em relação ao contexto político brasileiro, durante a década de 1990, tínhamos o mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). A frente da gestão do Ministério da Cultura, estava o

sociólogo Francisco Correa Weffort²⁰, um dos pontos de sua administração era a aliança com empresas privadas, o slogan do MinC era “Cultura é um bom negócio” em defesa da parceria com o mercado. A estabilidade de ter o mesmo ministro durante oito anos não significou um desenvolvimento de metas e planejamentos no sentido do que entendemos como uma política cultural. As ausências de metas apontadas nas políticas públicas da cultura marcam o modelo neoliberal iniciado no governo Collor, o qual se estendeu até o final do governo Fernando Henrique, reduzindo o conceito de cultura à arte erudita e conduzindo a cultura popular a um segundo plano.

Incentivo Fiscal

A pesquisadora de políticas culturais Lia Calabre (2007) enfatiza que a política cultural da gestão Weffort foram as leis de incentivo onde recursos que eram públicos tiveram uma lógica do investidor do setor privado. A autora ainda afirma que “praticamente um terço da legislação cultural promulgada durante o governo FHC foi direcionada às questões da lei de incentivo”(CALABRE, 2009, p.118). A autora reforça que o governo FHC não elaborou propostas, planos ou diretrizes de gestão pública para o campo da cultura.

Concentração de projetos no eixo Rio-São Paulo

Outro ponto dentro da política cultural da gestão FHC foi a concentração de projetos no eixo Rio-São Paulo, de forma desproporcional outras regiões brasileiras não tinham seus projetos contemplados. A autora Lia Calabre (2007) confirma que essa política cultural visou uma enorme concentração na aplicação dos recursos onde um pequeno grupo de artistas e produtores eram beneficiados. Os patrocínios ficavam

²⁰ Ex-petista foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT), ao aceitar o cargo se desfilou do PT para assumir a Pasta da Cultura, dizendo não ter espaço dentro do partido do PT. Nasceu em Quatá (SP) em 17 de maio de 1937 e faleceu em 1º de agosto de 2021, Casa de Saúde São José, Rio de Janeiro, filho de Francisco Weffort e de Maria Correa Weffort. Formado em ciências sociais pela Universidade de São Paulo (USP), ingressou no quadro de docentes desta universidade em março de 1961, lecionando em cursos de graduação até o golpe militar de 1964. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/weffort-francisco>

concentrados nas capitais da região sudeste, dessa forma, essa política criou um processo de investimento desigual entre diferentes áreas artísticas e culturais no país.

Outra mudança que atingiu o setor cultural durante o governo de Fernando Henrique Cardoso foi o marco regulatório do Terceiro Setor para a Organização Social (OS) que iniciou em 1998, e teve seu decreto²¹ de regulamentação promulgada anos mais tarde em 2017, durante o governo de Michel Temer do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), estabelecendo as diretrizes para a qualificação das ditas OS criando um novo modelo institucional. A promulgação desse marco regulatório em 1998, estava de acordo com a política neoliberal implantada no governo FHC.

I Encontro Nacional do ICOM-Brasil - 1995 - Marketing Cultural

A política cultural aplicada pelo governo FHC estava em descompasso com a realidade dos museus brasileiros, pois o marketing cultural presente na base dessa política não condizia com as estruturas dos museus que na sua maior parte não tinham profissionais especializados para atender essa demanda.

Isso fica em evidência durante o I Encontro Nacional do Conselho Internacional de Museus (ICOM)-Brasil - 1995 - aconteceu na semana de 1 a 5 de maio de 1995, no Museu Imperial, na cidade de Petrópolis, no Rio de Janeiro, organizado pelo Comitê Nacional Brasileiro do ICOM, estiveram presentes cerca de 130 profissionais e estudantes brasileiros da área da Museologia.

O Encontro tinha como objetivo uma preparação para a Conferência Geral do ICOM, que aconteceu em julho de 1995, em Stavanger, na Noruega. O evento trabalhou o tema da relação dos *Museus com as Comunidades*. Os Grupos de Interesse presentes nesse evento foram: Museologia; Documentação; Educação; Museografia e Exposições; Conservação e Segurança; Relações Públicas e Marketing; Museus de Arte; Museus de Arqueologia e História e Museus Regionais.

²¹ Decreto nº 9.190, 1º/11/2017- Regulamenta o disposto no art. 20 da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998.

Em relação aos Grupos de Interesse apresentados, destaca-se o grupo Relações Públicas e Marketing (RP&R), já que o marketing cultural estava na base da política cultural na década de 1990.

O Grupo apresentou em seu texto a *realidade atual* e as *perspectivas e potencialidades* sobre o tema das Relações Públicas e Marketing (RP&M). Na primeira parte o Grupo expôs qual era a realidade daquele momento da década de 1990: a preocupação da ineficiência da instituição em relacionar-se com a comunidade pela falta de um programa específico de RP&M e de profissionais especializados; uma estrutura governamental centralizada sobre os museus que não favorecia a execução de programas de RP&M, e o direcionamento dos recursos não priorizava esses programas; a falta de cursos direcionados de RP&M para os trabalhadores de museus fazia com que muitos profissionais não absorvesse necessidade de divulgar seus serviços e de vender seus produtos; o cunho político na criação e proliferação de museus superava o interesse e as aspirações comunitárias, o que gerava uma falta de identificação dos grupos sociais com os objetivos dos museus; e por último foi apontado que grande parte dos segmentos da comunidade sentia-se intimidada pela imponência e formalismo dos edifícios e instalações dos museus, no quadro de prioridades, a ida a um museu não estava entre as principais prioridades e preferências.

Em relação às perspectivas e potencialidades o Grupo do tema RP&M apresentou as seguintes colocações: os museus apresentam grande potencial de atração com as comunidades, mas para isso precisam de criatividade e vontade por parte dos seus profissionais que necessitam superar as burocracias e falta de recursos; os programas de RP&M na área dos museus é um campo a ser explorado; o Grupo coloca a que as campanhas de RP&M deveriam ser para todas as camadas da sociedade com uma linguagem simples e não apenas direcionada para um grupo privilegiado; propor eventos de mostras e festivais de arte, música, artesanato e tradições locais, para incentivar a relação do museu com as comunidades; realizar pesquisas para levantar o perfil cultural e social das diferentes comunidades seria um requisito primordial para o desenvolvimento de projetos; fazer contatos com Associações e Clubes de Serviços Públicos para propiciar novos aliados para futuros projetos; criar quadros de voluntários também seria uma estratégia de comunicação; a divulgação “boca a boca” poderia levar à multiplicação progressiva do apoio de

grupos privados na manutenção das atividades dos museus, à geração da “mídia espontânea”, ao crescente envolvimento das comunidades nos projetos desenvolvidos, e à maior participação dos museus na iniciativas locais.

O Grupo RP&M destacou a falta de funcionários qualificados nas instituições e ao mesmo tempo reconheceu o marketing como uma área com potencial a ser desenvolvida nos museus. O evento apresentou como um dos postulados gerais que “os museus tradicionalmente têm sido espaço de valorização da cultura dos grupos dominantes, de homogeneização das diferenças e de imposição de uma única visão de mundo” (ICOM- BRASIL, 1995).

A pesquisadora em políticas culturais Lia Calabre (2007) descreve que a gestão do Ministro Francisco Weffort, consagrou um novo modelo de política cultural, transferindo para a iniciativa privada o poder de decidir o que deveria ou não receber recursos públicos incentivados, por meio de leis de incentivo. O slogan desse Ministério da Cultura tem alusão a forma como a Lei Rouanet se transformou em um instrumento de marketing cultural das empresas patrocinadoras.

Depoimentos de diretores de museus dos anos 1990

A política de incentivo fiscal deste governo não era resposta para todos os museus e isso se evidencia em outra matéria do Jornal do Brasil de 1996. A reportagem aborda a fala de alguns diretores de museus do Rio de Janeiro que denominaram de “táticas de sobrevivência” a forma que realizavam suas gestões para conseguir driblar a ausência de apoio da iniciativa privada, já que os recursos repassados pelo governo não eram suficientes para desenvolver todas as atividades previstas nas instituições. Outro ponto colocado é que nem todos os temas dos museus são de interesse dos patrocinadores conforme o depoimento do diretor do Museu do Índio do Rio de Janeiro.

Considerado por muitos a tábua de salvação da cultura no país, o patrocínio da iniciativa privada pode, no entanto, representar uma furada para muitas instituições culturais. Conversando com os diretores de vários museus cariocas, o Jornal do Brasil confirmou que o apoio da iniciativa privada não é resposta para todos. Tome-se o caso do Museu do Índio. Se dependesse do patrocínio de empresas privadas, a instituição de Botafogo estaria na mesma situação de miséria em que se encontrava há três anos. “Índio é coisa que vende pouco” resume o diretor do museu, José Carlos Levinho, que recebeu

negativas de todas as empresas que procurou (JORNAL DO BRASIL, 1996, p.6)

Dando continuidade ao cenário da política cultural instaurada durante o governo FHC, voltada para o marketing cultural, apresenta-se algumas preocupações expressas na coluna do Jornal do Brasil, em 1997 (PACHECO, 1997), por Anelise Pacheco, diretora do Museu da República. A sua declaração aponta um olhar do campo museológico em relação à tentativa de equacionar a missão do museu com as leis do mercado. A declaração da diretora está em diálogo com o I Encontro Nacional do ICOM-Brasil que ocorreu em 1995.

Se a missão dos museus consistiu sempre em colecionar e preservar nossa herança cultural, e em educar o público, hoje a estes objetivos se juntou mais um: o de sobreviver economicamente. Mas o que será que devemos fazer para aplicar corretamente o conceito de marketing aos museus e não incorrer no erro de transformá-los em mais um centro cultural gratuito ou em precários shopping centers? Como conciliar educação e diversão e informação e conhecimento na era da velocidade e das novas tecnologias? Ou ainda, como aplicar um conceito objetivo como o de marketing, destinado primeiramente a identificar, antecipar e atender os requisitos de um cliente a conceitos tão complexos, subjetivos e de difícil solução como o da produção de uma identidade cultural? (PACHECO, 1997, p. 9)

Ao levarmos em conta que o Museu da República, está localizado no Rio de Janeiro, é uma instituição federal e dentro da estrutura administrativa do Ministério da Cultura e, mesmo assim, havia ausência de funcionários especializados. Agora, imaginamos os museus pequenos de cidades do interior que estão mais afastadas dos grandes centros urbanos e possuem acesso restrito a cursos e capacitações especializadas.

O Setor Museal inserido na agenda governamental (2003)

Dessa forma, as modificações no setor museal foram inseridas na agenda governamental do governo que assumiu, em 2003, ocasionando fortalecimento na política do setor museal brasileiro e conseqüentemente na gestão dos museus brasileiros. Como aponta John Kingdon (2003) o momento mais propício para mudanças na agenda acontece no início de um novo governo. O clima nacional e as mudanças dentro do governo são os maiores propulsores de transformações na agenda governamental.

Política Nacional de Museus

Dando sequência às mudanças no setor museológico, em 16 de maio de 2003, o Ministro Gilberto Gil lançou as bases para Política Nacional de Museus (PNM) no Museu Histórico Nacional, localizado no Rio de Janeiro, em conjunto com as comemorações do Dia Internacional dos Museus²². Na sua fala o Ministro da Cultura apontou que a PNM é “uma grande articulação em torno da política museológica brasileira que operada pelo próprio Ministério e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) vai englobar todos os museus do país: federais, estaduais, municipais e também privados”²³.

Durante o lançamento, outra questão defendida por Gilberto Gil foi o desenvolvimento de políticas de acesso que oportunizassem um maior público de estudantes nos museus de todo Brasil. O ministro Gil também defendeu um orçamento maior para a Pasta da Cultura, sendo essencial, para realizar um maior investimento na área da cultura²⁴. O Ministro da Cultura Gil enfatizou:

Não há dúvidas de que é preciso brigar por mais recursos. Por mais que se tenha imaginação e nos esforcemos com criatividade, chega uma hora que é uma questão de investimento (O FLUMINENSE, 17/05/2003, p. 5)

O discurso do Ministro da Cultura estava em sintonia com os anseios dos profissionais da cultura que há décadas reivindicam por um maior investimento na área cultural. Num primeiro momento teve o surgimento do Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU) no IPHAN, sendo a primeira ação desta política a criação do Sistema Brasileiro de Museus (SBM). Na etapa seguinte a criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e o Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM) na

²² Esta data é celebrada desde o dia 18 de maio de 1977, criada pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM), o qual todos os anos é escolhido um tema central para sensibilizar o público para a importância dos museus na sociedade.

²³ Reportagem: “Bases da Política de Museus” - Jornal O Fluminense de 17/05/2003, p.5.

²⁴ Declarou que já estava em tratativas com a Câmara dos Deputados e o presidente do Senado, José Sarney, para que o governo federal destine 1% (um por cento) do total dos gastos da União, de R\$1,5 a R\$ 2 bilhões para o próximo ano, pois segundo Gil, os recursos previstos para este ano, equivale a 0,25 % do orçamento (R\$ 280 a R\$ 300 milhões) sendo insuficientes. Em 2007 o presidente Luiz Inácio Lula da Silva já havia se pronunciado no final de 2006 a favor de que o MinC tenha 1% do Orçamento. Gilberto Gil declarou: "Está melhorando. Quando nós chegamos era 0,2%, passou para 0,6%, incremento que foi fundamental para o Ministério da Cultura realizar seus projetos" (SUZUKI, 2007)

gestão de Juca Ferreira (2008-2010). As novas normativas no campo dos museus por meio das legislações que abrangem o Estatuto de Museus; que se constituiu no marco na atuação das políticas públicas voltadas para o setor museológico e instituiu o IBRAM e seus museus de administração direta.

Durante o Governo de Luíz Inácio Lula da Silva podemos ilustrar outra forma de “tática de sobrevivência”, principalmente para museus de pequeno porte, onde os editais ganharam força dentro da política cultural. Como discorre a pesquisadora em políticas públicas Rachel Gadelha (2015), esse governo estabeleceu e direcionou a segmentos culturais e sociais como prioritários pelo Estado.

Financiados diretamente com recursos do Fundo Nacional de Cultura, os editais têm duas características fundamentais que os distinguem do mecanismo das leis de incentivo: eliminam a necessidade da intermediação da iniciativa privada, uma vez que a aprovação em um edital se propõe a assegurar o repasse direto de verbas segundo o projeto proposto, e o direcionamento por parte do poder público, que enuncia e explicita as áreas de interesse e configurações dos projetos que devem ser incentivados (GADELHA, 2015, p.56-57).

A autora Rachel Gadelha (2015) reforça que os editais públicos ganharam força durante a gestão do governo Lula, pois para a autora os editais foram um contraponto à Lei Rouanet, pois objetiva contemplar atores que não possuem condições de concorrer com seus projetos por viés mercadológico. A pesquisadora Rachel Gadelha (2015) também afirma que os editais apresentam um caráter “universalista”, pois possibilita que todos possam participar de forma democrática e igualitária. Embora nem sempre essa realidade aconteça, pois para escrever um projeto para participar de um edital requer alguns conhecimentos básicos.

No âmbito dos museus não foi diferente, o Governo lançou por meio do IBRAM editais²⁵ específicos para o âmbito nacional para a área museológica. Assim, a política dos Editais se estendeu à esfera estadual, municipal e distrital.

²⁵ o Edital Mais Museus (2011-2013); o Edital Modernização de Museus (2011-2013-2015); o Prêmio Modernização de Museus – Microprojetos (2011-2012-2014), o Edital Prêmio Pontos de Memória (2011-2012-2014); Edital Prêmio Darcy Ribeiro (2011-2012-2015); Edital Prêmio Mario Pedrosa (2011-2012); Edital Prêmio ArtRio (2011); Edital Criação e Fortalecimento de Sistemas de Museus (2001-2015); Edital Prêmio Arte Contemporânea (2011); Edital Prêmio Ibram Roteiros Audiovisuais (2011); Edital Prêmio Ibram Memória do Esporte Olímpico (2012); Edital Prêmio Ibram Memórias Brasileiras (2012).

Considerações Finais

Assim, reafirmando a teoria de Paul Sabatier (2007), em relação às mudanças nas políticas públicas que acontecem numa perspectiva temporal de uma década ou mais. Essa teoria analítica trata das coalizões de defesa, modelo que procura compreender a formulação e os padrões de políticas públicas, entendendo que as políticas públicas nas sociedades contemporâneas são complexas, tanto substantivas como legalmente, pois envolvem conflitos de metas, importantes disputas técnicas, múltiplos atores e variados níveis de governo.

Estas mudanças nas políticas públicas na área museológica foram um marco normativo no campo dos museus. Assim como John L. Campbell (2002) apresenta na sua teoria: ideias normativas consistem em suposições tomadas como certas sobre valores, atitudes, identidades e outras “expectativas compartilhadas coletivamente” e se encontram no fundo dos debates sobre política. Os valores dos formuladores de políticas, normas e crenças podem afetar a sua posição sobre as políticas públicas, ajudando-os a decidir quais políticas são as mais adequadas.

Neste sentido, esse texto apresentando durante o 14º Fórum Estadual de Museus, buscou contribuir para as futuras discussões das políticas públicas no campo dos museus e aposta na importância de se investir cada vez mais no diálogo e na pesquisa dessa área, pois, na falta de uma política pública democrática específica para o setor museológico abrem-se brechas para censuras e descasos com o patrimônio cultural, com a diversidade cultural, com as políticas inclusivas e o palimpsesto de memórias da nossa sociedade brasileira.

Referências

CALABRE, Lia. **Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas**. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, v. 3., 2007. Salvador. Anais [...], Salvador: ENECULT, 2007.

CALABRE, Lia. **Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CAMPBELL, JL. Ideas, Politics, and Public Policy. **Annual Review of Sociology**, [s.l.], v. 2, p. 21-38, 2002.

GADELHA, Rachel. **Produção Cultural**: conformações, configurações e paradoxos. Fortaleza: Armazém da Cultura. 2015.

O FLUMINENSE. Bases da Política de Museus. **Jornal O Fluminense**, Rio de Janeiro, p. 5, 17 maio de 2003.

JORNAL DO BRASIL. **Táticas de sobrevivência**. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, p. 6, 19 abr. 1996.

KINGDON, J. **Agendas, Alternatives, and Public Policies**. 3. Ed. New York: Harper Collins, 2003.

PACHECO, Anelise. **Os museus do extremo Ocidente**. Coluna Opinião. Jornal do Brasil, [s.l.], p. 9, 12 nov. 1997.

SABATIER, P.A; CM WEIBLE. The advocacy coalition framework: innovation and clarifications. In: SABTIER, P. A. (Org.), **Theories of the policy process**. Cambridge, MA: Westview Press. 2007. p. 189-220.

SUZUKI, Olivia. Gil: Cultura poderá ter 1% do Orçamento. **G1**, São Paulo, 7 fev. 2007. Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL4644-5601,00-GIL+CULTURA+PODERA+TER+DO+ORCAMENTO.html>. Acesso em: 23 set. 2021.

1.5 Considerações sobre um museu-sujeito: diversidade, engajamento e posicionamento.

Leticia Brandt Bauer

Doutora em História; Universidade Federal do Rio Grande do Sul;

leticiabbauer@gmail.com

Resumo: O texto apresenta algumas reflexões sobre possíveis relações entre diversidade, engajamento e posicionamento institucional de museus a partir do que a autora identifica como linhas de força verticais e horizontais nas práticas de musealização e patrimonialização de bens culturais. Aponta, também, a relevância de

realização de trabalhos colaborativos e compartilhados a partir de exemplos de projetos de exposição realizados no Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo (SMC/ PMPA) e no Museu Antropológico do Rio Grande do Sul (Sedac/ RS)

Palavras-chave: Diversidade. Museus. Curadoria compartilhada. Engajamento.

Refletir sobre relação entre museus e diversidade implica estabelecer algumas definições iniciais que, no meu caso, resultam de um esforço sistemático de elaboração realizado durante minha atuação profissional nesses espaços²⁶. Essa prática deriva de uma dupla identidade, formada pela historiadora de formação acadêmica e pela gestora de museus em decorrência dos cargos ocupados. Não exagero ao atribuir a minha graduação e pós-graduação em História como fator determinante no esforço de pensar o que estava sendo narrado e silenciado dentro dos museus pelos quais passei e daí derivam, em grande parte, as considerações que se seguem. São, de certa forma, uma espécie de síntese das reflexões que tenho realizado ao longo do tempo.

Como marco zero dessa perspectiva, gostaria de apontar à discussão a Constituição Federal que, em seu artigo 216, define o patrimônio cultural os “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”(BRASIL, 1988). Temos, assim, a definição fundamental que reconhece a diversidade brasileira do ponto de vista cultural e social.

Mais recentemente, a nova definição de museu foi aprovada pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM) e, nela, a diversidade foi incluída:

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Os museus, abertos ao público, acessíveis e inclusivos, fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Os museus funcionam e comunicam ética, profissionalmente e, com a participação das

²⁶ Atuei como diretora do Museu das Missões (2004-2007), coordenadora executiva do Projeto Victor Meirelles - Memória e Documentação, desenvolvido pelo Museu Victor Meirelles (2008-2010), diretora do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo (2015-2016, 2018-2020), diretora do Memorial do Rio do Rio Grande do Sul, do Museu Antropológico do Rio Grande do Sul e do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (2021- 2022).

comunidades, proporcionam experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimento. (ICOM, 2022)

A partir da definição, vale destacar a importância do reconhecimento da acessibilidade, inclusão, sustentabilidade e – o que nos interessa sobremaneira neste texto – da diversidade pela organização internacional mais relevante do campo dos museus. Enfatizo, também, a referência à participação das comunidades, aspecto que tratarei mais à frente. A meu ver, é importante pontuar que quando ocorre uma mudança tão significativa em uma entidade tão abrangente e tradicional como o ICOM, isso corresponde a movimentos muito intensos e substanciais que estão acontecendo no “chão dos museus”.

Um primeiro aspecto que gostaria de ressaltar é que, quando me refiro à diversidade, esta engloba a perspectiva de gênero, orientação e expressão sexual, mas não se restringe a ela. Assim, de uma parte, a diversidade a que me reporto aqui se refere à diversidade de sujeitos e se dá em contraposição à homogeneidade que ainda corresponde à figura do homem, cis, branco e heterossexual, somado ao marcador de classe que, na grande maioria das narrativas institucionais, está relacionado à elite. Podemos nos indagar o quanto os museus são homogêneos em suas práticas, equipes, acervos, finalidades e documentos. Dessa perspectiva, a diversidade pode (e deve) pautar não somente possíveis exposições como, também, documentação institucional, políticas de acervo e curadorias.

De outra parte, entendo que a diversidade pode atravessar as práticas museais como metodologia de trabalho. Nesse ponto, parto do que já mencionei em outras ocasiões acerca das linhas de força que atravessam o campo do patrimônio cultural e, por extensão, o dos museus. Para além de linhas divergentes e convergentes (BAUER, 2021), gostaria de enfatizar o que identifico como linhas de força verticais e horizontais que atravessam práticas, espaços e sujeitos na atividade preservacionista.

Do ponto de vista institucional, há um processo de escolha, valoração e legitimação que ocorre em sentido vertical, correspondente às medidas necessárias para o reconhecimento de um bem como patrimônio cultural material ou imaterial no âmbito oficial (federal, estadual ou municipal). Afinal, órgãos oficiais são o recurso decisório final para o reconhecimento e preservação de determinado bem a partir de

uma lógica de formação de um “repertório patrimonial” para as gerações futuras. Temos, portanto, a patrimonialização de um bem, seja por meio de tombamento ou registro de bens de natureza imaterial, marcada pela verticalidade. Algo semelhante acontece no âmbito da musealização, quando objetos são selecionados em detrimento de outros para integrar coleções que, em tese, seriam representativas de determinado grupo, experiência ou evento a partir de análises técnicas.

A essa altura, cabe perguntar: há possibilidade de participação, considerada aqui como engajamento dos sujeitos em sentido prático, nesse processo? Essa questão não é nova, tampouco é de minha exclusiva autoria, por óbvio. Mais que isso, talvez nem seja tão necessária para museus criados mais recentemente ou, ainda, para museus que surgiram para responder a questões do tempo presente e pautas reivindicatórias, a exemplo de diversos museus comunitários. Entretanto, falo de outro lugar. Falo daquele tipo de museu em que muitos de nós já atuaram ou ainda atuam profissionalmente e que corresponde ao museu “oficial e tradicional”. Descrevo, aqui, a partir de uma generalização formulada a partir de minha vivência: trata-se daquele museu que foi criado há muitos anos, geralmente por iniciativa de agentes da cultura de determinado lugar, preocupados em “guardar a história” local, e que foi institucionalizado por meio de um ato oficial de entidade pública governamental, seja da esfera federal, municipal ou pública. Seu acervo é heterogêneo, adquirido de maneira pouco precisa e resultado de uma série de políticas descontínuas que variam de acordo com as gestões que se sucedem. Relatam a “versão oficial” de determinada história e tendem a não apresentar autoria ou posicionamento. A questão, entretanto, não é a de criticar essas iniciativas, mas de colocar na pauta quais são os meios possíveis para que esses espaços ampliem suas perspectivas tomando a diversidade como meio e meta de trabalho.

Já a linha de força horizontal, por sua vez, pode ser pensada como perspectiva, como possibilidade, bem como um meio de trabalho pautado pelo compartilhamento. Quais são os limites e as possibilidades de uma relação horizontal em um campo tão fortemente marcado por decisões unilaterais pautadas pela autoridade da fala de técnicos e especialistas?

Em minha trajetória pessoal, a experiência de gestão no Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre, foi

fundamental. Ali, desenvolvemos uma trajetória pautada pela autocrítica institucional que resultou em uma série de ações práticas com o intuito de ampliar a atuação do Museu junto a diferentes grupos sociais. Note-se que mudo o pronome, porque, de fato, o trabalho realizado contou com o engajamento inequívoco de toda a equipe da instituição e considero importante ressaltar que a atuação coletiva é o diferencial para uma mudança efetiva de posicionamento institucional.

O Museu de Porto Alegre dedica-se à história da capital do Estado e, como várias instituições semelhantes, vivenciou mudanças em sua forma de se relacionar com a sociedade. Durante os anos indicados (e sobre os quais me sinto à vontade para escrever), partimos de um entendimento do museu como lugar de observação, escuta e fala sobre a cidade em suas diferentes temporalidades. (BAUER, 2018) Como ressaltou a arqueóloga Fernanda Tocchetto, integrante da equipe na época, nosso esforço buscou ultrapassar a ideia da instituição “como voltada exclusivamente ao passado, servindo apenas como repositória da história de Porto Alegre, mas voltada ao seu presente, a sua diversidade e aos desafios e conflitos relacionados aos diferentes grupos sociais”. (TOCCHETTO, 2020, p. 422) Nesse sentido, iniciamos um trabalho com o intuito de ultrapassar aquilo que Manuelina Cândido denomina como “museus comprometidos consigo próprios”. (2014, p. 210)

Museus são instrumentos de ação social e, sendo assim, precisam estar atentos ao que está acontecendo na sociedade para que, em seguida, possam desenvolver ações que se relacionem às pautas contemporâneas. Nesse sentido, tenho usado a expressão “museu sujeito”, ou seja, um museu que se compromete com uma ação real na sociedade e, mais que isso, que toma posição. (BAUER, 2022) Além disso, especialmente no que se refere à diversidade, acredito que seja importante enfatizar a necessidade de substituirmos a ideia de “dar voz” à alguma pessoa ou grupo. Como essa expressão, querendo ou não, acabamos não reconhecendo que todos têm voz e o que ocorre, de fato, é seu silenciamento por parte das instituições. Nesse sentido, prefiro caracterizar o museu como um “amplificador”.

Em outras ocasiões já detalhei algumas experiências que tive com os processos de curadoria compartilhada, onde exposições foram idealizadas e montadas em conjunto com pessoas e grupos diretamente relacionados aos temas

abordados. Cito como exemplos as exposições realizadas no Museu de Porto Alegre intituladas *Tambores de Porto Alegre* (2016), dedicada à história do Batuque no Rio Grande do Sul e alguns de seus agentes mais importantes, *Uma cidade pelas margens* (2016), dedicada à trajetória do movimento LGBTQIA+ em Porto Alegre e *Interfaces Arquipélago: um bairro feito de ilhas e muitas histórias* (2019), dedicada ao Bairro Arquipélago, de Porto Alegre²⁷. Tomando de empréstimo as considerações de Ricardo Santhiago (2016) sobre os quatro engajamentos da história pública, podemos relacionar os referidos processos criativos com a perspectiva de “fazer com” os sujeitos envolvidos, modo mais democrático e horizontal de trabalho²⁸.

Para finalizar minhas breves considerações, gostaria de apresentar e comentar uma das últimas exposições que tive a felicidade de participar e que aportou conhecimentos preciosos acerca das relações entre museus e demandas sociais. Trata-se da exposição *Palmares não é só um, são milhares: 50 anos do 20 de novembro*, realizada pelo Museu Antropológico do Rio Grande do Sul (MARS), vinculado à Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul (Sedac).

A exposição teve sua articulação iniciada em 2020, a partir da aproximação entre o MARS e uma rede de agentes negros e negras com o intuito de marcar a data do cinquentenário de criação do *Dia Nacional da Consciência Negra*, a ser comemorado em 2021. Esse ano também foi reconhecido oficialmente como *Ano Estadual da Consciência Negra* por meio de Decreto do Governador do Rio Grande do Sul. A partir do contato com Naiara Silveira, filha e guardiã do acervo de Oliveira Silveira – um dos idealizadores do 20 de novembro – e com Sátira Machado, pesquisadora e curadora do acervo, teve início o trabalho de concepção da mostra.

A exposição contou com a curadoria de pesquisadores e pesquisadoras negros e negras de notório saber e reconhecido trabalho nas temáticas relacionadas. Partindo a importância do Grupo Palmares e da liderança de Oliveira Silveira, a exposição também abordou outras experiências de luta e resistência, como quilombolas, Clubes Sociais Negros, Lanceiros Negros, afrofuturismo e primórdios de

²⁷ Para saber mais sobre as exposições, cito Bauer (2018), Bauer e Borges (2018) e Bauer e Barnhart (2017).

²⁸ Os quatro engajamentos são: história feita *para* o público, história feita *com* o público, história feita *pelo* público e história *e* público (SANTHIAGO, 2016).

organizações políticas negras ao longo do tempo²⁹.(WIGGERS; KOENIG; SILVEIRA, 2022)

Instalada no prédio do Memorial do Rio Grande do Sul, *Palmares não é só um, são milhares* foi estruturada em sete módulos, contou com a expografia de Rodrigo Shalako e com a seguinte curadoria: *Negros e negras em movimento* (Arilson dos Santos Gomes), *80 anos de Oliveira Silveira: o poeta da consciência negra* (Sátira Machado e Naiara Silveira), *Grupo Palmares de Porto Alegre – Consciência Negra em dia* (Ana Flávia de Magalhães Pinto), *Quilombos do RS: resistência e territorialidade* (Mariana Balen Fernandes), *Clubes Sociais Negros: lugar do sagrado, do discurso próprio, da autonomia e da liberdade* (Giane Vargas, Renato Vieira e Rodrigo Francisco), *Sou a matriz negra do Sul* (Liliana Cardoso e Luiz Claudio Knierim) e *Decolonialidade, identidade e afrofuturismo* (Rafa Rafuagi).

Juntamente com o MARS, essa potente equipe de curadores e curadoras possibilitou o acesso do público a um importantíssimo acervo de fotos, entrevistas, documentos e objetos que, reunidos e colocados em diálogo, potencializaram relevantes reflexões. De acordo com o curador Arilson Gomes:

Além das referências à escravidão, os documentos que compõem a mostra nos convidam a descortinar as organizações negras no pós-abolição, o associativismo, os clubes negros, os remanescentes de quilombos, a vida e a obra do poeta Oliveira Silveira, a participação do negro na cultura do tradicionalismo gaúcho e o afro-futurismo. O público terá, por meio de outras orientações, a percepção de um passado, de um presente e, quiçá, de um futuro sobre a história das populações negras a que, infelizmente, não se tem acesso nos livros e no ensino de história tradicional. Uma história que, salvo em pesquisas acadêmicas de mestrado e doutorado, a maioria do público não pode acessar facilmente ou não tem o hábito de consultar. Inclusive, essas possibilidades permitem, além da educação histórica, uma história pública. (GOMES, 2022, p. 341)

Somo a essa leitura as considerações de Ana Flávia Magalhães Pinto, especialmente no que se refere à relevância do reconhecimento da diversidade de

²⁹ Todo o processo relacionado ao projeto está documentado na publicação “Cadernos de exposição do MARS” e pode ser consultado na página do Museu no site da Sedac.

sujeitos sociais formadores de nossa sociedade. Segundo a curadora,

A exposição “Palmares não é só um, são milhares” é uma demonstração inequívoca de como as instituições de memória são fundamentais na promoção de direitos humanos e combate ao racismo. Nessa celebração dos 50 anos do 20 de Novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, por meio da elaboração intelectualistas ativistas e acadêmicas/os atuantes em diferentes espaços, o MARS dá uma lição de como a democracia se faz pelo reconhecimento dos vários sujeitos sociais que dão corpo a nossa sociedade. (PINTO, 2022, s.p.)

A apropriação que diferentes grupos fizeram da exposição desdobrou-se em uma rica programação paralela que foi iniciada pelo MARS e que, rapidamente, resultou em uma segunda curadoria compartilhada, uma vez que o museu foi procurado por artistas, coletivos e produtores para realizar conexões entre projetos artísticos, literários e sociais³⁰. Performances, autógrafos, *lives*, saraus e outros vários eventos consolidaram a exposição como um espaço de expressão vivo e pulsante.

Nas apresentações que tenho feito sobre essa exposição sempre encerro minha fala mostrando o clipe da música *Oliveira Silveira sou eu e você!*, composta pelo curador Rafa Rafuagi especialmente para o evento e cuja apresentação aconteceu ao vivo na grande celebração que foi a inauguração da mostra. Assim, finalizo este texto com um trecho que considero representativo sobre todo o processo que resultou em *Palmares não é só um, são milhares*, seus objetivos e suas conquistas³¹:

Eu vou lembrar, esse preto foi importante pra nós. Eu vou honrar esse preto de atitude na voz. De nome composto, compôs poesia pra rap. Oliveira Silveira sou eu e vocês, só muda o CEP³².

É nosso dever multiplicar e conectar. Sigamos na missão.

³⁰ Para maiores informações sobre a programação, indico a publicação “Cadernos de exposição do MARS”, já citado, bem como os perfis da instituição nas redes sociais.

³¹ Não por acaso, esse trecho também figura na abertura de excelente artigo recentemente publicado pelo curador Arilson Gomes sobre educação histórica, agência de sujeitos negros museus e patrimônio, sendo a exposição um dos exemplos mencionados

³² Deixo aqui o convite para que acessem o vídeo e confirmem letra, música e exposição.

Referências

BAUER, Leticia. Gestão e Museologia LGBT. **Revista Memórias LGBT**, Goiás, ano 9, n. 14, 2022. Disponível em: <<https://pt.calameo.com/read/00110559567a9a69e0e78>>. Acessado em: 25 out. 2022.

_____. História recente e processos participativos: experimentações em museus. In.: RODRIGUES, Rogério Rosa; BORGES, Viviane Trindade (Org.). **História pública e história do tempo presente**. São Paulo: Letra e Voz, 2021.

_____. Museu de quem? Museu para quem? Experiências do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo. Anais da Semana dos Museus da UFPel. 2015/2016/2017, Pelotas: Editora da UFPel, 2018, p. 148-155.

_____; BARNHART, Fabiano. “Sabia que estaria aqui”: relatos sobre os processos criativos do projeto “Uma Cidade pelas Margens”. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p. 438-467, 2017.

_____; BORGES, Viviane Trindade. Outras Memórias, outros patrimônios: desafios do fazer com e para os sujeitos envolvidos. In.: BAUER, Leticia; BORGES, Viviane Trindade(Org.). **História e patrimônio cultural: potencialidades e transformações**. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** [1988]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acessado em: 28 out. 2022.

ICOM. **Nova definição de Museu**. Disponível em:

<<http://www.icom.org.br/?p=2756#:~:text=%E2%80%9CUm%20museu%20%C3%A9%20uma%20institui%C3%A7%C3%A3o,a%20diversidade%20e%20a%20sustentabilidade>>. Acessado em: 28 out. 2022.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Gestão de museus, um desafio contemporâneo: diagnóstico, museologia e planejamento**. Porto Alegre: Medianiz, 2014.

GOMES, Arilson dos Santos. Museus e Memórias Afro-diaspóricas no Sul do Brasil. **Sæculum – Revista de História**, [S. l.], v. 27, n. 46, p. 327–347, 2022. DOI: 10.22478/ufpb.2317-6725.2022v27n46.61787. Disponível em:

<<https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/61787>>. Acessado em: 28 out. 2022.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. Bate-papo com curadores. In: WIGGERS, Monica Marlise; KOENIG, Juliana; SILVEIRA, Juliana (Orgs.). **Cadernos de exposição do MARS: Palmares não é só um, são milhares – 50 anos do 20 de novembro**. Porto Alegre, MARS: Instituto Estadual do Livro, 2022.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). **História pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

TOCCHETTO, F. B. A formação da coleção arqueológica do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo e as práticas de gestão implementadas. **Revista de Arqueologia**, [S. l.], v. 33, n. 3, p. 419–435, 2020. DOI: 10.24885/sab.v33i3.872. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/872>. Acessado em: 28 out. 2022.

WIGGERS, Monica Marlise; KOENIG, Juliana; SILVEIRA, Juliana (Orgs.). **Cadernos de exposição do MARS: Palmares não é só um, são milhares – 50 anos do 20 de novembro**. Porto Alegre, MARS: Instituto Estadual do Livro, 2022.

1.6 Sistemas de Museus: Uma Política de Articulação do Setor

Joel Santana da Gama

Sistema Municipal de São Leopoldo

joelsantana.fp@gmail.com

O processo de entendimento da Museologia no Rio Grande do Sul, tem caráter híbrido, seja tanto por influência de uma Museologia francófona (que tem sua expressão na teoria), quanto na anglo-saxônica (no âmbito da prática e processos), por ambas as vertentes que foram percorridas de maneiras simultâneas e aleatórias. Sem uma estruturação consolidada dos museus sul-riograndenses, enquanto instituições sem um corpo profissional adequado, com inexpressivos e quase inexistentes espaços de trocas e formação, ausência de orçamentos específicos, recursos e/ou investimentos, e sem qualquer instituição de representação do setor. As demandas tanto conceituais quanto práticas eram estabelecidas, pensadas e planejadas no cotidiano dos museus, à medida em que as situações ocorriam. Essa “desorganização” evidencia a ausência de mecanismos e rotinas de trabalho e apresenta o improvisado como alternativa das instituições de memória de salvar seu acervo. (GAMA, 2022. p. 81)

Consolidada hoje como uma política de articulação e interlocução do setor museal brasileiro, os sistemas, sejam eles municipais, estaduais e as demais redes, são instrumentos que compreendem a dinamicidade da integração entre os diversos agentes que forjam o campo. Entender esta amplitude do trabalho em cooperação, para a execução de um trabalho de museu³³, que o referenciam como uma tecnologia social a serviço de musealizar a vida, e refletir a história e a memória, a ação do homem no tempo, suas manifestações e criações.

Antes, porém da consolidação desta política pública³⁴, os museus sul-riograndenses construíram encontros e fóruns, que formaram importantes debates,

³³O fato da expressiva maioria dos museus serem gratuitos no RS se dá por que eles possuem vínculo institucional com poderes públicos, sendo das esferas municipais, estadual e federal, e dos mais distintos poderes e órgãos do executivo, legislativo, judiciário e outras instituições vinculadas. [...] Esse montante de 83% de acesso gratuito aos museus caracteriza fortemente a presença da esfera pública na elaboração e manutenção de acervos para com suas instituições, fortalecendo e dando acesso a uma política de memória. (SEM/RS, 2014, p. 26).

³⁴ As políticas públicas dão substrato democrático para a viabilização de políticas de Estado, que transcendendo governos, possam viabilizar políticas nacionais mais permanentes. (RUBIM, 2013, p. 41).

estudos, conferências e reuniões que traçaram temas fundamentais como as questões de profissionalização dos trabalhadores, como aspectos da formação, regionalização, gestão, conservação e comunicação de suas instituições. Dentre elas, realizaram-se as cinco edições dos Encontros Sul-Riograndense de Museus ocorridos na cidade de Bagé e as quatorze edições dos Fóruns Estaduais de Museus do Rio Grande do Sul, alternando o local de suas realizações, sendo uma na capital e outra numa cidade do interior do Estado.

Os debates ocorridos nas décadas de 1980³⁵ em torno da preservação de bens culturais e dos museus, e a recente demanda da profissionalização do museólogo, Associação Riograndense de Museologia, Conselho Regional de Museologia, aliado ao aumento de pedidos de assessoria técnica por parte do Estado junto aos municípios, contribuíram para o surgimento da Comissão Estadual de Museus.³⁶ (GAMA, 2022. p.106)

A Comissão Estadual de Museus – CEM criada pela Subsecretaria da Cultura surgiu no intuito de auxiliar as instituições museológicas como bem descreve (DUARTE, 2013. p.13) “[...] que almejava dar suporte aos museus do Rio Grande do Sul. Uma de suas iniciativas visava à contratação de profissionais para o quadro dos museus, pois os profissionais que atendiam as demandas eram muitas vezes professores que dedicavam parte do seu tempo para estar com os museus abertos [...]”. Importante ressaltar as contribuições do Conselho Regional de Museologia – 3º Região e da Associação Riograndense de Museus na constituição do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul, atuando nos debates e na estruturação e mapeamento das sete regiões museológicas, como forma de articular os pequenos e médios museus do interior do Estado.

³⁵ É a década de transição da ditadura militar brasileira para o período do Regime Democrático. Neste período há somente dois cursos de graduação em Museologia no país, um da Universidade Federal do Rio de Janeiro e outro da Universidade Federal da Bahia.

³⁶ [...] Instituída pela Portaria Interna 001/86 (Boletim 95/86; D.O. 07.03.86) [...] criou uma comissão de estudos para a implantação do SEM/RS [...] Esta comissão fora constituída pelos diretores dos museus da Subsecretaria: Vera Becker, presidente da Comissão: Teniza Spinelli, Mabel Vieira e Antonio Renato Henriques para implantação da Coordenadoria (DUARTE apud RIO GRANDE DO SUL, 1986a)

A divisão do Rio Grande do Sul, regiões museológicas demonstrou ser um importante fator de manutenção do Sistema, pois, mesmo em momentos em que o governo do Estado não deu apoio à política estadual ou desarticulou o órgão dentro da Secretaria, algumas coordenações regionais mantiveram as suas atividades, permitindo que o trabalho continuasse, independente de governo. (LEAL, 2021, p. 65)

Nesta perspectiva, os sistemas de museus se formaram com um importante espaço de trocas de conhecimentos e interação, mas ao mesmo tempo, acumulando funções como um órgão gestor que passou a sistematizar essas informações, registrar e comunicar os processos museais, auxiliando e orientando as instituições nas demandas que decorrem do seu cotidiano.

A preocupação com a organização sistêmica dos museus no Brasil deu-se com as tratativas para a organização do Sistema Nacional de Museus a partir de 1986. Durante o IX Congresso Nacional de Museus em São Paulo – de 24 a 28 de agosto de 1986, Sônia Guarita e Maria Ignez Mantovani expuseram seus ideais de criação de uma ação conjunta já que viajavam pelo Brasil discutindo com a categoria museológica uma forma de trabalhar em rede. As discussões se davam em todos os estados, com profissionais que então atuavam nos museus e com as secretarias de cultura locais, com o anseio de organizar o que viria a ser uma política de atuação conjunta. (BERTOTTO, 2013. p.59)

No Rio Grande do Sul, na década de 1990, teve três importantes eventos mobilizam o setor museal: em Ijuí, aconteceu o 1º Encontro Latino Americano de Museus de Antropologia e História do Cone Sul, realizado na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ. Na cidade Porto Alegre, mais precisamente na Casa de Cultura Mário Quintana ocorreu o II Fórum Estadual de Museus do Rio Grande do Sul, organizado pela Coordenação Estadual de Museus do Rio Grande do Sul - CEM/RS, e em Bagé ocorre o Fórum Internacional de Museus das Regiões Luso-brasileiras realizado no Centro Universitário da Região da Campanha – URCAMP, e a partir destes intensos debates, o setor vai consolidando as definições para a criação do Sistema Estadual de Museus – SEM/RS³⁷, que transformou a realidade do setor, impulsionando um trabalho em desenvolvimento dos museus, e a partir das suas sete regiões museológicas, da Rede SIMUS – Rede Nacional de

³⁷ [...] é um órgão da Secretaria da Cultura do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, criado em 22 de janeiro de 1991, por meio do decreto nº 33.791.

Sistemas de Museus e do IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus. Estratégia essa que foi se espalhando Estado afora garantindo o seu enraizamento, e hoje, congrega os quatro sistemas municipais nas cidades de Pelotas³⁸, Rio Grande³⁹, Santa Maria⁴⁰ e São Leopoldo⁴¹.

“Assim, o SEM/RS desde sua criação, atua como um órgão que busca conectar pessoas e museus, valorizando a memória e a história como elementos fundantes da vida humana, mas também instituição que planeja e sistematiza a política pública, assessora tecnicamente, regionaliza o debate, incentiva as trocas e descentraliza as informações. As relações se dão entre as instituições museais e suas representações regionais, observando-se a possibilidade de uma atuação democrática e inclusiva.” (GAMA, 2022. p.107)

Nesta relação sistêmica, diversas ações e trabalhos são produzidos e desenvolvidos, mas é na potência dessas conexões simultaneamente que se estabelece contatos para uma cidadania museal, que entende o sistema também como uma ferramenta, um suporte para uma experiência dialógica e uma vivência com outros espaços de memórias.

Outro ponto importante a destacar, são as formações por meio de cursos e oficinas que o sistema propicia as coordenações das reuniões museológicas, propiciando levar profissionais e subsídios para fortalecer os entendimentos sobre os pertencimentos a estes locais, atribuindo-lhes significância⁴² cultural e as práticas museais nos espaços, sendo fator determinante nestes processos, principalmente antes da existência dos dois cursos de graduação⁴³ e de um de pós-graduação⁴⁴ que atualmente temos no Estado.

³⁸ Sistema Municipal de Museus de Pelotas – Instituído pelo Decreto n° 4.895/2006.

³⁹ Sistema Municipal de Museus de Rio Grande – Instituído pelo Decreto n° 9.936/2008.

⁴⁰ Sistema Municipal de Museus de Santa Maria – Criado em 2004, instituído pela Lei n° 5.136/2008.

⁴¹ Sistema Municipal de Museus de Santa Maria – Criado em 2004, instituído pela Lei n° 5.136/2008.

⁴² A abordagem a partir da Carta de Burra (ICOMOS, 1999, n/p) define significância cultural como sendo o “conjunto de valores estéticos, históricos, científicos, sociais ou espirituais para as gerações passadas, presentes e futuras”.

⁴³ Graduação – Curso de Museologia/UFPEL e Curso de Museologia/UFRGS.

⁴⁴ Graduação – Curso de Museologia/UFPEL e Curso de Museologia/UFRGS.

A educação, em um contexto mais especificamente museológico, está ligada à mobilização de saberes relacionados com o museu, visando ao desenvolvimento e ao florescimento dos indivíduos, principalmente por meio da integração desses saberes, bem como pelo desenvolvimento de novas sensibilidades e pela realização de novas experiências. “A pedagogia museal é um quadro teórico metodológico que está a serviço da elaboração, da implementação e da avaliação de atividades educativas em um meio museal, atividades estas que têm como objetivo principal a aprendizagem dos saberes (conhecimentos, habilidades e atitudes) pelo visitante. (ALLARD; BOUCHER apud DESVALÉES; MAIRESSE, 2013, pp. 38- 39).

Desta maneira, como bem definiu o Secretário de Cultura, Luiz Antônio de Assis Brasil (gestão 2011-2014) escrito na terceira edição do Guia Estadual de Museus definindo que “Os museus sul-rio-grandenses, tão diversos entre si, dão conta deste acervo pretérito, mas também do nosso futuro” (SEM, 2013. p.7). Compreendendo esta rede de trabalho.

Um fato interessante a ser observado na construção das políticas públicas do setor de museus e na formação do campo, é a presença do escritor Luiz Antônio de Assis Brasil, que em 1986 assina a portaria para criação de estudos do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul e, em 2012 assina também por portaria a criação do Colegiado Setorial de Museus do Rio Grande do Sul, instância de assessoramento da Secretaria de Estado da Cultura para as políticas públicas do setor. (GAMA, 2023. p.127-128)

Todavia, para além da política mais representativa do setor, a edição da publicação online de Breve Estudos: Museus RS, trouxe uma análise de dados sobre a terceira edição do Guia Estadual de Museus, e possibilitou colocar os museus em números, identificar seus COREDES,⁴⁵ suas denominações, natureza administrativa, a forma de ingresso, horários de funcionamentos, tipologia de acervos e outros dados importantes para a elaboração de possíveis diagnósticos regionais e estaduais.

Antes de concluir este pequeno artigo, cabe ressaltar a figura do historiador bageense Tarcísio Taborda, importante presença para o desenvolvimento do setor museal gaúcho, desde a configuração dos Encontros Sul-rio-grandense de Museus, perpassando pela direção do Conselho Regional de Museologia – 3º Região, pela

⁴⁵ Conselho Regionais de Desenvolvimento

gestão da Associação Riograndense de Museus e mapeamento do desenho das sete regiões museológicas do sistema.

Desta maneira, o Sistema de Museus no Rio Grande consolida sua prática, sendo espaço de gestão pública, de representação simbólica e criando instrumentos para incentivar a política museal para todas as instituições no Estado, buscando garantir assim, o acesso ao direito à memória.

Referências

BERTOTTO, Márcia Regina. **Entre o Paralelo 20 e o 30 – Analisando e Propondo Políticas Públicas Para Museus no Sul do Brasil**. 257f. Tese (Doutorado em Museologia) do Programa de Museologia da Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2013.

BOTELHO, Isaura. A política cultural e o plano das ideias. In: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. (orgs.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. pp. 109-132.

CONSELHO REGIONAL DE MUSEOLOGIA – COREM 3ª Região/RS. **Arquivos**. Porto Alegre, 1985-1986. Disponível em: <https://www.corem3.org.br/>. Acesso em: 10 nov. 2021.

DUARTE, Carine Silva. **Da cem ao sem: Memória e Trajetória do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul**. 61f. Trabalho de Conclusão (Graduação em Museologia) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

GAMA, Joel Santana da. **A Trajetória de Tarcísio Taborda e as Influências no Pensamento Museológico Sul-Riograndense**. 145f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

GAMA, Joel Santana da. **Sala Júlio de Castilhos e a Educação em Museus: significações entre os ambientes, os objetos e o discurso histórico**. 138f. Dissertação (Mestrado Profissional em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, Rio Grande, 2015.

LEAL. Nórís Mara Pacheco Martins. **A trajetória de uma construção patrimonial: um museu para a tradição doceira de Pelotas**. São Paulo: Dialética, 2021.

NASCIMENTO JUNIOR, José do. **De João a Luiz: 200 Anos da Política Museal no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Vermelho Marinho, 2021.

POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS. **Políticas do setor museal**. Ministério do Turismo, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/politicasdo-setor-museal>. Acesso em: 12 jun. 2020.

RIO GRANDE DO SUL. **Conclusões do II Fórum Estadual de Museus**, 1989b. 2 p.

RIO GRANDE DO SUL. **Diretrizes Para o Sistema Estadual de Museus/RS**. Casa de Cultura Mário Quintana, 1999, 1p.

SEM/RS. **Breve Estudos: Museus RS**. Porto Alegre: Edijuc. 2014.

SEM/RS. **Guia de Museus do Rio Grande do Sul**. 3. ed. Porto Alegre: Evangraf, 2013

2. COMUNICAÇÕES

2.A- GESTÃO DE ACERVOS

A.1. Análise da documentação museológica do Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio Grande do Sul – 1980/1990

Cinara Isolde Koch Lewinski

Graduada e mestre em História. Graduanda em museologia; UFRGS/Museu do Trem- SL.

cinarakoch@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar a documentação implementada pelo Preserve/Presefe no Museu do Trem de São Leopoldo que ocorreu na década de oitenta. Com esse intuito, apresenta-se um breve histórico do Preserve/Presefe, um programa preservacionista que criou diretrizes e normas para a documentação museológica nos centros de preservação em vários estados brasileiros, antes do Iphan assumir a responsabilidade pelo patrimônio ferroviário. Além disso, apresenta a

atuação relevante da sociedade na preservação dos bens históricos das estradas de ferro, partindo da documentação museológica do Museu do Trem de São Leopoldo, nosso estudo de caso. Com esse desígnio, fez-se uma pesquisa bibliográfica e buscou-se fontes documentais, tendo como embasamento teórico alguns dos principais autores nos campos da documentação e gestão de acervos. Então, neste estudo identifica-se uma tentativa do Preserve/Preserfe em padronizar a documentação dos acervos com a finalidade de constituir um inventário dos bens móveis e imóveis da ferrovia em nível federal.

Palavras-chave: Museus ferroviários. Museu do Trem de São Leopoldo. Preserve. Preserfe. Documentação museológica.

Patrimonialização do acervo ferroviário

A democratização do patrimônio no Brasil e as transformações na sociedade promovidas pela mundialização potencializou, nas últimas décadas do séc. XX, o processo de patrimonialização dos bens ferroviários. Na esfera política, o Estado brasileiro deixou de investir na ferrovia por várias décadas, tornando o patrimônio ferroviário obsoleto, o que desencadeou o desmonte e a privatização do mesmo. Perante essa situação, surgiu a exigência de uma legislação específica para os bens não operacionais da ferrovia, que ainda não existia na década de 1980, e de um órgão responsável que desse destino ao acervo que estava se formando. Então, diante dessa condição, o governo federal dirigiu a patrimonialização do acervo ferroviário por meio do Preserve⁴⁶, um programa federal com organização, normas e diretrizes próprias, que produziu os critérios de seleção dos objetos que careceriam ser salvaguardados e também se preocupou em inventariar os acervos ferroviários, que outrora eram bens ativos operacionais. O Preserve/Preserfe constituiu diversos núcleos e centros de preservação da história dos transportes⁴⁷ em vários estados do país, entre a década de 1980 e início dos anos 1990, ou seja, antes do Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) assumir a responsabilidade pela salvaguarda do acervo desse modal⁴⁸.

⁴⁶ O Programa de Preservação do Patrimônio Histórico foi criado em 1980, pelo Ministério dos Transportes, mas a partir de 1986 passou a ser denominado como Preserfe, administrado pela RFFSA, atuando somente na preservação do patrimônio ferroviário.

⁴⁷ Os centros de preservação criados no Brasil pelo Preserve/Preserfe foram organizados para receber diversos tipos de acervos, o que se tornou uma característica dessas instituições.

⁴⁸ O Decreto nº 6.018/2007 e a Lei nº 11.483/2007 incumbiu o IPHAN de “receber e administrar os bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico e cultural, oriundo da extinta RFFSA”. (IPHAN,2014)

O Preserve/Preserfe, dentre suas várias atribuições, foi incumbido de inventariar os acervos ferroviários, que outrora eram bens ativos operacionais. Sendo assim, os centros de preservação além de conservar o patrimônio tangível também conceberam valores e sentidos, deixando marcas profundas na concepção dos acervos ferroviários.

O patrimônio ferroviário⁴⁹

O Preserve/Preserfe instituiu os centros e núcleos de preservação nos antigos edifícios da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA), mas a constituição dos acervos teve a participação ativa da comunidade. O Preserve/Preserfe incentivou a sociedade a doar objetos referentes à temática ferroviária. Segundo Buzelin (2010), em toda a RFFSA foram solicitados objetos de valor histórico e ferroviários aposentados eram estimulados a fornecer peças e elementos pessoais utilizados durante o seu período de atuação profissional (carteiras, uniformes, ferramentas, etc.), até então guardados por valor sentimental. Sendo assim, o apelo à memória ferroviária e iniciativas de preservação dos objetos da estrada de ferro já existiam muito antes do programa de preservação do governo federal. Uma das ações de salvaguarda ocorreu no Museu Ferroviário de Tubarão. Os próprios funcionários da RFFSA, juntamente com o Dr. José Warmuth Teixeira⁵⁰ começaram o trabalho de salvamento dos vestígios da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina (MUSEU DO TREM DE TUBARÃO,2022)⁵¹.

No Museu do Trem de São Leopoldo a atuação dos ferroviários também foi fundamental para a preservação dos bens históricos. O acervo formado pelo Preserve/Preserfe em quase sua totalidade era composto por peças, documentos,

⁴⁹ O patrimônio ferroviário oriundo da RFFSA engloba bens imóveis e móveis, incluindo desde edificações como estações, armazéns, rotundas, terrenos e trechos de linha, até material rodante, como locomotivas, vagões, carros de passageiros, maquinário, além de bens móveis como mobiliários, relógios, sinos, telégrafos e acervos documentais. Segundo inventário da ferrovia, são mais de 52 mil bens imóveis e 15 mil bens móveis, classificados como de valor histórico pelo Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Ferroviário (Preserfe), desenvolvido pelo Ministério dos Transportes, instituição até então responsável pela gestão da RFFSA. (IPHAN,2014).

⁵⁰ Dr. José Warmuth Teixeira foi estabelecido-se como médico em Tubarão, Santa Catarina, em 1960 e tornou-se presidente do Museu Ferroviário de Tubarão.

⁵¹ O Museu Ferroviário de Tubarão foi criado em 1997, através de um convênio firmado entre a RFFSA S/A, o município de Tubarão/SC e a Associação Brasileira de Preservação Ferroviária -ABPF. O Museu não foi administrado pelo Preserfe, porém foi feito um arrolamento do acervo pela RFFSA e que foi anexado ao termo de convênio.

livros, fotografias e audiovisuais recolhidos nos recintos do interior e em alguns prédios da RFFSA em Porto Alegre por iniciativa dos próprios funcionários da empresa e por doação de particulares. Ainda que a ação de salvaguarda tenha iniciado de forma aleatória pelos funcionários da RFFSA a iniciativa de constituir um museu só foi possível por intermédio da ação do governo federal com a implementação do Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio Grande do Sul (Museu do Trem em São Leopoldo), em 1985. (LEWINSKI, 2017)

Então, o acervo recolhido em São Leopoldo foi usado para a composição da reserva técnica e para a exposição ao público, estabelecidos com base nas técnicas e narrativas utilizadas no campo da Museologia e já implantadas em outros centros de preservação ferroviária instituídos anteriormente no país sob a coordenação da secretária executiva do Preserve/Preserfe, Maria Elisa Carrazzoni. Dessa forma, os centros de preservação no Brasil seguiam algumas atribuições básicas estabelecidas nas diretrizes do Preserve/Preserfe dentre elas estão as tarefas de tomar, fichar e catalogar todo o acervo, compreendendo peças, documentos e fotografias. (RFFSA, 1986). Assim sendo, a documentação emitida sobre o objeto era a primeira responsabilidade que os centros de preservação precisariam cumprir, já que “constitui um meio de acesso informacional aos bens culturais, que subsidia a gestão do acervo e o desenvolvimento de diferentes atividades do museu, nas áreas de pesquisa, educação e difusão”. (JULIÃO, 2006, p.97). Desse modo, o acervo ferroviário depois de ser selecionado e recolhido para o museu vinculava-se a uma documentação (inventário, fichas de catalogação, etc) de maneira padronizada, pois acreditava-se que o acervo ferroviário não era diversificado, portanto não havia necessidade de adequação. (LEWINSKI, 2017)

Enfim, na época de atuação do Preserve/Preserfe percebe-se que houve uma tentativa de padronização na documentação dos acervos dos museus ferroviários pela semelhança das primeiras fichas catalográficos dos museus ferroviários e também pelas diretrizes e normativas de gestão dos acervos sugeridas pelo programa governamental que tinha como finalidade a constituição de inventário dos bens móveis e imóveis da ferrovia .

Considerações finais

Assim, neste estudo de caso percebe-se a ênfase na relação da informação e do conhecimento que era dada pelo Preserve/Preserfe, na qual a documentação museológica padronizada (ou na tentativa de ser padrão) nos museus ferroviários tinha um pretexto prático e uma premissa técnica e produtivista para a administração e o controle dos estoques de informação. Neste sentido, o tratamento que foi dado à documentação museológica do patrimônio ferroviário pela RFFSA (governo federal) demonstra que já havia necessidade de práticas de produção da informação de maneira sedimentada e racionalizada nos museus ferroviários. Ainda, diante da importância que este programa teve para o arrolamento dos acervos ferroviários em todo o país, entende-se que ainda há necessidade de aprofundar o diagnóstico sobre o tratamento que foi dada à documentação na constituição dos acervos de museus de tipologia ferroviária para a busca de vocábulos controlados dos museus dessa temática para que se aproximem da visão dos museus como instituições informacionais, o que implica “[...] assumir, desenvolver e incorporar uma política de informação estabelecendo objetivos que contribuam efetivamente com o avanço institucional e sociocultural”. (BARRETO,2002)

Referências

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A condição da informação. **São Paulo em Perspectiva**, 16(3): 67-74, 2002.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Iphan). **Patrimônio ferroviário**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/127>>. Acesso em: 21/04/2022.

JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a história do museu. In: **Caderno de diretrizes museológicas** 1. Brasília: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/ Superintendência de Museus, 2006. 2ª Edição, p.17-30.

LEWINSKI, Cinara Isolda Koch. O que é o Preserve/fe? E como se constituiu o Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio Grande do Sul na década de 1980? *Mosaico* (Rio de Janeiro), v. 8, p. 103, 2017.

MUSEU DO TREM DE TUBARÃO. **Museu do Trem de Tubarão**. Disponível em: <https://turismo.tubarao.sc.gov.br/o-que-fazer/item/museu-ferroviario-de-tubarao>. Acesso em 20/04/2022.

REDE FERROVIÁRIA FEDERAL (RFFSA) (Brasil). **Estudos técnico-organizacionais do Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio Grande do Sul.** [Documento administrativo]. São Leopoldo, 1986.

A.2. Museu das Telecomunicações: local de pesquisa e conhecimento para os discentes de Conservação e Restauração e Museologia

Letícia Quintana Lopes

Graduanda; Universidade Federal de Pelotas;

lequinlopes@gmail.com

Ana Carolina Fernandes

Graduanda; Universidade Federal de Pelotas;

ana.carol.cherry.ac@gmail.com

Annelise Costa Montone

Doutora; Universidade Federal de Pelotas;

annelisemontone@gmail.com

Noris Mara Pacheco Martins Leal

Doutora; Universidade Federal de Pelotas;

norismara@gmail.com

Resumo: A trajetória do acervo das Telecomunicações iniciou no antigo Museu da CTMR - Companhia Telefônica de Melhoramentos e Resistência, com a intenção de guardar a memória da empresa de telefonia pelotense. Os objetos foram recebidos pela UFPEL, em 2003, após a venda da CTMR para a Brasil -Telecom. O principal objetivo deste texto é apresentar as ações de pesquisa, ensino e extensão oportunizadas por esse acervo, desde sua chegada à universidade. Essas ações resultaram em publicações, comunicações, atividades de apoio ao ensino-aprendizagem, exposições e inserção em redes sociais, que têm demonstrado as alternativas para gestão do acervo de um museu sem espaço físico, até o momento, num contexto universitário. Com as imposições do distanciamento social, trazidas pela pandemia de COVID-19, partiu-se para as atividades *online*, cumprindo com os eventos do calendário dos museus e dando continuidade aos projetos com o acervo e à sua divulgação.

Palavras-chave: Acervos universitários. Museus. Telecomunicações.

Introdução

O Museu das Telecomunicações, da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), foi criado por meio da Portaria nº 932, de 31/08/2005, emitida pelo Gabinete do Reitor, após aprovação pelo Conselho Universitário (CONSUN). A trajetória de seu acervo iniciou no antigo Museu da CTMR - Companhia Telefônica de Melhoramentos e Resistência – que abrigava, principalmente, mobiliário de escritório, aparelhos telefônicos, equipamentos de trabalho, quadros, fotografias e documentos administrativos, com a intenção de guardar a memória dessa empresa de telefonia pelotense. A CTMR funcionou de 1919 a 1999, com grande destaque regional, e acompanhou décadas no avanço do sistema de comunicação.

Os objetos foram recebidos pela UFPEL, e direcionados ao Instituto de Ciências Humanas (ICH), em 2003, após a venda da CTMR para a Brasil -Telecom, que foi efetivada em 1999. Ferreira e Lopes (2004) descrevem as negociações para permanência da coleção em Pelotas – que chegou a ser enviada para Brasília -, como parte da história da cidade e sua região.

Atualmente, o acervo do Museu das Telecomunicações recebe atividades de ensino, pesquisa e extensão, no âmbito dos cursos de Museologia e de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis (CRBCM), além de estar representado na Rede de Museus da UFPEL (FERNANDES *et al*, 2020; FERREIRA; MONTONE; LEAL, 2021).

O principal objetivo deste texto é apresentar as ações de pesquisa, ensino e extensão oportunizadas por esse acervo, desde sua chegada à universidade. Essas ações resultaram em publicações, comunicações, atividades de apoio ao ensino-aprendizagem, exposições e inserção em redes sociais, que têm demonstrado as alternativas para gestão do acervo de um museu sem espaço físico, até o momento, num contexto universitário.

Primeiros movimentos de divulgação do acervo após o retorno a Pelotas

O ponto de partida foi a organização e montagem da exposição “CTMR: história e memória”, no salão de honra da Biblioteca Pública Pelotense, em julho de 2003, com

o envolvimento da Prof.^a Dr.^a Maria Letícia Mazzuchi Ferreira, o Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira e discentes do curso de História, do ICH/UFPEL. Conforme Ferreira e Lopes (2004, p. 29),

Essa exposição foi reveladora de um imenso potencial de pesquisa que se alojava no acervo. Os anúncios de sua abertura, feitos pela imprensa local, começaram a suscitar um grande número de telefonemas, em sua maioria feitos por ex-funcionários da CTMR, buscando informações de onde e quando poderiam ver o 'museu'.

A partir da implantação do Bacharelado em Museologia

Com a implantação do curso de Bacharelado em Museologia, em 2006, o acervo das telecomunicações passou a ser utilizado como laboratório de ensino.

Em 2010, foi organizado o primeiro projeto de ensino, a partir da disciplina de documentação museológica, na qual se trabalhou o acervo em papel, em parceria com o curso de CRBCM. Os discentes do curso de Museologia, sob a supervisão da Prof.^a Dr.^a Noris Leal, desenvolveram um sistema de documentação para o acervo e começaram a sua catalogação, enquanto os de Conservação ficaram responsáveis pela higienização. Após mudança de endereço, os dois cursos foram instalados num lugar mais amplo, na rua Lobo da Costa, no centro de Pelotas. Com o novo espaço, foi possível ampliar as atividades do projeto de ensino, sendo catalogado, também, o acervo tridimensional.

Em 2012, o projeto de ensino passou a ser denominado "Organização do acervo e da documentação museológica do Museu da UFPel/Museu do Telefone", coordenado pela prof.^a Dr.^a Noris Leal, o qual durou até 2016, com atividades desenvolvidas nas disciplinas práticas de documentação e por bolsistas e voluntários que apresentavam os resultados das atividades nos congressos de ensino da UFPel.

Novo espaço, nova organização – Campus II/ICH

A partir de 2017, com a instalação do acervo no Campus II/ICH, onde funcionam os cursos de Museologia e de CRBCM, novos projetos se iniciaram. No início de 2019, a coordenação dos projetos vinculados ao museu passou para a Prof.^a Dra.^a Annelise

Montone, da área de Conservação Preventiva, com ações caracterizadas pelo trabalho interdisciplinar, entre o curso de Museologia e o curso de CRBCM, com a participação da prof.^a Dr.^a Noris Leal, como coordenadora adjunta. No decorrer do ano, os objetos do Museu das Telecomunicações foram trabalhados em aulas de conservação preventiva e de documentação museológica.

Os projetos, ainda vigentes, estão voltados para o estudo do local de armazenamento, para ações de conservação preventiva e documentação, como prática extensiva à sala de aula e treinamento dos futuros profissionais. Nos meses iniciais de 2020, foram realizadas atividades de estágio curricular obrigatório de duas alunas do curso de CRBCM, o que oportunizou contato com objetos de diferentes suportes, de tomada de decisões quanto às formas adequadas e disponíveis de armazenamento, instigando a pesquisa e desenvolvendo as habilidades do futuro Conservador Restaurador.

2020 – 2021 – o espaço virtual

Este é o período mais recente e, talvez, o mais desafiador. Com as imposições do distanciamento social, trazidas pela pandemia de COVID-19, naquele momento inicial muito incerto e de previsões desconhecidas, partiu-se para as atividades *online*, procurando cumprir com os eventos do calendário dos museus, o que levou à continuidade dos projetos com o acervo e à sua divulgação. Durante essa fase de atividades remotas, houve a publicação de artigos e resumos expandidos nos seguintes eventos: Semana de Museus da UFPEL 2020 e 2021; 6^a e 7^a Semana Integrada da UFPEL – Congresso de Ensino de Graduação; VI Fórum de Museus Universitários; III Seminário Acervos Culturais em Rede: os museus e as redes durante a pandemia; VI Encontro Luso-Brasileiro de Conservação e Restauração – Conexões 2021. O mesmo grupo discente organizou o site do Museu das Telecomunicações/UFPEL e o Instagram. Por meio de seu site e do Instagram, o museu participou do Dia do Patrimônio 2021, com a exposição virtual Vozes Femininas na CTMR, e da Primavera dos Museus 2021, com a exposição virtual Os Trabalhadores da CTMR. Para finalizar, a Campanha Museus pela Vida, também de 2021, do Conselho Internacional de Museus (ICOM), contou com duas postagens na rede social.

Metodologia

Foram utilizadas fontes documentais de caráter qualitativo do próprio acervo do museu. Os dados levantados, relativos aos projetos e atividades desenvolvidas, foram coletados por meio de portais institucionais da UFPEL, de documentação obtida no Departamento de Museologia, Conservação e Restauração (DMCOR) e documentos pertencentes ao arquivo do acervo das telecomunicações.

Considerações finais

O acervo do Museu das Telecomunicações proporciona aos alunos e professores a possibilidade de atuar em uma instituição museológica de fácil acesso a ambas as partes, por fazer parte da Rede de Museus da UFPEL e por estar alocado no Campus de Ciências Humanas II. Dentre as informações abordadas no presente texto, procurou-se ressaltar a importância do papel da coleção estudada como suporte para a formação dos futuros Conservadores Restauradores, Museólogos e Historiadores da UFPEL, entre outros, em projetos com abordagens diversas. Destaca-se que as práticas com o acervo têm sido um reflexo das ações de pesquisa, ensino e extensão de caráter formativo para os alunos da universidade.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Universidade Federal de Pelotas. Gabinete do Reitor. Portaria nº 932, de 31 de agosto de 2005 – criação do Museu das Telecomunicações.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Museu das Telecomunicações**. Rede de Museus UFPEL. Acesso em: <https://wp.ufpel.edu.br/rededemuseusdaufpel/museu-das-telecomunicacoes/>

FERREIRA, Carina; MONTONE, Annelise; LEAL, Noris Mara. Museu das Telecomunicações/UFPEL: ações de documentação e comunicação. Pôster. **VI Fórum de Museus Universitários**.

FERREIRA, Maria Letícia M.; LOPES, André Luís Borges. História, memória e tecnologia: Museu de Telecomunicações de Pelotas. **Cadernos do LEPAARQ**. Vol. I, n. 2, 2004, p. 27-40. Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/811/818>. Acesso em: 15 abril. 2022.

FERNANDES, Ana Carolina; FERREIRA, Carina Faria. Ações de conservação preventiva no acervo das telecomunicações: um campo para práticas discentes - 2020 - UFPel, Pelotas, RS. In: BACHETTINI, Andréa Lacerda; BOJANOSKI, Silvana de Fátima (org.). Anais da Semana dos Museus da UFPel: 2020. Pelotas: UFPel, 2020. p.72-83.

A.3. Ações do Projeto Laboratório Aberto de Conservação e Restauração de Bens Culturais da UFPel

Letícia Quintana Lopes

*Acadêmica do Curso de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis;
Universidade Federal de Pelotas*

lequinlopes@gmail.com

Ana Carolina Fernandes da Silva

*Acadêmica do Curso de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis; Universidade
Federal de Pelotas*

ana.carol.cherry.ac@gmail.com

Andréa Lacerda Bachettini

*Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural; Universidade Federal de Pelotas
andreabachettini@gmail.com*

Resumo: Este resumo apresenta as ações do Projeto de Extensão Laboratório Aberto de Conservação e Restauração de Bens da Universidade Federal de Pelotas, que objetiva estabelecer parcerias com instituições públicas e privadas para conservação e restauração de acervos culturais. A metodologia baseia-se na pesquisa bibliográfica e documental e em estudos de caso da área da conservação-restauração. O projeto recuperou duas pinturas de grandes dimensões pertencentes ao acervo do Museu Histórico Farroupilha, através do Acordo de Cooperação Técnico-Científico entre a UFPel e Secretaria Estadual da Cultura do Rio Grande do Sul. O projeto proporciona aos alunos envolvidos aplicarem os conhecimentos adquiridos em obras representativas da cultura do Estado, devolvendo para comunidade obras restauradas que muitas vezes estão inacessíveis ao público pelo seu estado de conservação.

Palavras-chave: Projeto Laboratório Aberto. Conservação-Restauração. Museu Histórico Farroupilha. Palácio Piratini. Pinturas de Grandes Dimensões.

Introdução

No ano de 2019 o curso de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis do Instituto de Ciências Humanas (ICH) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), iniciou sua participação nas atividades do "Projeto de Extensão Laboratório Aberto de Conservação e Restauração de Bens Culturais (LACRBC)", o projeto busca estabelecer uma parceria com a comunidade em geral e logo se estabeleceu um Acordo de Cooperação Técnico-científico entre a Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul (SEDAC-RS) e a UFPEL através da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PREC) e do ICH.

Em um primeiro momento a universidade recebeu duas obras de grandes dimensões do Museu Histórico Farroupilha (MHF) da cidade de Piratini, as duas pinturas foram alocadas no Museu do Doce, em Pelotas, local escolhido para funcionar o "Laboratório Aberto", justamente para que o público pudesse acompanhar o processo de restauração das pinturas, assim a comunidade e público visitante do Museu puderam interagir com a equipe do projeto.

As obras que sofreram intervenções restaurativas são "Fuga de Anita Garibaldi a Cavalos" e "Alegoria, Sentido e Espírito da Revolução Farroupilha". A primeira obra mede 2,64 x 2,2 m foi produzida pelo paisagista e pintor de temas históricos Dakir Parreiras (1894–1967), que teve como mestre seu pai, o também pintor Antônio Parreiras. Já a obra "Alegoria, Sentido e Espírito da Revolução Farroupilha", ainda maior que a primeira, medindo 3,8 x 5,7 m, datada de 1925, foi produzida pelo desenhista e caricaturista brasileiro Helios Seelinger (1878–1965). As pinturas de grandes dimensões fizeram parte do acervo do Palácio Piratini, sede do Governo do Rio Grande do Sul, até 1954, data em que provavelmente foram transferidas ao Museu Histórico Farroupilha (UFPel, 2019).

Em onze de setembro de 2021 a obra "A Fuga de Anita Garibaldi a Cavalos" foi entregue ao Museu Histórico Farroupilha em Piratini, após um detalhado processo de restauração que incluiu a documentação, o diagnóstico, os exames organolépticos e laboratoriais, análise iconográfica e iconológica, análise da história da obra e por fim a restauração propriamente dita da tela e da moldura. O processo de restauração teve por base manter a integridade e leitura da obra, tendo por prioridade suas características estéticas a partir da consolidação da camada pictórica que apresentava diversas deteriorações (GAMA, 2020). Já a obra "Alegoria, Sentido e Espírito da Revolução Farroupilha", se encontra em fase de finalização, os exames e documentação estão completos, faltando apenas pequenos tratamentos na moldura. A previsão do término da restauração é maio de 2022, quando a obra ficará exposta no Museu do Doce para apreciação do público e entrega oficial para o segundo semestre de 2022.

Sobre as molduras das duas obras, elas são assinadas pelos "Irmãos Jamardo", Arturo e Bernardo. Ambos eram artífices da área da marcenaria e atuaram na cidade de Porto Alegre na primeira metade do século XX. A empresa dos irmãos era um local de grande efervescência cultural da época. O Palácio Piratini adquiriu e apresenta até hoje em seu acervo uma série de móveis e obras dos Irmãos Jamardo.

As molduras das pinturas "A Fuga de Anita Garibaldi a Cavalos" e "Alegoria, Sentido e Espírito da Revolução Farroupilha" são em madeira, provavelmente em araucária, são ricas em detalhes, apresentam douramento à folha de ouro, com entalhes do brasão do Rio Grande do Sul, suas laterais contam com colunas em estilo grego com capitéis da ordem coríntia com volutas e de folhas de acanto, fuste estriado ou caneluras e base arredondada. As molduras são diferentes entre si, devido às suas dimensões e pela localização do entalhe do brasão, "Anita" apresenta o entalhe na parte superior central da moldura e está apoiada em um balcão, já "Alegoria" tem o brasão na parte inferior central. As molduras são consideradas uma obra de arte a parte.

A parceria entre a Universidade Federal de Pelotas e a Secretaria de Estado da Cultura do RS com as duas obras foi benéfica para ambas, uma vez que recuperou acervos importantes da nossa região e oportunizou uma formação ampla aos alunos dos Cursos de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis de Museologia da UFPel que trabalharam nas obras. Com isso, o projeto tem sua continuidade, dessa vez com uma ação intitulada: Palácio Piratini 100 anos - Restauração das Pinturas de Cavalete pertencentes ao acervo do Palácio Piratini.

Para esta ação foram entregues pelo Palácio Piratini dezessete obras, diversas pinturas em óleo sobre tela, algumas em óleo sobre cartão e sobre duratex, e duas obras que tem como suporte o papel. As obras recebidas são, a saber: "Céus de Bagé" de Glauco Rodrigues; "Interior de Igreja" de Leopoldo Gotuzzo; "Clareando o Dia" de Glauco Rodrigues; "Casarão" (Rio Ipanema) de Libindo Ferraz; "Casa de Esquina" de Wagami; S/ Título de Helios Seelinger; S/ Título de Autor de Benete; S/ Título de Guido Mondin; "A Espécie" de Jatyr A. Loss; "Igreja de São Miguel" de Wagami; "A Santa Ceia" de Guido Mondin; "Casa Isolada" de Libindo Ferraz; "Paisagem Rio grandense" de Libindo Ferraz; S/ Título de Helios Seelinger; S/ Título de Ângelo Guido; "Jesus Cristo" de Guido Mondin e "Jangadas" de Ângelo Guido. Estas obras encontram-se no Laboratório de Conservação de Pintura do ICH em processo de análise e exames, e o prazo estipulado de entrega é ainda no ano de 2022.

Metodologia

As intervenções realizadas nas obras têm por base a análise técnico-científica,

sendo estas a análise organoléptica, documental, testes de solubilidade, entre outras. O levantamento dos resultados destes testes possibilitam um melhor plano de trabalho para a realização da intervenção e a melhor tomada de decisão em caso de imprevisto. A metodologia do projeto seguiu as seguintes etapas: estabelecimento da parceria entre as instituições; documentação fotográfica das obras; diagnóstico do estado de conservação; realização de exames organolépticos e de luzes especiais; realização de exames pontuais e laboratoriais; análise das técnicas construtivas das obras; análise da iconografia e iconologia das obras; análise histórica das obras; realização do processo de restauração das obras; organização da documentação primária gerada por meio do projeto; elaboração de relatórios sobre os processos de intervenção; montagem do laboratório, com visitação aberta ao público, para acompanhamento das obras restauradas pelo projeto; produção de audiovisual sobre o projeto; produção de E-book sobre processo de restauração; transporte das obras; acompanhamento do transporte pela equipe da UFPel; montagem das obras em suas molduras; entrega oficial das pinturas; exposição sobre o processo de restauração da pintura “Alegoria, Sentido e Espírito da Revolução Farroupilha”.

Considerações finais

O projeto conjunto da UFPel e SEDAC-RS, proporcionou aos alunos, técnicos, professores e a população pelotense o conhecimento de duas obras que inspiram há anos o sentimento de pertencimento do povo gaúcho, além do conhecimento técnico a partir da oportunidade de se trabalhar em sua materialidade e suporte e a população poder acompanhar todo o processo na visitação ao Museu do Doce (UFPel, 2019). A restauração das obras perpetua a história e sentimento de pertencimento do povo gaúcho, além de proporcionar conhecimento e aprendizado aos alunos de conservação e restauração. Espera-se, finalmente, parcerias semelhantes entre a Universidade Federal de Pelotas e as instituições de outras cidades do Rio Grande do Sul.

Referências

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Restauo das obras do Museu Piratini poderá ser acompanhado diariamente pelo público**. Pró-Reitoria de Gestão da Informação e Comunicação, Coordenação de Comunicação Social, 2019. Disponível em: <<https://ccs2.ufpel.edu.br/wp/2019/08/16/restauo-das-obras-do-museu-piratini->

[podera-ser-acompanhada-diariamente-pelo-publico/](#)>. Acesso em: 15 de abril de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Acervo pictórico do Palácio Piratini chega para restauração na UFPel**. Pró-Reitoria de Gestão da Informação e Comunicação, Coordenação de Comunicação Social, 2022. Disponível em: <<https://ccs2.ufpel.edu.br/wp/2022/03/24/110215/>>. Acesso em: 15 de abril de 2022.

PALÁCIO PIRATINI. **Jamardo e Irmãos**. Disponível em: <<https://www.palaciopiratini.rs.gov.br/familia-jamardo>>. Acesso em: 15 de abril de 2022.

BACHETTINI, A. L.; MICHELON, F. F.; SCOLARI, K. C. **Laboratório aberto de conservação e restauração de bens culturais: a restauração “Alegoria, sentido e espírito Farroupilha” uma pintura de grande dimensão pertencente ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul**. Livro de Atas Porto: UCP, 2019. p.51.

GAMA, Isis Fófano; BACHETTINI, Andrea Lacerda; SCOLARI, Keli Cristina. **Plano para estudos preliminares à restauração da obra de Dakir Parreiras: fuga de Anita Garibaldi a cavalo, do Museu Histórico Farroupilha**. In: BACHETTINI, Andréa Lacerda; BOJANOSKI, Silvana de Fátima (org.). Anais da Semana dos Museus da UFPel: 2020. Pelotas: UFPel, 2020.

GAMA, Isis Fófano. **Estudos preliminares à restauração da obra “Fuga de Anita Garibaldi a cavalo”, de Dakir Parreiras, pertencente ao Museu Histórico Farroupilha**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

A.4. Requalificação do espaço de guarda do acervo de obras de arte da Secretaria Municipal de Cultura de Pelotas – RS

Marcelo Hansen Madail

Graduanda em Museologia; Universidade Federal de Pelotas

m.madail@hotmail.com,

Carlos Eduardo Ávila Bauer

Graduando em Artes Visuais; Universidade Federal de Pelotas

edibauereyeshua@yahoo.com.br

Nathânia Maria da Silva

Arqueólogo; Universidade Federal de Pelotas

nathania.ms30@gmail.com³

Resumo: O presente trabalho apresenta a metodologia de planejamento e ações realizadas para o processo de adaptação e requalificação do espaço de guarda do acervo de obras de arte da Secretaria Municipal de Cultura de Pelotas – SECULT. Atividade que buscou a adaptação entre a teoria acadêmica e as limitações materiais e de insumos enfrentados pela instituição no sentido de desenvolver processos de recuperação, preservação, catalogação e acondicionamento dos acervos dentro da reserva técnica, com o intuito de mesmo com poucos recursos requalificar o espaço que até então encontrava-se desassistido em sua manutenção e qualidade de armazenamento dos acervos que lá se encontram. Este trabalho também serve como uma análise profunda do estado de conservação e qualidade em que se encontram esses espaços de guarda de acervo dentro dos museus e também será apresentado métodos usados para a montagem dos mobiliário para guarda dessas obras visando à integralidade e proteção dos acervos de obras de artes que representam a trajetória dos artistas da cidade de Pelotas.

Palavras-chaves: reserva técnica, requalificação, acondicionamento de acervo.

Introdução

O acervo de obras de arte da SECULT (Secretaria Municipal da Cultura) nasceu através de doações e conta com obras de diversos artistas renomados da cidade de Pelotas e região. É composto por fotografias, pinturas, gravuras e esculturas que relatam parte da trajetória das artes na cidade. Alguns destes artistas foram convidados para expor suas obras nas salas do Centro Cultural Adail Bento Costa,

situado nas dependências da referida secretaria.

Parte do acervo encontra-se em exposição em salas da SECULT, em algumas secretarias e/ou departamentos da prefeitura. O restante está guardado em uma sala do casarão 6 – situado na Praça Coronel Pedro Osório, número 6 – e constitui o objeto de estudo do presente texto.

O conjunto de obras recebeu, por um tempo, uma série de cuidados de conservação preventiva através de uma parceria com o curso de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis da UFPel. Nesse período, as peças foram higienizadas, catalogadas e acondicionadas em TNT, com o objetivo de mantê-las protegidas de ataques biológicos – como cupins, brocas e traças – e outros agentes que estavam colocando em risco as peças condicionadas nesta sala.

No entanto, após essa ação o acervo deixou de receber cuidados de vistoria e manutenção e começou a apresentar sinais de deterioração. Visto isso, tornou-se imprescindível a tomada de medidas e de novas ações para minimizar os efeitos dos agentes deteriorantes e criar um espaço mais adequado para o acondicionamento da coleção.

Uma primeira ação no caminho para a elaboração de um espaço de guarda adequado, conforme as palavras da professora e pesquisadora Andréa Bachettini, é ter em mente que:

...as reservas técnicas deveriam ser uns dos itens prioritários na política de conservação e difusão da informação de um museu, por ser um local de guarda e principalmente de cuidados especiais para a preservação dos objetos do acervo (BACHETTINI, 2017).

A questão do planejamento e formação de reservas técnicas dentro dos museus é hoje um desafio, pois coloca a todos – professores, pesquisadores, estudantes da área – a debaterem sobre a questão do acondicionamento adequado dos acervos dentro dos museus e espaços culturais, conforme se percebe na citação abaixo:

...é impossível que os museus atuais exponham a totalidade de suas coleções, neste caso a importância de uma reserva para cumprir uma de suas missões que é o de preservar o patrimônio (AMARAL, 2011, p. 29).

Conforme está incluso na Lei nº 11.904 do Estatuto dos Museus, a implementação desse espaço identificado como lugar de cuidado e preservação, é uma obrigatoriedade dentro dos museus. Com essa perspectiva, uma reserva técnica para acondicionamento das obras de arte da SECULT se faz necessário, pois além de

abrigo físico, também constitui a guarda de uma memória e das manifestações culturais de gerações que ali estão (BACHETTINI, 2017).

A requalificação deste espaço leva em conta os conceitos de conservação preventiva elaborados por Gaël de Guichen (2012) que constituem retirar peças da insegurança, através de um conjunto de atitudes destinadas a salvaguardar uma coleção ou um objeto. A aplicação destas atitudes depende de alguns pressupostos: Senso comum; Memória; Intuição; Razão; Ética. Consiste em ações indiretas que retardam a deterioração e precaver os estragos através da criação de condições ótimas para a preservação de legado patrimonial tanto quanto possível. Essas ações passam pelo correto manuseamento, transporte, armazenamento ou exposição.

Objetivos

Com esse trabalho, busca-se a requalificação do espaço de guarda do acervo de obras de arte da SECULT, através de ações de conservação preventiva que partem da adaptação de mobiliários utilizados para antigas exposições da instituição, e realocação das obras para otimizar o espaço, a circulação de ar entre as peças e facilitar sua higienização. Além disso, é uma medida necessária para evitar e desacelerar processos de deterioração, garantindo condições mais adequadas para conservação do acervo.

Metodologia

As atividades tiveram início com a verificação do estado de conservação das peças e análise para a possível identificação dos dez agentes de deterioração: Forças físicas, Ação criminosa, Fogo, Água, Ataque biológico, Poluentes, Luz e radiação, Temperatura incorreta, Umidade relativa incorreta e Negligência (Figura 1).



Figura 1 – Verificação do estado de conservação. Imagens A e B: início da avaliação e intervenção preventiva nos acervos; Imagem C: local adaptado para a guarda dos acervos (Arquivo Pessoal)

Na sequência foi verificada a possibilidade de adaptabilidade do mobiliário expográfico para guarda, o que foi possível ao unir as estruturas de madeira duas a duas, serrando as ponteiros internos dos pés e removendo as telas plásticas, deixando apenas uma que serviria de fundo para a proteção das obras a serem acondicionadas (Figura 2).



Figura 2 - Montagem do mobiliário para guarda. Imagens A e B: início da montagem; Imagem C: mobiliaria de guarda pronta (Arquivo Pessoal)

Para a instalação das estruturas montadas, a sala foi esvaziada e higienizada. Foram removidas muitas sujidades e teias de aranha. Por isso, foi aplicado inseticida para o extermínio de agentes biológicos. Após sua colocação, as estantes foram

preenchidas com as obras de arte que tiveram suas embalagens previamente higienizadas (Figura 3).

Figura 3 – Sala da reserva técnica. Imagem A: Limpeza da sala; Imagem B e C: organização do acervo no mobiliário de guarda (Arquivo Pessoal).



Resultados

As obras foram organizadas no mobiliário expográfico adequadamente por ordem de tamanho, conforme ditam os manuais de conservação preventiva. Com isso, foi obtido maior espaço de circulação dentro do ambiente, melhores condições ambientais, melhor acesso às obras e uma melhora no aspecto visual das condições de guarda do acervo. Além de facilitar o controle e manutenção do local garantindo maior segurança às obras.

Considerações finais

O planejamento e manutenção de reservas técnicas é um trabalho desafiador, mas com simples iniciativas é possível transformar um espaço re-aproveitando e adaptando materiais que perderam seu uso, como o mobiliário expográfico utilizado nesse caso. O trabalho de conservação de acervos exige, muitas vezes, a aplicação de soluções criativas – principalmente em se tratando de instituições com poucos recursos – mas que se mostram bastante eficazes.

Para continuar esse trabalho, os próximos passos do processo serão a abertura das embalagens, a higienização individual das obras e a avaliação do estado de conservação para produção de relatório com indicações de ações de conservação

e/ou restauração a serem encaminhadas ao secretário de cultura. Também foi estabelecido uma rotina de higienização e manutenção do espaço, para que não haja mais reincidentes de infestações e a destruição do acervo.

Referências

AMARAL, Joana. **Gestão de Acervos: Proposta de Abordagem para a Organização de Reservas**. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Museologia, 2011.

BACHETTINI, Andréa L., **As Reservas Técnicas em Museus: Um Estudo sobre os Espaços de Guardas dos Acervos**, Tese de Doutorado no Instituto de Ciência Humanas, Programa de Pós-Graduação em Memória e Patrimônio Cultural, UFPel, Pelotas ,2017.

GUICHEN, Gael de. **La Conservación preventiva: ¿simple moda pasajera o cambio trascendental?** Museum International, nº. 201, p. 4-6. Paris: UNESCO, 1999. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000114934_spa>. Acesso em: 15 abr. 2022.

2.B- COMUNICAÇÃO

B.1. A Reabertura do Museu Gruppelli: Um espaço de constante processo

Nadir Ferreira Branquinho Taranti

Graduanda em Museologia; Universidade Federal de Pelotas

nadir.taranti@gmail.com

Louis Macedo Wotter

Graduando em Artes Visuais; Universidade Federal de Pelotas

louhumwotter@gmail.com

Diego Lemos Ribeiro

Arqueólogo; Universidade Federal de Pelotas

dlrmuseologo@yahoo.com.br

Resumo: Fechado desde o início da pandemia, o Museu Gruppelli tem se mantido ativo nas redes sociais por intermédio de ações educativas e de divulgação do patrimônio rural, como forma de manter-se próximo do público. Deste modo, o presente artigo visa apresentar parte do trabalho executado pela instituição durante a pandemia e as atividades que aconteceram durante a reabertura, bem como as expectativas para o retorno presencial. Acreditamos que, mesmo com as problemáticas que chegaram às instituições museais brasileiras durante a quarentena – fechamento dos museus e afastamento dos públicos, por exemplo – o Museu Gruppelli se mostra vivo na memória de seus frequentadores. Como maior evidência, temos a presença de uma família de Canguçu no mutirão de limpeza, fazendo-se valer o conceito de emoção patrimonial. Dentre nossas expectativas, esperamos que o retorno traga novas experiências para o museu. Ressaltamos, por fim, que os trabalhos realizados remotamente continuarão ativos, agregando as visitas presenciais que, por hora, acontecem em domingos alternados graças à pandemia ainda vigente.

Palavras-chave: Museu Rural, Pandemia, Reabertura, Emoção Patrimonial, Museu Gruppelli;

Extrapolando sua fisicalidade, muito em função da pandemia que assolou o território mundial desde março de 2020, os museus passam por adaptações no modo

de comunicar, conservar e preservar, tendo a internet como aliada para alcançar os públicos que outrora caminhavam nas salas físicas de exposições. Aos poucos, com o atenuar da pandemia e respeitando os protocolos sanitários na tentativa de se alcançar o mais próximo do que conhecemos como “natural”, as instituições têm aberto novamente suas portas. E é nessa visão, de retomar as aberturas presenciais do Museu Gruppelli, que esse artigo nasce. Aqui, pretende-se pincelar brevemente as atividades ocorridas em território virtual, relatando as experiências até então alcançadas com as idas presenciais até a instituição, bem como as expectativas para o futuro.

O Museu sob análise está situado no 7º distrito da cidade de Pelotas e foi inaugurado por iniciativa da comunidade local. Seu acervo foi recebido por doações e coletas dos moradores da região, capitaneados pela família Gruppelli, tendo como objetivo a preservação da memória e da identidade da vida rural local.

Fechado desde março de 2020 em concordância com as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS), o Museu esteve ativo nas redes sociais, em especial no *Facebook*⁵² e *Youtube*⁵³, produzindo materiais de comunicação sobre o acervo. No *facebook*, eram feitas uma seleção de fotos tiradas durante o momento “pré-pandemia”, que eram publicadas junto de um texto, contando parte da história e trajetória de uma série de objetos do acervo. No *Youtube*, por sua vez, houve a criação de uma série de vídeos denominada “Patrimônio em Foco” que buscava apresentar, de forma didática, as pesquisas que estavam sendo realizadas sobre o tema do patrimônio rural. Ademais, além das ações comentadas, uma terceira frente de trabalho foi executada, sendo a criação de documentos para colorir: a história em quadrinhos sobre o tacho (físico no museu até 2016 mas ainda vivo no imaginário social); o início da minissérie “Gruppelli para Colorir” (figura 1); e um *gibi*⁵⁴ que conta a história do museu pelos objetos, baseando-se nas entrevistas dos doadores.

⁵² Disponível em: <https://www.facebook.com/Museugruppelli2/>

⁵³ Disponível em: <https://bitly.com/pkvGM>

⁵⁴ Disponível em: <https://bitly.com/vxUOzG>



Figura 1 - Gruppelli para Colorir

Fonte: acervo do museu.

Felizmente, o Museu está em processo de reabertura desde o dia 20 de março de 2022, quando aconteceu a abertura da instituição para a higienização e limpeza do ambiente. O mutirão de limpeza (Imagem 2) contou não somente com a presença dos estudantes e voluntários da instituição, como também com a presença dos colaboradores Fábio Konzgen, sua esposa Maria Rosa Melo Ferreira e sua filha Kauane, moradores de Canguçu, que conheceram o museu após uma visita rápida com a mediação do coordenador do projeto “Revitalização do Museu Gruppelli”, Professor Diego Lemos Ribeiro. Cabe ressaltar que no momento da visita o docente não esteve na instituição com a ideia de receber os visitantes, mas sim com a finalidade de avaliar sua estrutura física, bem como o estado de conservação dos objetos em geral.

Esse auxílio dos colaboradores-visitantes trouxe à tona aquilo que denominamos “emoção patrimonial”: foi suficiente uma visita para criarem um vínculo emocional com o Museu e o sentimento de partilhar o momento da sua reabertura. De acordo com Maria Rosa, apenas o sentimento de estar fazendo parte de algo maior e saber que sua ajuda estava auxiliando a “reviver o museu das cinzas” já era algo extraordinário. Poder tocar nos objetos para limpá-los, com o devido auxílio do restaurador Gilson Barboza foi, em sua opinião, o momento mais emocionante. Ainda segundo ela, ao tocá-los uma troca sinérgica ocorria entre ela e o objeto. A família estava contente, portanto, por participar dessa troca de emoções com o museu, auxiliando a revitalizar sua vida física.



Figura 2 - Mutirão de limpeza. Na foto, da esquerda para a direita: Maurício, Gilson, Nadir, Louis e Diego. O casal Fernando e Rosa, e a filha Kauane, estão à direita.

Fonte: acervo do museu.

Assim sendo, nossas expectativas para o futuro da instituição são as maiores possíveis. Em razão do vírus ainda ser um perigo iminente, o Museu não abrirá todos os domingos como outrora, mas sim em domingos alternados⁵⁵, especificados no início de cada mês nas redes sociais. Nas visitas, o protocolo de cuidados estará sendo respeitado e, embora a máscara não seja mais um item obrigatório, seu uso é recomendado em publicações nas redes sociais e presencialmente, além da disponibilização do álcool em gel para higienização das mãos.

Ressalta-se que as atividades virtuais continuarão acontecendo com um cronograma de postagens a ser decidido em uma reunião mensal, visando apresentar o acervo com outros olhares bem como iniciar novas séries de atividade para aproximar o público do museu na tentativa de criar novos laços emocionais.

Referências

BRAHM, José Paulo Siefert. **Desvendando emoções: o Museu Gruppelli, seus objetos e seu público.** 2021. 306f. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021. Disponível em:

<https://wp.ufpel.edu.br/ppgmp/files/2022/01/Tese-final-Jose-Paulo-Brahm.pdf>. Acesso em: 23 de abr. de 2022

⁵⁵ A instituição conta com aberturas semanais desde julho/2022.

RIBEIRO, Diego Lemos et al. **Revitalização do Museu Gruppelli**. In: Congreso Extensión y Sociedad, 2013, Montevideo. Anais do Congreso Extensión y Sociedad, 2013.

MUSEU GRUPPELLI. **Bom diaa!! Está no ar o segundo episódio da minissérie [...]**. Pelotas, 05 de nov. de 2021, Facebook: @museugruppelli2. Disponível em: <https://www.facebook.com/Museugruppelli2/photos/pcb.4302068946583036/4302063783250219/>. Acesso em: 23 de abr. de 2022

B.2. O Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli – MARGS: a educação e a comunicação com o público

Adriana Aparecida Ganzer

Doutoranda em Educação; Universidade Federal do Rio Grande do Sul;

aaganzer@gmail.com

Zita Rosane Possamai

Estudante; Instituto Federal de educação e tecnologia campus Jacaré;

aline24122000@gmail.com

Resumo: Ao compreender o museu como um espaço educativo, este trabalho apresenta reflexões concernentes ao museu e à educação na produção de conhecimento. Contempla parte de uma pesquisa de doutorado inserida na linha de pesquisa História, Memória e Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que objetiva explorar a dimensão educativa do Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli – MARGS nos anos iniciais de sua criação. Assume uma investigação documental, ao estudar o corpus empírico localizado no núcleo de acervos, documentação e pesquisa do museu, sobretudo com o objetivo de investigar os registros disponibilizados que referenciam a educação. Parte do modo indiciário amparado em Carlo Ginzburg (1989) e na operação historiográfica de Michel de Certeau (1982), como metodologia para analisar as escritas desses documentos que potencializam a história do MARGS. Toma como ponto de partida a História da Educação, em consonância com as teorias museológicas, para assim organizar, moldar e compreender como o museu iniciou a comunicação com o seu público.

Palavras-chave: Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli - MARGS. Documentação. Educação. Público.

Introdução

O Museu de Arte do Rio Grande do Sul foi criado no dia 27 de julho de 1954 pelo decreto estadual nº 5065. Teve como idealizador e primeiro diretor o professor e artista Ado Malagoli, referência para a cultura e para a educação no Rio Grande do Sul nos anos 1950, que ao institucionalizar o sistema artístico com a criação de um museu de arte, também ampliou os estudos na técnica da pintura, como professor no

IBA – Instituto de Belas Artes (hoje Instituto de Artes – UFRGS). O MARGS acompanhou historicamente a criação dos museus em outros estados brasileiros, a exemplo de São Paulo e Rio de Janeiro, uma efervescência cultural associada aos espaços de ensino da arte e, conseqüentemente, suas relações com a educação (LOURENÇO, 1999).

Em uma entrevista concedida para o crítico de arte Carlos Scarinci, Ado Malagoli mencionou que a principal missão de um museu é a de “[...] difundir e apresentar a arte como um veículo ativo de educação” (SCARINCI, 1955). Nessa direção, esse recorte da pesquisa assinala considerações sobre como a educação foi pensada no período de criação do MARGS e quais atividades foram registradas como educativas.

Michel de Certeau (1982) aponta o recurso da cronologia como um lugar de produção que autoriza o texto, que indica um aspecto que o tempo presta para a história sendo condição de possibilidade para um recorte em períodos. Ademais, Walter Benjamin (1994) no seu conceito de história, ao acreditar que existe um encontro secreto marcado entre gerações precedentes a nossa, pontua que articular o passado historicamente significa apropriar-se de uma reminiscência, pois para Benjamin, o método da montagem é tido como um planejamento que encontra ecos no paradigma indiciário de Ginzburg (1989).

Assim, essa construção de tempo, está fundamentada na documentação disponibilizada no núcleo de acervos e pesquisa do MARGS, amalgamada aos referenciais teórico metodológicos amparados na História da Educação e na História dos Museus. Conforme Ginzburg (1989), existem zonas privilegiadas, sinais e indícios que permitem decifrações, esse modo indiciário aciona e possibilita uma metodologia para analisar as escritas dos documentos, bem como encontrar os detalhes dos discursos ali contidos, para modelar e produzir uma narrativa.

A educação e a comunicação com o público

Ao compreender que os museus possibilitam uma compreensão da realidade social por meio de suas coleções e operam com a elaboração de discursos, Possamai (2001) pondera que estudar os museus contribui para refletirmos o papel das instituições na atualidade, bem como, constroem e veiculam representações atinentes

ao passado junto da história a ser contada para as futuras gerações. Portanto, sopesamos o estudo da educação, para que tenhamos uma visão mais crítica e realmente sabermos se as ações realizadas são educativas.

Outrossim, os Conceitos-Chave da Museologia, considerados uma ferramenta de referência para as pesquisas tanto de profissionais de museus, como para pesquisadores, apresentam questões basilares, quais sejam: “O que é um museu? Como definir uma coleção? O que é uma instituição?” (DESVALLÉES e MAIRESSE, 2013, p. 17), os autores complementam que foram desenvolvidas respostas a estas questões, contudo salientam a importância de sempre retomá-las. Neste pensamento, é possível acrescentar mais uma indagação – o que pode contemplar o termo educação nos museus? Para ampliar o discurso, Possamai (2015) pontua que “[...] nos séculos XX e XXI, os museus aprofundaram seus objetivos concernentes à educação” (Idem, p. 107), destarte “[...] os museus de todos os tempos e de todas as tipologias – sejam de ciências e tecnologia, de história, antropológicos ou de arte – são, obviamente, museus com forte marca educativa” (POSSAMAI, 2015, p. 104).

Vale dizer que no momento em que o museu conserva e apresenta seu patrimônio, está gerando efeitos educativos, independentemente de realizar atividades denominadas pedagógicas, “[...] a instituição é em si mesma um meio educativo” (VALENTE, 2009, p. 88), sendo assim, a dimensão educativa tem potencial para ser ampliada e orientada no empenho da institucionalização do museu, ao compreender que a educação é considerada uma dimensão intrínseca da instituição. Impulsiona a atuação do museu frente aos diferentes públicos e intensifica a exposição como o principal veículo de comunicação e democratização (VALENTE, 2009).

Já para Lisbeth Gonçalves (2004), os museus lidam com os objetos culturais impregnados de sentido, e com o imaginário do público visitante. O museu de arte, por exemplo, trabalha com as questões que permeiam a visualidade das obras de arte e enquanto documentos plásticos, as obras integram a realidade histórica. Ademais, um dos méritos do museu é promover o conhecimento da história e da crítica de arte. Para a autora, a aproximação da coleção e da história da arte está inserida num trabalho de reflexão sobre a arte do passado e do presente. “As obras e as exposições no museu transformam-se em catalisadores e difusores de sentidos que podem nortear criticamente a interpretação da exposição que se visita” (GONÇALVES, 2004, p. 74).

Nesta perspectiva, no registro das primeiras exposições organizadas pelo MARGS, foi possível identificar que Ado Malagoli teve a fundamental colaboração das professoras e artistas Alice Soares e Christina Balbão, tanto na organização das mostras, quanto na relação com o público. A repercussão das exposições e as informações sobre como aconteceu o processo de comunicação com o público visitante, foi assinalada por críticos de arte e jornalistas, nas revistas e jornais coetâneos.

É significativo compreender que a primeira exposição aconteceu no ano de 1955, denominada – 1º Exposição de Arte Brasileira Contemporânea, uma mostra coletiva realizada na Casa das Molduras, considerada a principal galeria de arte na época, localizada na Rua da Praia, artéria mais movimentada do Centro da cidade. Já em 1958, a exposição retrospectiva de Pedro Weingärtner, além de inaugurar oficialmente o museu na primeira sede – o Theatro São Pedro, também principiou o ciclo de exposições do MARGS com destaques para artistas nacionais e estrangeiros. O Professor Angelo Guido, com uma conferência sobre a obra de Weingärtner, deu início a uma série de palestras – “[...] com o fito de educar e estimular o público à melhor apreciação das Artes” (SCARINCI, 1957).

Considerações

Para Walter Benjamin (1994, p. 193) “[...] quem se recolhe diante de uma obra de arte mergulha dentro dela e nela se dissolve”, uma vez que a abordagem do conhecedor é de recolhimento, no sentido da contemplação e da apreciação. Sendo assim, as questões até aqui consideradas educativas pela pesquisa, que aconteceram nos primeiros anos de existência do museu, estão vinculadas à comunicação e formação de público. Os apontamentos foram encontrados nas reportagens dos jornais locais da época e na revista do globo, igualmente nas entrevistas realizadas posteriormente, registradas em periódicos como por exemplo, nos boletins informativos e nos catálogos do MARGS. É possível dizer que esse espaço de tempo identifica e marca o início da historiografia do museu, ao mesmo tempo em que aponta considerações atinentes à proposta educativa em consonância com a missão do museu. Há ainda muito a ser pesquisado e escrito a partir desse material

disponibilizado, amalgamado aos referenciais teóricos e pesquisas já realizadas que mencionam o tema educação em museus.

Referências

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura história da cultura.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de Museologia.** São Paulo: Armand Colin, 2013.

GINZBURG, Carlo. Sinais, raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas e sinais.** São Paulo: Cia das Letras, 1989.

GONÇALVES, Lisbeth Rebollo. **Entre Cenografias: o museu e a exposição de arte no século XX.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ FAPESP, 2004.

LOURENÇO, Maria Cecília França. **Os museus acolhem o moderno.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

POSSAMAI, Zita Rosane. **Exposição, Coleção, Museu Escolar: ideias preliminares de um museu imaginado.** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 58, p. 103-119, out./dez. 2015.

POSSAMAI, Zita Rosane. **Nos bastidores do museu: patrimônio e passado da cidade de Porto Alegre.** Porto Alegre: Est Edições, 2001.

SCARINCI, Carlos. **Revista do Globo.** Porto Alegre, RS, ano 21 nº 642, 1955.

SCARINCI, Carlos. **Revista do Globo.** Porto Alegre, RS, 29/06/1957.

VALENTE, Maria Ester Alvarez. Educação e Museus: a dimensão educativa do museu. In: GRANATO, Marcus. et al. **Museu e Museologia: Interfaces e Perspectivas/Museu de Astronomia e Ciências Afins**. Rio de Janeiro: MAST, 2009.

B.3. Museu remoto: experiências de difusão em tempos de pandemia – Museu Julio de Castilhos

Gabriel Castello Costa

Lic. História (UFRGS); Museu Julio de Castilhos (Sedac/RS);

xambonees@gmail.com

Resumo: Um breve relato reflexivo sobre o desenvolvimento e realização de algumas atividades em formato remoto pelo núcleo educativo do Museu Julio de Castilhos (MJC) durante o período 2020/21, vigência de maior contágio da Pandemia de Covid-19. Assim, o presente trabalho irá dialogar sobre os desafios, as respostas e resultados atingidos para os projetos de difusão educativa executados nesse período, aliado ao fortalecimento da gestão de acervo junto às demandas de difusão educativa patrimonial, por meio das redes sociais de comunicação, e que foram de suma importância para a manutenção da referência que o MJC é como centro difusor da Sócio-História Sul-Riograndense.

Palavras-chave: Museu, Museu Julio de Castilhos, Pandemia, difusão, educativo.

O Museu Julio de Castilhos (MJC) foi criado em 1903 pelo decreto governamental número 589 sendo a instituição museológica mais antiga do estado. Possuindo um acervo de mais de 10.000 peças, que abordam a sócio-história do RS em três eixos: modo de vida, relações sociais de produção e história política. Assim sendo, é um dos espaços dedicados à preservação e difusão da sócio-história do Rio Grande Sul mais tradicionais e procurados no estado.

Deste modo, as suas muitas atividades de difusão cultural, realizadas em boa parte pelo seu núcleo educativo, são um dos muitos meios de contato com o público na forma de: visitas, seminários, oficinas, ações educativas, rodas de conversa, cine-ciclos etc. Ou seja, atividades bastante pautadas pela interação e proximidade sócio-física. Porém a pandemia iniciada em 2020 nos fez repensar sobre como tentar manter essa difusão, mesmo que a distância, em movimento. Pois entendemos a importância de não apenas manter a história contida nos bens culturais somente preservada, mas também viva através de todas as formas de interação e reflexão possíveis de serem feitas, neste período tão difícil.

Logo, começamos a desenvolver respostas a demandas técnicas com atividades que eram realizadas no âmbito presencial no museu, mas que agora seriam adaptadas ao formato remoto. Uma das primeiras atividades que realizamos foi no nosso programa de estágio em educação patrimonial que, desde 2008, tem o objetivo de ser um laboratório para os professores em formação. Então, durante 2020-2021 foram realizados encontros orientados via web que geraram oficinas e ações sobre as temáticas dos povos originários e história afrodescendente no Rio Grande do Sul. O desafio então era, como realizar a distância as apresentações, orientações e debates, precisamente pelo trabalho educativo ter um caráter interativo humano fundamental no cotidiano. Para tanto, intensificamos o uso das ferramentas de comunicação à distância, hoje felizmente, já disponíveis, tais como: e-mail, aplicativos multiplataforma de mensagens instantâneas (*whatsapp*), repositórios de arquivos digitais (*google drive*), plataformas de encontros virtuais (*google meet*), fotografias digitais entre outros. Importante apontar que estes instrumentos já eram utilizados no desenvolvimento de estágios anteriores, a diferença é que agora eles seriam indispensáveis à realização da tarefa e, conseqüentemente, aproveitados com muito mais protagonismo.

Dada a existência desses meios de troca virtual, citados acima, a questão era como utilizá-los de forma a estimular e despertar nos graduandos um entendimento maior sobre o patrimônio preservado no MJC. A forma pensada foi através da produção e exibição de muitas imagens e em muitos ângulos, de: espaços, ações e, especialmente, acervos do museu. De forma a tentar suprir, minimamente, a não possibilidade dos estagiários estarem no espaço do museu. Essas mesmas eram disponibilizadas em repositório de arquivos digitais e analisadas, individual e conjuntamente em reuniões virtuais. Juntamente a isso, também foram fornecidos materiais escritos diversos (que já eram indicados nas experiências presenciais) que enfocaram todos os aspectos referentes ao MJC (sua história, acervos, exposições) e ações educativas (abordagens, atividades, experiências etc.).

As ações educativas remotas que foram desenvolvidas resultaram em ótimos materiais virtuais pedagógicos de reflexão sobre os patrimônios referentes aos povos originários e história afrodescendente, todos com novos enfoques sobre estes bens

culturais. Os produtos educativos desenvolvidos foram: intervenções virtuais em salas do MJC com elementos interativos, jogos de perguntas e respostas via web e vídeos didáticos (links disponíveis na Bibliografia).

Outra atividade que causou grande experiência foi a participação de nossos acervos do museu na Olimpíada Nacional de História (Unicamp) junto a turma de estudantes participantes da escola Municipal Theodoro Bogen. Esse consistiu em um trabalho de orientação e contextualização dos acervos que dialogam com a temática histórica do contexto do Rio Grande do Sul no período da Independência do Brasil. Sendo uma belíssima oportunidade de explorar o acervo do museu para fins educativos escolares que não somente os das oficinas e visitas. Assim, essa atividade demonstrou o quanto o museu pode ser espaço para estudo e pesquisa, não apenas para os meios acadêmicos, mas também para projetos da escola básica, estreitando as relações do público do Ensino Fundamental com os bens culturais e o patrimônio.

Desse modo, esse material (fotografias, pesquisa, estudos) acabou sendo usado para realização de outra atividade remota junto à escola La Salle Esmeralda no projeto *Bate-Papo On-line* na semana da Pátria, onde exploramos criticamente os significados dos símbolos que encontramos nas bandeiras que foram adotadas no Brasil.

Dentre outras atividades, participamos da gravação do programa *Rio Grande Rural* durante a semana Farroupilha, onde foi produzida uma mini-mostra com objetos mais “tradicionais”, mas abordados de um novo modo onde se amplia a visão sobre o contexto da Guerra Civil Farroupilha. Enfoque que também foi aproveitado para realizar uma fala *on-line* para estudantes do colégio La Salle Esmeralda, possibilitando um contato breve com o quê os objetos podem nos fazer pensar sobre esse acontecimento tão exaltado, mas ainda pouco aprofundado nos meios públicos.

Juntamente a tudo isso não poderíamos deixar de produzir *lives* via *facebook* que foram realizadas durante a *15º Primavera dos Museus*. “*Narrativas Femininas na Guerra Civil Farroupilha*” foi um agradável debate sobre a participação dos sujeitos femininos no processo de dez anos de duração do conflito e os acervos produzidos que são possíveis de pesquisar este protagonismo. E o painel: “*Nossa memória em*

objetos e cenas: reflexões sobre cinema e patrimônio”, bate-papo descontraído a respeito de filmes e cenas que demonstram nossas relações sociais com a cultura material (objetos, seus símbolos e significados).

Por fim, isso só foi possível com núcleo educativo integrado às outras atividades museológicas (preservação, salvaguarda, pesquisa, etc.), uma vez que esta dinâmica estando bem estabelecida aumenta a qualidade da apropriação aos acervos e, por consequência das ações educativas, mesmo à distância. Logo, é importante ter conhecimento geral do acervo existente na instituição, não apenas o que figura nas exposições, mas o que se encontra também nos espaços de guarda (reservas técnicas e adjacentes) participando ativamente dos processos laborais cotidianos do museu.

Para ações de cunho remoto, acredito que seja necessário ter ou montar bons bancos de imagens com qualidade (estúdio, equipamentos fotográficos) para fins de estimular a visualidade sobre as peças e acervos, pois o elemento contemplativo crítico não deixa de ser um dos aspectos mais divertidos da visita aos museus, uma vez que pode levar a múltiplas decodificações e descobertas. Ainda assim, lançam-se as provocações: como suprir a visualização do que é tridimensional através de fotos (que é um recurso bidimensional)? Ou mesmo, como trazer pelo menos em parte a experiência da presença viva no museu? Para tentar explicar sobre isso, compreende-se que o uso e abuso de todas as plataformas e tecnologias possíveis, são recursos que devem ser explorados, mas sempre no intuito de promover e fomentar a fruição da experiência viva. Pois, patrimônio edificado sem presença viva vira “prédio abandonado”, e bens

culturais sem difusão viram “coisas velhas”. Deste modo, as atuações em mídias de comunicação (redes sociais) devem ser fomentadoras dessa “vida no museu”, ou seja, não devem acabar em si mesmas na ação proposta, pasteurizando a ação, mas estimular e manter o coração do museu “pulsante”.

Referências

“A NOSSA MEMÓRIA EM OBJETOS E CENAS”: REFLEXÕES SOBRE CINEMA E PATRIMÔNIO

<https://web.facebook.com/MuseuJulioDeCastilhos/videos/2137602983058197>

COSTA, Gabriel Castello. **Ações para o patrimônio – Experiência de estágio remoto no Museu Julio de Castilhos. IV Colóquio Discente de Estudos Históricos Latino-Americanos, volume 3** [recurso eletrônico] / Jefferson Aldemir Nunes; Maira Damasceno; Marcelo Augusto Maciel da Silva (Orgs.) – Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022, p. 159-176.

NARRATIVAS FEMININAS NA GUERRA CÍVIL FARROUPILHA

<https://web.facebook.com/MuseuJulioDeCastilhos/videos/4277818255588562>

OFICINA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL - CORPOS NO MUSEU

https://docs.google.com/presentation/d/1MsVO-vUr13t-9e8N80Su_7oaLiPSEEIAYMmG0hcX6s/present?slide=id.gdb0da5fac8_0_0

PEGADA DO PEABIRÚ – **ação educativa desenvolvida junto ao Programa de Educação Patrimonial do Museu Julio de Castilhos.** Disponível em <https://forms.gle/U3gLfRnQQt8aUr3v7> .

PROGRAMA RIO GRANDE RURAL #1186

<https://www.youtube.com/watch?v=Y4mf2TiVj4A>

RECRIANDO A SALA EXPOSITIVA JÚLIO DE CASTILHOS – **ação educativa desenvolvida junto ao Programa de Educação Patrimonial do Museu Julio de Castilhos.** Disponível em:

https://docs.google.com/presentation/d/e/2PACX-1vShUrOfc30kopKHMuBw-MUaiGkOO007vmCAPlzJy_13o17q1bJRWecvvEp02spkrmNtbVyB_9DhJB/pub?start=false&lo_op=false&delayms=3000&slide=id.ga4e4f90d08_28_0/ .

B.4. Reflexões entre História Pública e a Fototeca Municipal Ricardo Giovannini

Gianne Zanella Atallah

Doutora em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP/ICH-UFPEL/RS - 2018) Prefeitura Municipal de Rio Grande/RS

E-mail: gizaatallah@gmail.com

Augusto Duarte Garcia

Bacharel em Museologia pela Universidade Federal de Pelotas

Prefeitura Municipal de Rio Grande

E-mail: guto.d.garcia@gmail.com

Júlia Silveira Matos

Doutora pelo Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2008)

Universidade Federal do Rio Grande - FURG

E-mail: julsilmatos@gmail.com

Resumo: O texto aborda reflexões sobre a História Pública a partir de como se revela e os desafios que encontra. Diante disso cotejaremos a relação entre História Pública-Museu e Educação apresentando a Fototeca Municipal Ricardo Giovannini como um estudo de caso, a partir de seu acervo e como se construiu essa linearidade entre espaço temporal e consciência histórica. Ressaltamos também a Declaração de Santiago no Chile de 1972, onde essa trabalha com o conceito de Museu Integral que traduz a ideia de que o museu é uma instituição à serviço da sociedade, destacando a sua participação na tomada de consciência das Comunidades e que pode contribuir para o engajamento na ação para enfrentar os problemas sociais a partir do meio rural, do meio urbano e do desenvolvimento científico e tecnológico. A declaração tem como pressuposto que os museus devem assumir seu papel na transformação das estruturas da sociedade e do indivíduo.

Palavras-chave: História Pública, Fototeca Municipal Ricardo Giovannini, Comunicação, Acervo Fotográfico

O conceito de História Pública surgiu em meados dos anos de 1970 na Inglaterra, e posteriormente ganhou novos espaços tanto na América, quanto Europa e África, entendendo que em cada local adquiriu concepções que partiram da própria concepção local, e muito além de suas aplicabilidades é preciso considerar seus

aportes metodológicos e suas conceituações teóricas e as complexidades entre esses.

E como a História Pública acontece? De acordo com Almeida e Rovai (2011:08) pressupõe uma pluralidade de disciplinas e integração de recursos diversos. É um novo caminho de conhecimento e prática, de como se fazer História, não só pensando na preservação da cultura material, mas em como colaborar para a reflexão da comunidade sobre sua própria História, a relação entre o passado e o presente. Enfim, como tornar o passado útil ao presente.

A História Pública revela-se nos mais variados suportes e ações, desde testemunhos pessoais até nos lugares de memória, mas quando se trata ao acesso entre o fazer História Pública contrapõe-se ao fazer História Acadêmica. Esse distanciamento entre ambos reflete diretamente no Público, o “fazer para” e o “fazer com”, portanto precisamos considerar alguns problemas destacados por Albieri (2011: 22): Primeiramente põe em questão a concepção de que antes de tornar-se público, o conhecimento histórico se acumula ocultamente, assumindo uma forma precisa[...] Está embutida a crença de que aquilo que está guardado contém algum tipo de verdade objetiva e inequívoca. [...] essa já é uma visão da História que contém certo cacoete acadêmico teórico-metodológico que não é facilmente identificado nem pelo público comum nem pelos responsáveis pela divulgação da história. Segundo, ainda em Albieri (2011:22) quando se vê a História publicada, não se pode esquecer que a omissão ou adaptação de informações faz parte do processo de publicação [...] o processo de correção daquilo que foi publicado é, já uma interpretação histórica [...] A correção carrega as marcas da interpretação. Em terceiro, Albieri (2011:23) estabelece as pontes de comunicação entre o saber acadêmico e o trabalho dos divulgadores [...] com frequência o divulgador é, ao mesmo tempo, um cientista respeitado.

A partir dessas reflexões, o que nos leva a pensar qual relação que há entre História Pública, Museu e Educação? Qual o papel do museu diante dos seus públicos e das facetas da História?

O museu, é um lugar de memória, é o lugar do educar, do sentir, do refletir. Alinhado em seu próprio planejamento museológico, no acervo e no seu público, o museu precisa saber ouvir esse último com mais intensidade.

O acervo da Fototeca Municipal teve sua formação dentro do Arquivo Histórico do Centro Municipal de Cultura Inah Emil Martensen setor desta instituição que objetivava salvaguardar documentos textuais, fotografias, livros, e demais acervos relacionados com história e memória da cidade do Rio Grande. Este setor do Centro Municipal de Cultura Inah Emil Martensen recebeu no ano de 1986 uma Coleção de Fotografias da Professora de Canto e Piano, Inah Emil Martensen e com a finalidade de angariar mais imagens o Centro Municipal de Cultura organizou um Chá, dentro da própria instituição o que proporcionou à doação de algumas imagens da cidade.

Com o propósito de oficializar de forma institucional a salvaguarda da memória e da história da cidade do Rio Grande através da documentação fotográfica, foi criado em 01 de julho de 1997 a Fototeca Municipal sob o decreto nº 6.985 ficando está localizada no Centro Municipal de Cultura Inah Emil Martensen até conseguir um prédio próprio. E no dia 06/12/2012 mudou se das dependências do Centro Municipal de Cultura Inah Emil Martensen para o prédio do Paço Municipal, localizado no Largo Eng. João Fernandes Moreira, s/n- Rio Grande/RS, no andar térreo, dependências essas que foram construídas de acordo com a Legislação para abrigar uma Instituição Museológica. O acervo constitui-se de fotógrafos amadores e profissionais, locais, regionais, nacionais e internacionais que captaram a vida e as pessoas do município de Rio Grande.

A Fototeca Municipal Ricardo Giovannini caracteriza-se por ter três coleções: *Coleção Inah Emil Martensen*: A coleção da Senhora Inah Emil Martensen apresenta negativos com chapas de vidros em gelatinas datando o período de 1880-1927, e fotografias em cor e em P/B com diferentes formatos deste mesmo período. Esta coleção nos mostra parte significativa da história cultural da cidade e em cujas imagens podemos ver os teatros, cafeterias, restaurantes, apresentações de dança, canto e balé bem como, encontramos muitos retratos de artistas que se apresentaram nos auditórios e palcos dos Teatros da cidade do Rio Grande no período de 1930-1980. *Coleção Lyuba Duprat*: Em 1995 a Coleção Fotográfica da Senhora Lyuba Duprat foi doada e caracteriza por apresentar diferentes processos fotográficos como ambrótipo (1880), ferrótijos (1870-1890), albúmens (1890-1910), bem como outros processos ainda a serem identificados juntamente com seus respectivos períodos. As imagens desta coleção documentam um grande número de retratos, paisagens e

interiores de residências nos formatos *cart-gabinet* e *cart-de-visit* os quais também nos dão uma visibilidade do modo de vida e, conseqüentemente, das identidades culturais naquela relação tempo/sociedade. *Coleção Comunidade*: Na década de noventa, o Setor do Patrimônio Histórico do Centro Municipal de Cultura Inah Emil Martensen recebeu da comunidade doações de fotografias em cianotipias, como também recebeu álbuns, fotografias estereoscópicas e gelatinas em cor e em p/b em diferentes formatos. Estas imagens documentam a vida na cidade do Rio Grande no ano de 1865 a 1880. No ano de 1992 a 1995 adquiriu muitas imagens através da comunidade as quais se apresentavam em gelatinas em preto e branco e outras de viragem em sépia, nas quais, visualizamos os desenvolvimentos urbanos, econômicos e sociais da cidade, na década de quarenta a cinquenta. Apresenta também imagens provenientes do Concurso Fotográfico intitulado, “De Olho em Rio Grande”, o qual teve quatro edições em 1992, 1994, 1996 e 1998 com fotografias em cor e em p/b e em formatos vinte por vinte e cinco e quinze por vinte e um. No ano de 2003, a Fototeca Municipal encerra a edição do “Concurso Fotográfico de Olho em Rio Grande” e cria o “Concurso Fotográfico Matteo Tonietti” homenageando o fotógrafo, pintor e escultor que residiu e muito trabalhou na cidade do Rio Grande. Além disso, essa coleção conta com fotografias provenientes do Gabinete do Prefeito, Arquivo Histórico e algumas Secretarias da Prefeitura, onde retratam períodos governamentais da cidade e suas realizações e ações junto à comunidade, e comunidade em geral.

O acervo concebe características ímpares mantendo uma relação temporal definida e infinita no que trata as relações com o seus públicos, a partir das exposições e ações educativas em que são selecionadas. Cabe ressaltar, que independente do ato de colecionar, a história que envolve o local onde está o museu, e o local anteriormente onde foi concebido a Instituição, definiram a evolução pública da Fototeca. Cotejar os locais, promove a discussão de uma linha Histórica do próprio passado dos prédios, e a linearidade entre a nova identidade e as memórias que ali serão abrigadas.

Segundo Knauss (2018:144) a partir da declaração da Mesa Redonda de Santiago do Chile, de 1972 [...] proclamou a noção de museu integral, que traduzia a ideia de que o museu é uma instituição à serviço da sociedade, sublinhando que deve

participar da tomada de consciência das Comunidades e que pode contribuir para o engajamento na ação para enfrentar os problemas sociais a partir do meio rural, do meio urbano e do desenvolvimento científico e tecnológico. A declaração tem como pressuposto que os museus devem assumir seu papel na transformação das estruturas da sociedade. Cotejando esse documento diante das ações da Fototeca Municipal Ricardo Giovannini, a mesma vem através de suas exposições, principalmente, fundamentar entre seu público o seu interesse e a sua busca, se reconhecendo no espaço museal.

Assistimos ao público a sua identificação ou não diante da visita as exposição, a rejeição da imagem fotográfica ali exposta, não pelo objeto, mas sim pela questão de representação, ou seja, estar representado, é estar simbolicamente codificado no espaço e nas ações do momento. A Fototeca Municipal Ricardo Giovannini sendo uma instituição museológica, onde seu objeto de acervo é a imagem fotográfica, busca constantemente reforçar seu papel diante da Comunidade, e fazer história pública para essa é um desafio constante, não pelo acervo do qual faz a guarda, mas sim a divulgação e a interação que são buscas constantes.

Referências

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de., ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Org.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

MAUAD, Ana Maria, ALMEIDA, BORGES, Viviane Trindade, SANTHIAGO, Ricardo. **Que História Pública Queremos?** São Paulo: Letra e Voz, 2018.

HERMETO, Miriam, Ferreira, Rodrigo de Almeida. **História Pública e Ensino de História**. São Paulo: Letra e Voz, 2021.

B.5 O CEME/UFRGS vai à escola: relato de experiência na Educação Física Escolar

Janice Zarpellon Mazo

*Doutora em Ciências do Desporto pela Universidade do Porto;
Professora Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS);
janice.mazo@ufrgs.br*

Raquel Valente de Oliveira

*Mestra em Educação Física pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM);
Doutoranda em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS);
raquelvallente@hotmail.com*

Josiana Ayala Ledur

*Mestra em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS);
Doutoranda em Ciências do Movimento Humano pela UFRGS;
josiled@hotmail.com*

Verônica Maria Prokopp de Oliveira

*Mestra em Artes Cênicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS);
Doutoranda em Ciências do Movimento Humano pela UFRGS;
vprokopp@gmail.com*

Tuany Defaveri Begossi

*Doutora em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS);
Professora de Educação Física da Prefeitura Municipal de Nova Prata/RS;
tuany_begossi@hotmail.com*

Resumo: O Centro de Memória do Esporte (CEME) da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (ESEFID) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) é um programa de extensão que tem por objetivo preservar, disponibilizar e divulgar acervo físico e digital sobre o Esporte, a Educação Física, a Dança e o Lazer. Desde sua implementação em dezembro de 1996, o CEME desenvolve atividades de extensão, pesquisa e ensino. Dentre elas, destaca-se uma ação educativa realizada no ano de 2019 que integrou o evento “CEME vai à escola”. Esta ação extensionista foi desenvolvida com alunos(as) da Escola Municipal de Ensino Fundamental

Vereador Carlos Pessoa de Brum, localizada no bairro Restinga Velha, na cidade de Porto Alegre/RS, e compôs a programação da “13ª Primavera dos Museus”, promovida pelo Instituto Brasileiro dos Museus (IBRAM). A referida atividade teve por objetivo compartilhar vivências de esportes paralímpicos com os(as) escolares, bem como conhecimentos acerca da memória esportiva brasileira. Mediante ações como esta, busca-se transcender os muros da universidade, estabelecendo parcerias e desenvolvendo projetos articulados com diferentes instituições, tais como escolas, secretarias, museus, clubes e associações esportivas, com o intuito de difundir e preservar a memória esportiva sul-rio-grandense e brasileira.

Palavras-chave: Centro de Memória do Esporte. Memória. História. Educação Física. Escola.

O Centro de Memória do Esporte (CEME) da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (ESEFID) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) é um programa de extensão que tem por objetivo preservar, disponibilizar e divulgar acervo físico e digital sobre o Esporte, a Educação Física, a Dança e o Lazer. Desde sua implementação em dezembro de 1996, o CEME desenvolve atividades de extensão, pesquisa e ensino, buscando propagar histórias e memórias esportivas como elementos fundamentais para a construção da cidadania. A implantação do CEME foi uma ação pioneira na Educação Física brasileira, que serviu de referência para outras instituições públicas de ensino superior construírem seus acervos universitários acerca das memórias do Esporte e da Educação Física.

No que diz respeito à equipe de trabalho, o CEME foi idealizado e, atualmente, é coordenado pela Prof.^a Dr.^a Janice Zarpellon Mazo, docente titular da ESEFID e do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano (PPGCMH) da UFRGS. Também, conta com a colaboração de estudantes de graduação da ESEFID/UFRGS e de pós-graduação do PPGCMH/UFRGS, bem como de professoras(es), pesquisadoras(es) e colaboradoras(es) de outras instituições de ensino, tais como: Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB) e Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

O acervo do CEME é formado por uma gama de documentos históricos, os quais, em seu conjunto, integram seu repositório físico e digital. Obtidos por meio de

doações de acervos pessoais e públicos, um amplo arsenal de livros, periódicos, fotografias, filmes e artefatos compõem as dez coleções do CEME, à saber: Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança; Educação Física e Esporte; Olímpica; Universidade 1963; Dança; Lazer e Recreação Pública; Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte; Movimento de Estudantes de Educação Física; Programa Segundo Tempo; Futebol Feminino. Tais materiais podem ser acessados no formato digital, através do endereço eletrônico⁵⁶ e do Repositório Digital da UFRGS - LUME⁵⁷, assim como no espaço físico alocado junto à UFRGS, no campus Olímpico⁵⁸.

O CEME articula atividades de extensão, pesquisa e ensino, tais como palestras, oficinas, registros de eventos, coletas e exposições. Deste modo, para além de preservar, disponibilizar e divulgar acervo físico e digital de diferentes naturezas, busca desenvolver ações educativas e formativas por meio de parcerias e de projetos articulados com diferentes instituições, tais como escolas, secretarias, museus, clubes e associações esportivas. Dentre as atividades de extensão realizadas pelo CEME ao longo desses anos, destacamos a ação educativa desenvolvida no dia 25 de setembro de 2019, em parceria com o Observatório do Esporte Paralímpico e Esportes Surdos (OEPES)⁵⁹ da UFRGS, que integrou o evento “CEME vai à escola”.

A referida ação extensionista foi desenvolvida com escolares da faixa etária de oito a 11 anos de idade da Escola Municipal de Ensino Fundamental Vereador Carlos Pessoa de Brum, localizada no bairro Restinga Velha, na cidade de Porto Alegre/RS, e integrou a programação da “13ª Primavera dos Museus”, promovida pelo Instituto Brasileiro dos Museus (IBRAM). Tal ação teve como objetivo compartilhar vivências de esportes paralímpicos com estudantes, bem como conhecimentos acerca da memória esportiva brasileira.

⁵⁶ Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ceme/?page_id=10>.

⁵⁷ Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/40501>>.

⁵⁸ O CEME está localizado no endereço: Rua Felizardo, nº 750, Bairro Jardim Botânico, Porto Alegre/RS, Brasil. CEP: 90690200.

⁵⁹ O OEPES é uma plataforma digital que tem por objetivo produzir e difundir conteúdos audiovisuais e escritos, bem como estabelecer interação com o universo do esporte paralímpico. Esta plataforma foi resultado do projeto de pesquisa “Memórias do Esporte Paralímpico no Brasil: um estudo sobre a participação de atletas brasileiros nos Jogos Paralímpicos (1972-2012)”, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Janice Zarpellon Mazo e desenvolvido pelo “Núcleo de Estudos em História e Memória do Esporte e da Educação Física” (NEHME) da ESEFID/UFRGS.



Figura 1 – Atividade de extensão: CEME vai à escola

Fonte: CEME (2019).

A atividade de extensão realizada na EMEF Vereador Carlos Pessoa de Brum foi planejada e desenvolvida em três momentos, conforme descritos na sequência:

a) Roda de conversa: com o intuito de introduzir a atividade, o professor de Educação Física e técnico de esgrima em cadeira de rodas do clube esportivo Grêmio Náutico União da cidade de Porto Alegre/RS, Maurício Stempniak, realizou uma breve roda de conversa com os(as) estudantes das turmas participantes. No referido momento, o professor Maurício discorreu sobre aspectos relacionados a sua trajetória como atleta, professor e técnico de esporte paralímpico.

b) Oficinas de esportes adaptados para pessoas com deficiência: os(as) integrantes do CEME ministraram oficinas de esgrima em cadeira de rodas, judô paralímpico e voleibol sentado. Sob a orientação das(os) professoras(as), fez-se um rodízio com os estudantes para que todos(as) tivessem a oportunidade de vivenciar as três modalidades esportivas ofertadas.

c) Visita guiada à pôsteres: acompanhados(as) de suas professoras e dos(as) integrantes do CEME, os(as) alunos(as) observaram os diferentes pôsteres que estavam dispostos pelo ginásio da escola. Esses materiais ilustrativos fizeram parte da programação desenvolvida, com o intuito de levar à escola alguns dos materiais que integram o acervo do CEME e que dizem respeito à memória esportiva paralímpica e olímpica brasileira.

A partir das atividades oportunizadas aos estudantes da comunidade do bairro Restinga Velha foi possível observar o interesse por parte das crianças, na medida em que puderam praticar diferentes modalidades paralímpicas, as quais oportunizaram uma troca significativa de vivências e conhecimentos entre colegas com e sem deficiência. Além disso, puderam conhecer as trajetórias de atletas que tem representado o estado do Rio Grande do Sul e o Brasil em competições nacionais e internacionais. Tal aspecto contribui, em certo sentido, para o incentivo à prática esportiva. Ainda como ressonância da referida ação, foi estabelecida mais uma parceria entre o CEME e a EMEF Vereador Carlos Pessoa de Brum. No dia 14 de dezembro de 2019, ocorreu a IV Mostra de Iniciação Científica da escola, onde foi apresentado o trabalho de um de seus alunos com deficiência sobre a história do esporte paralímpico no Brasil e no mundo.

Referência

CEME. O Centro de Memória do Esporte transcende os muros da ESEFID/UFRGS na 13ª Primavera dos Museus do IBRAM. Rio Grande do Sul, 18 nov. 2019. Disponível em: <<https://www.facebook.com/cemeesefidufrgs>>. Acesso em: 7 abr. 2022.

B.6. TOUR VIRTUAL: Conhecendo o centro histórico de Limeira/SP durante a pandemia da COVID-19

João Pedro Barbosa Alvarinho

Mestrando; Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande (PPGH-FURG).

alvarinhojp@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem por objetivo utilizar do centro histórico da cidade de Limeira/SP como uma ferramenta para mensurar o interesse do público num tour virtual, como ponte de diálogo entre perspectivas históricas, patrimônios e turistas (incluindo o próprio residente), considerando como um *match* consistente, que prospecta caminhos a contribuir para a consolidação da história local através do turismo. Define-se também os objetivos específicos, de representar espaços de memória dispostos no centro da cidade, localizar o público com a narrativa e o espaço citado, tornar o tour uma ferramenta acessível de conhecimento histórico e o de apresentar o tour como uma opção de multiplicar e replicar os "passos a céu aberto" expostos no modo virtual. Para além da contextualização histórica, "passeando" entre os fatos e as fábulas, consegue-se apresentar uma proposta sólida e acessível, na parte monetária, que traz consigo os objetivos propostos e deixa a semente para a aplicação de projetos futuros baseados no tour virtual. Aprimorando conceitos na prática, alavancados pela (re)conexão e (re)conhecimento histórico, literalmente na própria casa, com ascendência para fora dela.

Palavras-chave: Turismo. História local. Limeira-SP. Tour virtual. Centro histórico.

O Check-in

Parte da responsabilidade do turismólogo, capacitado durante a graduação, está vinculada ao contexto histórico e interpretativo, conectado com as interfaces da história, a maneira que é exposta e sob para quem são disponibilizadas tais informações. Desenvolver caminhos que contribuem para a perpetuação da história local, contribui de maneira positiva para a participação democrática da população, com

a conscientização sobre espaços e imaginários, e mais ainda, para que a história não seja esquecida ou narrada por conveniência. O tour pelo centro histórico da cidade de Limeira, do estado de São Paulo, nasce com o propósito de ser uma ponte de diálogo entre perspectivas históricas, patrimônios e turistas (incluindo o próprio residente), um *match* consistente, onde prospecta caminhos que contribuem para a consolidação da história local. Define-se então os objetivos deste trabalho, sendo, o geral de, mensurar o interesse do público ao apresentar de modo virtual o tour pelo centro histórico de Limeira - SP. E os específicos de, representar espaços de memória dispostos no centro da cidade, localizar o público com a narrativa e o espaço citado, tornar o tour uma ferramenta acessível de conhecimento histórico e o de apresentar o tour como uma opção de multiplicar e replicar os "passos a céu aberto" expostos no virtual. Justifica-se o trabalho como uma alternativa, para salientar a conexão e interação de maneira sucinta aos residentes, numa possibilidade de reconhecimento histórico e participativo, através do Tour Virtual.

Metodologia

A construção deste trabalho, é o resultado de atividades relacionadas a pesquisas qualitativas (DENSYN; LINCOLN, 2006, p. 16), exploratórias e bibliográficas (GIL, 2008, p. 94), aplicadas a um produto (KOTLER, 1998), com potencial de conhecimento acessível, onde deve refletir aspectos da História, Museologia, Turismo e Patrimônio. Passos esses, que vão possibilitar mensurar o interesse no tour pelas visualizações, comentários e alcance. Tornando palpável o contato dos telespectadores com os espaços de memória. Para a criação da proposta do Tour Virtual utilizou-se de maneira estratégica a posição dos patrimônios, e de observar as possibilidades de acesso alinhadas à rota. Essa etapa concretizou-se concomitantemente com os resultados da pesquisa bibliográfica, os quais foram oriundos de documentários, livros e sites de informações sobre a cidade. Assim, contribuindo para identificar as partes da história local, possibilitando a análise de divergências, coerências ou novidades sobre os patrimônios selecionados para o Tour. Deste modo, a ação permitiu a criação de um roteiro para o tour relacionando o espaço em que estão localizados e Histórias, no plural.

Bem vind@s a Limeirinha

A atual capital da Joia no Brasil, em seus 195 anos, coleciona protagonismos na região e no país, por meios agropecuários, industriais, históricos e de referência. O centro da cidade, tem um bom fluxo e uma boa localização pela posição geográfica apresentada pelo município, o que também beneficia a localização dos atrativos patrimoniais integrantes do Tour Virtual. Na região denominada de centro podemos identificar os 11 patrimônios culturais, escolhidos para compor o Tour Virtual, que são, a Estação Ferroviária, Bosque Maria Thereza, Palacete Tatuiby, Centro Cultural Coronel Flamínio Ferreira de Camargo, Teatro Vitória, Gruta da Paz, Palacete Levy, Igreja da Boa Morte, Igreja da Boa Morte, Marco Zero e o Mercado Modelo. Para a ordem de visita, procurou-se uma proposta acessível, pensando na facilidade e mobilidade para conhecer esses lugares, tanto que o primeiro monumento está ao lado do terminal rodoviário e urbano da cidade, que é a Estação Ferroviária de Limeira. Considerando o autor como um apoiador efetivo das atividades de extensão, a proposta vem em moldes virtuais, porém com ascensão e vontade de colocá-la em prática. Uma vez que a realização do Tour a pé promoveria outros monumentos, possibilitaria a passagens em prédios fechados ou que infelizmente foram demolidos, porém pelo percurso do Tour ainda há registros de fábricas, lojas e outros espaços que fazem parte do crescimento de Limeira.

Patrimônio, memória e imagens

Embora a história tivesse uma queda para as relações de memória, no campo de estudo essa conexão não tinha bons olhos para a cientificidade da área. O que é compreensível, justo que a memória é parcial e flui de maneira ímpar sob emoção, sensibilidade, percepção e sentimento, que são coisas fluidas e imateriais. Quando se aborda a memória e o patrimônio, fica evidente a caracterização pessoal que alguns laços evidenciam, como a suposta monarquia brasileira, os bandeirantes, os gaúchos e até os cangaceiros. Além de evidenciar as relações afetivas, algumas partes de suas histórias podem ser ocultadas em virtude da boa lembrança, e da responsabilidade que essas personalidades representam, uns heróis, outros grandezas e alguns inovadores/precusores. Conceituando este debate, Changeux (1972, p.356) alerta que a Memória começaria a ser interpretada como um fenômeno complexo: não envolvendo apenas a ordem dos vestígios, como também a releitura de vestígios. O marketing por sua vez, caminhará como uma chave de acesso para a história e a

identidade patrimonial dos atrativos, esse diálogo se estende, onde “o patrimônio cultural objeto da educação patrimonial, é definido como todo patrimônio que resulta da ação humana, ou seja, das ações das pessoas em sociedade”, porém, interpretar esses espaços requerem um aparato maior do que replicar uma história só e vendê-la:

A prática interpretativa envolve vários segmentos sociais, também as responsabilidades sobre a preservação destes bens devem envolver diferentes setores da administração pública e entidades privadas, como o turismo, o meio ambiente, a cultura, o patrimônio, o planejamento urbano, a gestão e as políticas públicas e a educação, entre outros (CAPONERO, 2020, p. 23).

Dito isto, a conexão entre história, memória, museologia, preservação e turismo está cada vez mais estreita, afinal são passos em sequência da interpretação do patrimônio, que tem por objetivo fundamental “sensibilizar as pessoas para que possam (re) descobrir novas formas de olhar e apreciar o lugar, o objeto, o patrimônio, estimulando atitudes de respeito, valorização, proteção e preservação” (CAPONERO, p. 23, 2020). Relação essa, que ao ser má desenvolvida resulta em cenários reais, que “em vez de promover a compreensão da diversidade cultural, tem favorecido as relações econômicas, estabelecendo contatos precários e provocando a dependência excessiva (RUSCHMANN, 1997, p. 34), narrados por conveniência.

Resultados e conclusões

Partindo dos dados encontrados, o que possibilitou “passear” pela história da cidade, ponderam-se as histórias concretas e as fábulas de/sobre Limeira, sendo possível estabelecer identidades e desenvolver estereótipos ou imagens e imaginários a partir delas, seja com o período de desenvolvimento da cana de açúcar, da laranja, da jóia, até mesmo com as fábulas do Frei e a de origem da coxinha durante o período colonial na fazenda Morro Azul. Como um recurso visual, o tour trouxe de maneira direta em seus quase 12 minutos de vídeo, a localização para o telespectador, contextos breves da história da cidade, representou os monumentos, seguiu uma ordem caminhada e presenteou a possibilidade de um museu a céu aberto, visto que não existe um espaço dedicado à história da cidade, que traz o contraste pontual de olhar o patrimônio como palpável durante a ida ao centro pagar contas, passear e até

para registrar com fotos momentos de lazer e (re)conhecimento. O vídeo⁶⁰ está hospedado no YouTube, e foi divulgado através do WhatsApp (correspondente a 80% das visualizações), conseguindo a marca de 600 visualizações e um alcance de 2.000 contas, sendo maiores de 35 anos (aproximadamente 95%) e em suma maioria de mulheres (56%). Para replicações no futuro, podem-se aprimorar os tópicos de tempo e amplificar a divulgação em outras redes de maneira estratégica. Mas em tempo, conclui-se que a proposta atingiu seu objetivo principal, os específicos e comprovou a justificativa, obviamente proporcional aos acessos registrados.

Referências

CAPONERO, Maria Cristina. Interpretação patrimonial: necessidade de diálogo entre educação e cidadania no Brasil. **Rev. Revista de Estudos Brasileños**, São Paulo - Sp, v. 7, n. 14, p. 19-33, 22 out. 2020.

CHANGEUX, J-P. **Discussion a J-P Changeux e A. Danchin. Apprendre par stabilisation sélective de synapses en cours de développement.** In MORIN, E e PIATTELLI PALMARINI, M. (orgs). L'unité de l'homme. Invariants biologiques et universeaux culturels. Paris: Seuil, 1972.

DENSYN, Norman Kent; LINCOLN, Yvonna Sessions. **O Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.** São Paulo: Artmed, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KOTLER, Philip. **Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente.** São Paulo: Papyrus; 1997.

⁶⁰ O tour Completo e o trabalho de desenvolvimento do tour, podem ser acessados através do link <https://youtu.be/nNWRNCbzgq0> e https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/conteudo_digital/9540e15c02ef167fabe4bfcd02e7a961.pdf

B.7. Museu Virtual: Olhar e Reflexões

Rafael Teixeira Chaves

Mestre Museologia e Patrimônio UFRGS, email: rafateixeirachaves@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem como objetivo apresentar algumas reflexões acerca dos Museus Virtuais, refletindo seu papel diante da sociedade atual. Este trabalho terá como eixo de reflexão entrevistas realizadas com alguns pesquisadores da área de Museu e Virtualidade.

Palavras-chave: Museu Virtual. Museologia. Virtualidade.

Introdução

Este trabalho apresentará reflexões e olhares acerca dos museus virtuais por alguns especialistas na área, o trabalho é fruto da dissertação de Mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio na Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS no ano de 2020 intitulada Cibernusealização: Estudo de Caso do Museu Virtual das Coisas Banais da Universidade Federal de Pelotas/RS. Os museus vão se reconfigurando conforme a sociedade vai se modificando, o pensamento crítico, o multimuseal proporciona um novo olhar sobre as ações museológicas, ampliando seu repertório. É necessário organizar o museu para não ser apenas um local de contemplação, mas de reflexão, inquietação e questionamento. Isso implica revisão das práticas, para que sejam direcionadas ações inovadoras de aprendizado, de acordo com os novos conceitos inseridos no universo museal contemporâneo.

Ao compreendermos o museu como um universo simbólico aberto a novas formas e expressões, os profissionais de museus devem apresentar um novo olhar ao serem observadores e atentos, pessoas fundamentais para perceberem os acontecimentos ao seu redor, para colocar em prática a museologia que apresenta o museu como campo de potência para a reflexão social e política, cabendo a atuação do museu nas diferentes manifestações com propósito de compreender com

profundidade os contextos e razões que as fundamentam, buscando identificar como se realizam atualmente na sociedade. Esse movimento é importante para fortalecer o Museu como síntese das múltiplas realidades socioculturais do passado e do presente e como instância de legitimação e reconhecimento da diferença, da empatia e da participação social.

Os impactos dos usos das mídias sociais nos museus podem citar a conectividade dos dispositivos digitais, pois eles oportunizaram a ampliação na democratização dos seus acervos virtuais, ampliando o acesso a um maior número de pessoas. Além disso, o compartilhamento de informações digitalizadas em rede reconfigura os novos patrimônios através da salvaguarda e da comunicação em outros suportes. Os processos interativos mediados pelas tecnologias informacionais

Neste sentido, a “rede” é um instrumento de importância para os museus, seja para divulgar seus acervos ou para permitir o acesso às suas exposições e receber o *feedback* do público. Essa nova espécie de autobiografia, registro de si, seria um lugar de memória ou um repositório de memória individual na virtualidade.

Os processos interativos mediados pelas tecnologias informacionais e de comunicação também possibilitam que os visitantes sejam produtores dos conteúdos expostos nos museus. Desta forma, a comunicação museológica, pelo seu caráter de informação do conteúdo e de importância comunicacional, demonstra que o experimento desta pesquisa, envolvendo museus e redes sociais, constitui uma relação social.

As tecnologias podem efetivamente servir para democratizar os museus e também possibilitam uma aproximação dos museus com seus públicos, criando oportunidades participativas, que auxiliam na formação de acervos e de exposições construídas com metodologias colaborativas que o museu virtual concorre para a formação de público dos museus físicos, independentemente da tipologia do museu, incluído o concebido em moldes clássicos, as instituições museológicas não podem desconhecer os recursos oferecidos pelas novas tecnologias de informação e comunicação.

Assim, é justamente em exposições de museus virtuais colaborativas que se espera que o público conheça o processo de musealização. Mais que o produto, o

que pode ser valorizado pelas mídias colaborativas são os processos museológicos no ambiente virtual. Nos museus a comunicação é feita quando o emissor codifica para o receptor, sendo comunicação museológica virtual ou não, ela tem que ser convidativa, que faça o visitante ficar por alguns segundos contemplando (em síntese, procura-se a interação entre a mensagem expositiva e o visitante, para que a exposição permita uma experiência de apropriação de conhecimento) (CURY, 2010, p. 39).

No presente, as formas de comunicação nos museus, com os usos das tecnologias de informação e comunicação, o número de pessoas conectadas à rede possibilita uma aproximação dos cidadãos com os museus. Pensar a Cibermusealização como um processo museal no ciberespaço, pensar o tempo e o espaço em que está inserida esta museologia como um lugar e um novo olhar para este processo. O museu virtual pode se tornar um local e uma ferramenta de reflexão e discussão acerca de objetos musealizados na virtualidade à medida que ele incorpora novas dinâmicas que vão além da preservação dos objetos.

Referências

BARAÇAL, Anaildo Bernardo. **O objeto da Museologia: a via conceitual aberta por Zbynek Zbyslav Stránsky**. 2008. p.134. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2008.

BRUNO, Cristina. **MUSEOLOGIA & INTERDISCIPLINARIDADE**. Vol. 9, nº17, Jan./Jul. de 2020.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Teoria museológica: Waldisa Rússio e as correntes internacionais**. In: Bruno, Maria Cristina Oliveira (org.). Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional. v.2. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado de Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010b, p. 145- 154.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. **A interdisciplinaridade em Museologia (1981)**. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Org.). Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional. v.1. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado de Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010. p.123-126.

SCHEINER, Tereza. **Museologia e pesquisa: perspectivas na atualidade.** In: Museu de Astronomia e Ciências Afins (Brasil). MAST Colloquia – Museu: Instituição de Pesquisa, Rio de Janeiro, 2005, p. 85-100.

LÉVY, Pierre. **A Cibercultura.** São Paulo: Editora 34, 1999.

LESHCHENKO, Anna. **Digital Dimensions of the Museum: Defining Cybermuseology's Subject of Study.** ICOFOM Study Series, ISS, Paris, v. 43, p. 237- 241, 2015.

STRÁNSKÝ, Zbynek Zbyslav. **Museologia - ciência ou apenas trabalho prático? (1980).** Revista Museologia e Patrimônio, v.1, n.1, 2008, p.101-105.

CHAVES, Rafael Texeira. **Cibermusealização: Estudo de Caso do Museu Virtual das Coisas Banais da Universidade Federal de Pelotas.** 2020. 134 p. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS Porto Alegre, 2020.

B.8. Diálogos no ciberespaço: um panorama dos museus gaúchos em ambientes digitais (2020-2021)

Vanessa Barrozo Teixeira Aquino ⁶¹

Doutora em Educação; Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
vanessa.barrozo@ufrgs.br

Gabriela Meneghel Colla Mattia ⁶²

Turismóloga e Graduanda em Museologia; Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
gmcmattia@gmail.com

Amanda Donay dos Santos ⁶³

Graduanda em Museologia; Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
donay_amanda@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho visa socializar um estudo comparativo do cenário museológico gaúcho no que tange suas ações no ciberespaço durante a pandemia de COVID-19 (2020-2021) a partir de um estudo mais amplo realizado em Projeto de Pesquisa desenvolvido na Museologia/UFRGS. C dos museus no ciberespaço a partir da criação e reconfiguração de *websites*, criação de perfil em diferentes mídias sociais, com destaque para a plataforma *Instagram*, onde identificamos uma frequência nas postagens e nas dinâmicas de interatividade e engajamento junto aos públicos, além da criação de novos canais na plataforma *YouTube*, muito utilizada pelos museus para a realização de ações educativo-culturais durante a pandemia. Por fim, consideramos a presença no meio digital um compromisso social que os museus estão assumindo com seus públicos de forma mais inclusiva e dialógica, vislumbrando um significativo potencial para a comunicação museológica na contemporaneidade.

Palavras-chave: Museus. Ciberespaço. Comunicação museológica. Rio Grande do Sul. COVID-19.

Os dados apresentados nesta produção integram o Projeto de Pesquisa “Forma & Conteúdo: reflexões sobre as exposições museológicas”

⁶¹ Professora do Curso de Museologia - FABICO/UFRGS e do Mestrado em Museologia e Patrimônio (PPGMUSPA/UFRGS). Vice-Líder do Sêpia UFRGS/CNPq.

⁶² Bolsista de Iniciação Científica (PROPESQ - UFRGS - Brasil).

⁶³ Bolsista de Iniciação Científica (PROPESQ - UFRGS - Brasil).

(PROPESQ/UFRGS)⁶⁴ e tem como referencial teórico-metodológico estudos de avaliação em museus (CURY, 2005; 2009; ALMEIDA, 1995) e como técnica de pesquisa levantamentos *online* realizados em diferentes plataformas com base nas instituições museológicas cadastradas no Sistema Estadual de Museus (SEM/RS) e na Rede Nacional de Identificação de Museus (ReNIM). Através desses levantamentos foi possível mapear as atividades e iniciativas dos museus gaúchos em diferentes ambientes digitais durante os anos de 2020 e 2021. Cabe salientar que ao longo desse processo de investigação foi possível identificar, conhecer e problematizar as transformações das práticas de visita à exposições, de se relacionar com a cultura material em diferentes formas, tanto físicas como virtuais e de dialogar com essas narrativas expográficas organizadas pelos museus desde o início da pandemia em março de 2020⁶⁵. Nesse contexto, o ciberespaço consta como parte do recorte espacial da pesquisa, afinal é um ambiente que possibilita a comunicação, desterritorialização, virtualização e uma nova perspectiva de cultura (LÉVY, 1999), com expressões próprias. Tanto o público quanto a instituição usufruem desse espaço quando se conectam à rede (SANTAELLA, 2004). Para atingir os objetivos da pesquisa, foram investigados *sites* institucionais, *e-mails*, páginas em mídias.

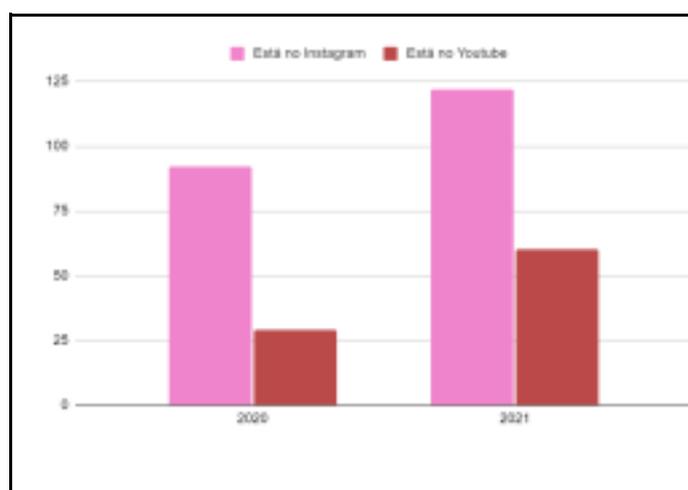
O Projeto conta com a participação das pesquisadoras: Alahna Santos da Rosa, Aline Vargas de Vargas, Julia Jaegger, Kimberly Terrany Pires, Natália Greff, Olivia Nery, Priscila Chagas Oliveira e Sofia Perseu, às quais agradecemos imensamente toda dedicação e comprometimento com a pesquisa. *Facebook*, *Instagram*, *Twitter*, *Youtube*, *Linkedin*, de gerência da instituição, realização de *podcasts* ou participação neles, além de *Wikipédia* e *TripAdvisor*, mídias de contribuição coletiva e a existência ou não de outros meios de comunicação

⁶⁴ O Projeto de Pesquisa [38162] Forma & Conteúdo: reflexões sobre as exposições museológicas sob coordenação da Profa. Dra. Vanessa Aquino está vinculado à PROPESQ/UFRGS. Além das autoras desta comunicação, o Projeto conta com a participação das pesquisadoras: Alahna Santos da Rosa, Aline Vargas de Vargas, Julia Jaegger, Kimberly Terrany Pires, Natália Greff, Olivia Nery, Priscila Chagas Oliveira e Sofia Perseu, às quais agradecemos imensamente toda dedicação e comprometimento com a pesquisa.

⁶⁵ O ano de 2020 foi marcado pela presença e disseminação do novo coronavírus, também chamado de COVID-19 e Sars-CoV-2. No dia 11 de março do mesmo ano, a Organização Mundial da Saúde classificou a doença como uma pandemia (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2020).

museológica, revelando presenças, ausências e descontinuidades. A amostra elencou 574 instituições museológicas que, nos possibilitaram realizar um estudo quantitativo no ciberespaço. Foi identificado *Instagram* e *YouTube* como as mídias sociais que mais cresceram durante esse recorte temporal: em 2020, 92 espaços utilizavam o *Instagram* e 29 o *YouTube*; e em 2021 o total de instituições que utilizavam as mesmas mídias chegava a 122 e 60, respectivamente (Fig. 1).

Figura 1 - Comparativo *Instagram* e *YouTube* em 2020 e 2021.



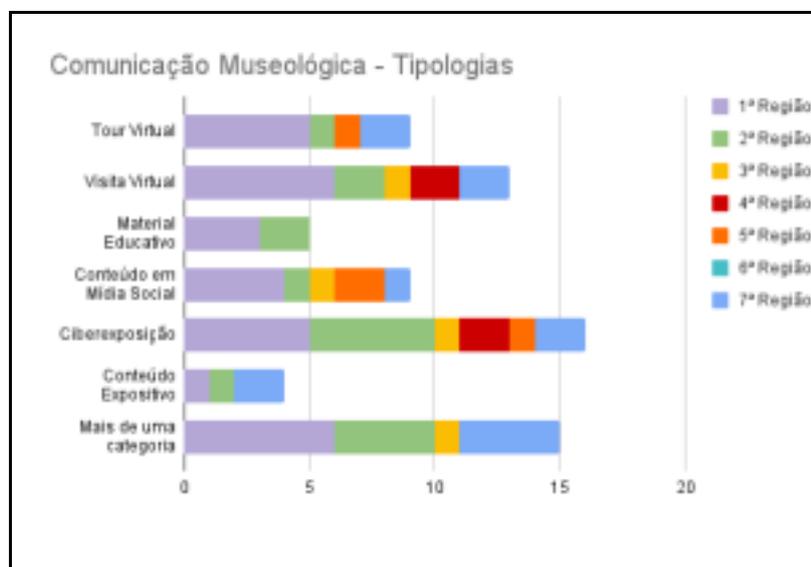
Fonte: das autoras, 2022.

Outro dado mapeado foi a quantidade significativa de coleções e acervos disponibilizados em ambientes digitais: são 58 instituições, ou seja, 10,1% dos museus gaúchos. Utilizando-se de diferentes meios e plataformas para disponibilizar seu conteúdo, os dados revelam 47 instituições que disponibilizaram seu acervo parcialmente (catálogos, algumas coleções, postagens explicativas e/ou listagens), cinco museus que compartilharam seu acervo através de ciberexposições e seis que disponibilizaram totalmente seu acervo (em repositórios digitais, sistemas próprios ou próprio *website*). Destacamos a presença do repositório Tainacan⁶⁶⁶ como uma referência utilizada em pelo menos oito instituições. No âmbito da comunicação

⁶⁶⁶ O Tainacan é um software livre que visa colaborar na preservação e comunicação de produções culturais, trata-se de uma solução tecnológica para a criação de coleções digitais na Internet. Por ser um sistema aberto e livre de custos, busca atender a realidade das instituições culturais do Brasil. É desenvolvido pelo Laboratório de Inteligência de Redes da Universidade de Brasília, com apoio da Universidade Federal de Goiás, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e do Instituto Brasileiro de Museus. Conheça em <https://tainacan.org/>

museológica das 574 instituições analisadas no levantamento de agosto a dezembro de 2021, 72 apresentaram alguma atividade de comunicação (Fig. 2). Em comparação com o primeiro levantamento, foram 31 as instituições que ofereceram novas atividades de comunicação museológica no ciberespaço.

Figura 2 - Comunicação Museológica: tipologias



Fonte: das autoras, 2022.

A partir deste estudo comparativo conseguimos analisar o aumento significativo dos museus no ciberespaço a partir da criação e reconfiguração de *websites*, ajuste de e-mail privado para e-mail institucional, criação de perfil em diferentes mídias sociais, com destaque para a plataforma *Instagram*, além do aumento na realização de *podcasts*. Também é válido mencionar a criação de novos canais na plataforma *YouTube* e, para os que já existiam antes do início da pandemia, um aumento considerável da sua utilização para atividades educativo-culturais da instituição, como *lives*, seminários, cursos e oficinas. Um ponto de reflexão é a preservação das memórias institucionais no meio digital, uma vez que muitos dos *links* - endereços e localização de acesso às atividades propostas - são descontinuados, impossibilitando a futura retomada da informação: possível descontinuidade das próprias mídias, perda de acesso institucional ou afins. Ressaltamos, no entanto, o potencial dessas mídias gratuitas e a necessidade de valorização dos recursos humanos para a otimização das participações e usos das ações de comunicação no ciberespaço. Destacamos a dificuldade em mensurar os acessos e a demografia dos públicos, e a possível exclusão digital de grande parte

da população que não tem acesso à *internet* ou que carece de uma alfabetização digital.

Por fim, consideramos a presença no meio digital um compromisso social que os museus estão assumindo com seus públicos de forma mais inclusiva e dialógica, vislumbrando um significativo potencial para a comunicação museológica na contemporaneidade.

Referências

ALMEIDA, A. M. Estudos de Público: a avaliação de exposição como instrumento para compreender um processo de comunicação. In: **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, (5), 1995, p. 325-334. <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.1995.109245>

CURY, M. X. **Exposição**: concepção, montagem e avaliação. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. Museologia, novas tendências. In: **Museu e Museologia**: interfaces e perspectivas. Rio de Janeiro: MAST, 2009, p. 25-41.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução Carlos Irineu da Costa. São Paulo : Ed. 34, [1997] 1999.

MONTEIRO, Silvana Drumond. **O Ciberespaço: o termo, a definição e o conceito**. Data Grama Zero - Revista de Ciência da Informação. v. 8, n. 3. Jun. 2007. Disponível em https://brapci.inf.br/repositorio/2010/01/pdf_31a590c998_0007547.pdf Data de acesso: 27/04/2021.

SANTAELLA, Lucia. **Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo**. São Paulo: Paulus, 2004. Data de acesso: 27/04/2021.

SISTEMA ESTADUAL DE MUSEUS DO RIO GRANDE DO SUL. Apresentação. 2022. Disponível em <http://www.sistemademuseus.rs.gov.br/semrs/> Acesso 12 abr. 2022.

TAINACAN. Disponível em <https://tainacan.org/> Acesso: 14 abr. 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHO. WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19 - WHO, 11 mar. 2020. Disponível em: <https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remark-s-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020> Acesso em: 12 jan. 2021.

2.C- MUSEOLOGIA SOCIAL

C.1. O Museu vai à Praça em Morro Redondo - RS

Carliston Lima Ribeiro

*Graduando em Museologia; Universidade Federal de Pelotas;
estrellavideofilmagens@yahoo.com.br*

Carlos Eduardo Ávila Bauer

*Graduando em Museologia; Universidade Federal de Pelotas;
edubauereyeshua@yahoo.com.br*

Nátaly Hepp Matte

*Graduando em Museologia; Universidade Federal de Pelotas;
natalyheppmatte60@gmail.com*

Andréa Cunha Messias

*Museóloga, Universidade Federal de Pelotas
andreacmessias@hotmail.com*

Orientador: Diego Lemos Ribeiro

*Doutor em Arqueologia; Universidade Federal de Pelotas
dlrmuseologo@yahoo.com.br*

Resumo: O trabalho destina-se a apresentar um relato de experiência envolvendo o Museu Histórico de Morro Redondo (MHMR), localizado em município homônimo, por ocasião da III Festa do Artesanato e dos Produtos Coloniais, realizada pelo Roteiro Turístico Morro de Amores e patrocinadores. O evento em questão aconteceu no dia 10 de maio de 2022 na Praça Doze de Maio, centro da Cidade. Baseada nos parâmetros da Sociomuseologia, o Museu e seus parceiros planejaram uma exposição itinerante e colaborativa que versava sobre três temas: a cozinha colonial como espaço cultural; a tradição da colheita da macela e o saber-fazer do doce no tacho. O discurso expográfico decolonial buscou contribuir para a descontextualização dos espaços museológicos enquanto templos de saberes, bem como para potencializar as contribuições indígenas em relação aos usos da macela. Observamos grande interação dos públicos nos três nichos expográficos, além de publicações na página do Museu e da comunicação de relatos relacionados aos temas trabalhados.

Palavras-chave: Exposição itinerante colaborativa. Sociomuseologia. Discurso decolonial. Tradição. Saber-fazer.

Introdução

O presente trabalho pretende discutir uma experiência realizada pelo Museu Histórico de Morro Redondo (MRMR) no âmbito da III Festa do Artesanato e dos Produtos Coloniais, realizada pelo Roteiro Turístico Morro de Amores e patrocinadores. A Praça Doze de Maio, localizada no Centro da Cidade de Morro Redondo - RS, serviu de palco para o primeiro evento presencial pós-pandemia da Covid, sendo considerado pelos organizadores como um marco histórico para a retomada das ações culturais e turísticas da cidade.

Realizada no dia 10 de maio de 2022, um domingo ensolarado, a III Festa do Artesanato e dos Produtos Coloniais reuniu em um mesmo local stands de empreendedores do Turismo, das instituições do município, dos pequenos agricultores familiares, dos quilombolas e dos indígenas. Durante o evento que antecedeu o Domingo de Páscoa, houve apresentações culturais relacionadas à temática e oficinas para as crianças. Como públicos participantes estavam moradores locais e visitantes de cidades vizinhas.

Para o evento em questão, o Museu e seus parceiros planejaram uma exposição itinerante e colaborativa que versava sobre três temas: a cozinha colonial como espaço cultural, a tradição da colheita da macela e o saber-fazer do doce no tacho. O discurso expográfico decolonial que foge de padrões clássicos, optando por utilizar materiais normalmente descartados, buscou contribuir para a descontextualização dos espaços museológicos enquanto templos de saberes, bem como para potencializar as contribuições

indígenas em relação aos usos da macela, em comunhão com a tradição da colheita acontecida nas primeiras horas da Sexta-feira Santa.

O Museu na Praça

Durante a ação realizada, a proposta do Museu Histórico de Morro Redondo (MHMR) foi além de simplesmente colocar coleções à mostra. Nesse íterim, a exposição itinerante pretendeu desconstruir a ideia de museu enquanto templo de

saber, que, não raro, distancia os visitantes por conta dos discursos verticalizados e da apropriação de espaços físicos imponentes. Apoiados em PIZARRO (2007) percebemos que

As exposições itinerantes trazem o novo e isso aguça a curiosidade. Portanto, dentre as atividades utilizadas na busca de renovação e dinamização de uma instituição de difusão, está a elaboração de exposições temporárias, as quais, se acrescidas de características itinerantes, ampliam o raio de atuação do elemento difusor de informações (PIZARRO, 2007).

Dessa maneira, a exposição itinerante realizada contribuiu para potencializar reminiscências em relação às temáticas abordada e, em potência, pode ter contribuído para a salvaguarda das tradições representadas, além de provocar os públicos acerca das culturas ameríndias em relação aos usos da macela.

Utilizando materiais que, tradicionalmente, não fazem parte de cenários expográficos museológicos, a citar as costaneiras⁶⁷ de eucalipto - comumente presentes em espaços vinculados ao cotidiano rural – a exposição itinerante, que pela primeira vez foi apresentada aos públicos, chamou a atenção dos presentes. Tendo como primeiro nicho expográfico uma cozinha colonial feita com as costaneiras de eucalipto, a tradição da colheita da macela estava presente junto à representação de uma mesa de chá, que simbolizava o íntimo da família e o consumo da referida planta.

Como em toda exposição realizada pelo Museu Histórico de Morro Redondo (MHMR), as contribuições e anseios dos fundadores da Instituição são de extrema relevância. Dessa forma, percebemos a satisfação dos Senhores Osmar Franchini (1944) e Ervino Büttow (1953) no acolhimento aos públicos visitantes. Durante os diálogos, os dois fundadores, ao narrarem o nascimento do Museu, sempre mencionaram o papel do Sr. Antônio Reinhard (1929/2021).

⁶⁷ Costaneiras de eucalipto são as “cascas da árvore” - partes da madeira retiradas no processo primário de industrialização, possuindo uma parte plana e outra curvada. São frequentemente utilizadas no meio rural para a construção de galpões e paredes rústicas.



Fig 1: Nicho 1 e os fundadores do Museu. Fonte: Lara Tavares, 2022.

Compondo o cenário, era possível acessar um código QR que conduzia os visitantes a uma galeria virtual sobre a tradição da colheita da macela. Tal galeria, composta por fotografias e relatos frutos das interações dos públicos com a página do Museu nas redes sociais, incitou a curiosidade dos visitantes a partir do seu texto de abertura. Ainda nessa galeria, os públicos podiam acessar a Sessão “Você sabia?” - um espaço que continha informações sobre os usos e a comercialização da macela pelos indígenas. Tal sessão teve como discurso museológico potencializar o fortalecimento das contribuições ameríndias tão comumente esquecidas na região.

Por fim, os saberes relacionados ao doce colonial foram evocados no último nicho expográfico que continha o tacho de cobre, frutos comumente utilizados no feitiço dos doces de tacho e um espaço de vivência da tradição a partir do feitiço do doce de goiaba. Nesse espaço, os visitantes puderam mexer o doce até que o mesmo ficasse pronto para ser servido gratuitamente no evento.

Importa grifar que a exposição, ao circular e estar disposta em praça pública, tem a potência de agregar pessoas que não estão habituadas a frequentar museus. Mais do que isto, possibilita que a exposição crie nexos com os temas que são caros à cidade, como é o caso da própria produção doceira e de um passado indígena ainda inviabilizado nos discursos oficiais. Os nichos temáticos propostos falam com os sujeitos no seu íntimo, sobretudo aqueles que residem na cidade. A cozinha colonial é um lugar cultural e ritual

de suma importância na zona rural, por articular memórias, afetos, temporalidades e

ancestralidades. O tacho, por sua vez, ao ser manuseado, desperta nas pessoas todos os sentidos, tocando-as pelos cheiros, texturas, cores, sabores e gestualidades.

Embasados em uma análise teórica, a ação realizada pode ser compreendida como um museu fenômeno (Scheiner, 2008) no qual as materialidades evocaram quadros sociais de memórias (Halbwachs, 1993) e contribuíram para o registro de imaterialidades que nutrem a documentação museológica. No âmbito da memória social, percebemos que a cenografia montada, ao fazer aflorar memórias afetivas nos visitantes, contribuiu para a preservação dos saberes e o fortalecimento do sentimento de pertencimento, retratado através do diálogo intergeracional que aconteceu livremente entre os familiares que visitavam o espaço.

Considerações finais

Por intermédio da exposição itinerante foi possível ampliar o raio de ação do Museu para além do seu espaço habitual, fazendo com que o fenômeno museológico se mescle com os lugares em que a vida cotidiana é vivida, neste caso, a Praça. Os recursos utilizados, com os cenários, textos e código QR provocam o público a levarem a exposição para a casa, como experiência e potencial de interatividade das pessoas com o Museu, por intermédio das redes sociais. As interações que vêm ocorrendo, por sua vez, servem como elementos fundamentais que geram novos sentidos à cultura material, o que nos leva a crer que o Museu mais do que um produto a ser observado, é um processo a ser vivenciado.

Referências

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Traduzido por de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

PIZARRO, C. I. **Exposições temporárias e itinerantes**. In: REUNIÓN DE LA RED DE POPULARIZACIÓN DE LA CIENCIA Y LA TECNOLOGÍA EM AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 10., 2007, San José; TALLER “CIENCIA, COMUNICACIÓN Y SOCIEDAD”, 15., 2007, San José. Anais... San José, Costa Rica: RED POP/UNESCO, 2007

SCHEINER, T. C. M. **O Museu como processo**. In: Caderno de diretrizes museológicas. Belo Horizonte: Superintendência de Museus, 2008.

C.2. MULUCA | MUNDO-LUGAR-CASA

Gabriel Bicho

*Discente do Curso de Museologia da UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina;
gabrielbicho@outlook.com.br*

Ahily Maiara

Discente do Curso de Artes Visuais da UNIR - Universidade Federal de Rondônia; ahilylp@gmail.com

Resumo: O projeto MULUCA é um agente tensionador de mundos-lugares criado em território brasileiro baseado no conceito de ativação coletiva, onde há a possibilidade de pensar e imaginar múltiplos lugares como ambientes potentes para experiências museais a partir de observações, histórias, inquietações e fruções; queremos propor uma situação que seja possível pensar-criar espaços expositivos em qualquer lugar, onde as obras e os corpos se sintam em casa, como museus vivos-ativos. Por meio de uma construção coletiva, a experiência MULUCA vem se desenhando desde o fim do segundo semestre de 2021, tendo como ponto de partida a cidade de Porto Velho - RO, com ações híbridas, ocupando espaços na web, na cidade e nos corpos das pessoas que são atravessadas; entendemos que os corpos e as memórias são objetos - material-imaterial - com um enorme potencial museal, nesse sentido, a partir de oito corpos-memórias-lugares, investigamos como a capital Rondoniense é plural, diversa e miscigenada. Entretanto, essa pluralidade, diversidade e miscigenação é pouco vista ou quase nunca investigada; compreendemos o MULUCA como uma experiência em arte e sociomuseal em diálogo permanente com pessoas e memórias [i]migrantes, baseada na ideia de construção coletiva e atravessamentos afetivos, ocupando casas, ruas e corpos antagônicos.

Palavras-chave: sociomuseologia. corpos-museus. arte e cultura. museus-casas. migrações e imigrações.

Objetivo Geral

Investigar, reconhecer e valorizar corpos-casas-museus antagônicos a partir de suas aproximações e distanciamentos, tendo como ponto de partida os processos migratórios e imigratórios para Porto Velho - RO durante o século XX e XI.

Metodologia

Desde o momento que pensamos a construção do projeto sempre o imaginamos dentro do guarda-chuva de ações com participação coletiva, baseado no conceito da “*nova consciência do artista-obra*”, a partir do pensamento de Ricardo Basbaum; nesse sentido, o MULUCA parte de dois corpos e busca acessar outros diversos indivíduos-lugares, de modo que esse retalho inicial seja cada vez mais encorpado durante o decorrer das etapas e ações pré-definidas em seu momento de prelúdio, buscando efetivar e considerar onde se atravessam os pontos de partida e chegada de um processo de pesquisa em arte e sociomuseal, considerando e se amalgamando com as memórias, objetos e histórias carregadas em corpos-museus vivos-vividos por incessantes peregrinações.

Resultados

Entendemos que os resultados do projeto vão se desenhando de acordo com a sua execução e-ou etapas, de modo que as ações do MULUCA se desdobram e encontram novas conexões nos corpos-museus acessados, seja com os oito sujeitos entrevistados-visitados, as vinte e seis pessoas contempladas na Exposição Compartilhada e todas as demais figuras que se sintam atravessadas de alguma maneira pelo projeto.

“nova consciência do artista-obra”: relaciona-se ao comportamento, à atitude de vida, ao próprio mito criado sobre a imagem do artista. a arte passa a ser “um processo que coincide, temporalmente, com a vida do artista e, espacialmente, com o mundo em que essa vida é vivida”. podemos inferir que o conceito, dado por Basbaum sobre a “nova consciência do artista-obra”, é também fruto do conceito de obra enquanto processo, e não mais produto”

Considerações Finais

“Me lembro bem, quando vi o rio Madeira pela primeira vez, pensei: cheguei onde eu tinha que chegar”. Seone Eufrazio, 2021, em entrevista para o MULUCA

Fotos



Cleide Blackman | Foto: MULUCA



Samuel Dorvilus | Foto: MULUCA



Dona Carmecita | Foto: MULUCA



Geraldo Cotinguiba | Foto: MULUCA



Karen Padilla & Família | Foto: MULUCA



Maria do Carmo | Foto: MULUCA



Cledson Pitana Karitiana | Foto: MULUCA



Seone Eufrasio | Foto: MULUCA

Referências

Gabriel Bicho. MULUCA | **Mundo-Lugar-Casa. Porto Velho** - RO, 20/04/2022. Disponível em: <https://www.instagram.com/mundolugarcasa>. data do acesso: 20 04 2022

Patrícia de Souza Matias. **Conversas coletivas com Basbaum e a comunidade de tradutores de Rancière: semelhanças e distanciamentos**. Porto Velho - RO. Analógos | 2019, n. 1. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/38074/38074.pdf>. data do acesso: 22.04.2022

Ana Christina Vieira Zarco Câmara Anita. **Museus-casas: um olhar fenomenológico. cadernos de Sociomuseologia 8-2016**. Porto Velho - RO. Disponível em:

<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/5498>. data do acesso: 18.11.2021

C.3. Museu Diários do Isolamento: Práxis Humanista, Dialogicidade e Musealização Socializadora

Renan Marques Azevedo da Mata
Graduando; Universidade Federal de Pelotas;
renanazevedomarq@gmail.com

Daniel Maurício Viana de Souza
Doutor; Universidade Federal de Pelotas;
danielmvsouza@gmail.com

Resumo: Intentamos aqui apresentar o Museu Diários do Isolamento (MuDI) e suas experiências enquanto processos comunicativos-coparticipativos, orientados por uma perspectiva dialógica associada à práxis humana enquanto ação e reflexão mediadas pelo pensamento, imbuídos pela potencialidade de agir e transformar a realidade humana. Nesse sentido, buscamos problematizar teórico-metodologicamente a relação entre comunicação e educação, tendo a práxis como horizonte de categoria de análise em uma perspectiva marxista-humanista. Além disso, discorreremos acerca da produção e reprodução de conhecimento no âmbito da ciência, pensando especificamente no contexto museológico, tendo o MuDI como cenário para a discussão.

Palavras-chave: Museu Diários do Isolamento; Práxis Humanista; Dialogicidade; Musealização Socializadora.

Introdução

Intentamos aqui apresentar o Museu Diários do Isolamento (MuDI) e suas experiências enquanto processos comunicativos-coparticipativos, orientados por uma perspectiva dialógica associada à práxis enquanto ação e reflexão mediadas pelo pensamento humano, imbuídos pela potencialidade de agir e transformar a realidade humana. Nesse sentido, buscamos problematizar teórico-metodologicamente a relação entre comunicação e educação, tendo a práxis como horizonte de categoria de análise em uma perspectiva marxista-humanista. Além disso, discorreremos acerca da produção e reprodução de conhecimento no âmbito da ciência, pensando especificamente no contexto museológico, tendo o MuDI como cenário para a discussão.

Historicamente a produção do conhecimento ligado à ciência não foi capaz de coexistir em relação à diversidade de epistemes existentes. Nesse sentido, foi-se constituindo uma desigualdade epistemológica desumanizadora, ausente de intersubjetividades e caracterizada por um pensamento abissal⁶⁸. Este pensamento é orientado por uma divisão da realidade social em dois universos diferentes, um lado reconhecidamente válido e outro excluído, inexistente, constituído de uma ausência não-dialética. Desse modo, é imprescindível trazer à luz do debate a práxis dialética humanista para que, em comunhão e mediatizados pelo mundo, possamos ter a plena consciência que somos agentes da história, e, assim, superar a contradição opressor-oprimido⁶⁹.

Sob a égide do capitalismo, a ciência foi se configurando orientada por uma perspectiva universalista, que supostamente daria conta de responder às demandas globais e locais, além de sua suposta neutralidade e objetividade. Nesse sentido, estruturou-se a partir de uma monocultura de saberes e uma superioridade epistêmica eurocentrada, que acabou levando, entre outros fatores, à crise de confiança por parte da sociedade em relação à ciência. Esta crise é a expressão de um processo que coloca em evidência o colapso e a necessidade de superação da modernidade capitalista-colonialista-patriarcal e seus pilares constitutivos. Portanto, vislumbramos no movimento dialético materialista a potencialidade de contrapor as ideias-base que regem a ciência-espetáculo⁷⁰ como antítese da ciência dialógica, para alcançar esta superação, e, assim, constituir concretamente relações transepistêmicas coexistentes através da práxis, tendo em vista que nenhuma realidade modifica-se voluntariamente e idealmente.

A produção do conhecimento científico é socialmente constituída e deve, portanto, estar orientada por uma perspectiva intercultural em relação à diversidade de realidades, conhecimentos e saberes existentes. Entretanto, a nossa realidade

⁶⁸ SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: Epistemologias do Sul.

⁶⁹ FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido

⁷⁰“Um dos pressupostos fundamentais da ciência-como-espetáculo é justamente a supressão da ação do sujeito social, que se reconhece passivamente nos significados simbólicos de uma discursividade comumente isenta de reflexividade contextual e aprofundamento crítico.” (SOUZA, p. 322, 2016)

histórico-cultural é revestida de um arsenal ideológico que regula, digamos assim, a produção e reprodução de conhecimentos e saberes, tal como a ciência e a tecnologia e sua falsa neutralidade e dúbia concepção de progresso.

Em tempos de crise, como a da Covid-19, a ciência toma um lugar de tamanha importância pois seus conteúdos e resultados afetam diretamente o nosso cotidiano. Alguns exemplos ilustrativos estão relacionados à produção de imunobiológicos, elaboração de estratégias fundamentadas para controle de doenças e prevenção, além de cumprir um papel crucial no princípio da pandemia no tocante à produção de pesquisas que fossem capazes de suprir a escassez de informações acerca do novo vírus, suas variantes, etc. Todavia, é importante não perder de vista suas contradições internas, pois há uma separação entre ciência e sociedade, que entre outros fatores, impulsionaram movimentos anti-ciência e anti-pensamento, a exemplo dos terraplanistas, anti-vacinas, e negacionistas em geral.

No que tange à popularização da ciência, os museus exercem funções e responsabilidades fundamentais. Porém, há um abismo entre discurso e prática acerca da comunicação da ciência nos museus, por exemplo, pois as discussões e decisões em torno de sua produção geralmente estão subordinadas a uma comunicação intrapares, essencialmente verticalizada e excludente, que muitas vezes coloca-se como verdade absoluta. A partir da segunda metade do século XX, insurge mobilizações que questionam o papel e a função dos museus em nossa sociedade, apontando para a necessidade de suas práxis estarem em confluência com a totalidade das questões humano-sociais em seus contextos heterogêneos.

Desse modo, o presente trabalho tem como objetivo apresentar o Museu Diários do Isolamento (MuDI), um museu de virtuais conexões, localizado no território da internet, vocacionado em proporcionar um espaço de diálogo democrático e participativo acerca da conjuntura geral da pandemia de Covid-19, a partir de uma consciência social crítica sobre a importância da ciência e do conhecimento. Além disso, o compreende enquanto um processo info-comunicativo, orientado em uma perspectiva dialógica que, atrelada à práxis humanista, carrega um forte potencial de agência e transformação da realidade em torno de uma musealização socializadora.

Metodologia

Nossos pressupostos teórico-metodológicos partem do entendimento do ser humano enquanto processo em movimento, seres inconclusos que estão inseridos em uma dada realidade sócio-histórica igualmente inconclusa. O ser humano, além de ser constitutivamente um ser orgânico, é, também, um ser social que se diferencia dos outros seres do reino animal por sua capacidade de produzir e reproduzir sua própria história a partir de linguagens e seus meios de vida. Além disso, partimos do pressuposto de que toda prática humano-comunicacional é uma prática de dimensões educativas, quando orientadas pela dialogicidade, sendo capaz de possibilitar a coexistência de múltiplas epistemes e cosmovisões. Nesse sentido, para nós é imprescindível compreender a práxis humana enquanto categoria analítica, que “se articula com o todo do homem e o determina em sua totalidade” (KOSIK, p. 223, 1976), colocando em evidência a dimensão criativa do ser humano como realidade ontológica. Ou seja, nossa existência é orientada por processos ontocriativos, que se manifestam na realidade, e, também, oportuniza o acesso à ela (KOSIK, 1976).

Portanto, a realidade social, em sua dialética objetiva-subjetiva, deve estar intimamente ligada à ação em e com o mundo concreto-intelectivo, tendo em vista que o movimento se estabelece via relações humanos-mundo (FREIRE, 2019), atribuindo à práxis sua potencialidade de agência e reflexão mediadas pelo pensamento crítico, capaz de superar as contradições constitutivas de nosso sistema de relações sociais-humanas. Desse modo, nossos esforços serão balizados por uma análise descritiva das ações do MuDI, alicerçadas por revisão bibliográfica, tendo a dialogicidade como horizonte de possibilidade de re-fazer a práxis de maneira que estabeleça elos de sociabilidade, tendo o museu como potente meio.

Comunicar-dialogar-educar

O primeiro ponto importante a ser debatido aqui é a definição de comunicação presente na obra “Extensão ou Comunicação?” de Paulo Freire (1921-1997)⁷¹. Nesta obra, Freire estabelece as diferenciações teórico-metodológicas acerca da extensão do conhecimento em relação à comunicação. Nesse sentido, o autor destaca que o ser humano transforma o mundo com seu trabalho, e o resultado dessa transformação constitui a vida material, o mundo propriamente. Portanto, a característica central de nosso mundo cultural e histórico diz respeito à “intersubjetividade ou à intercomunicação” entre os sujeitos (FREIRE, p. 44, 1983). Ou seja, o mundo humano-social é mediado pela comunicação, atribuídas de palavras e linguagens como elementos constitutivos, que tem no diálogo recíproco e horizontal seu pilar balizador. Logo, comunicação é educação pois é a partir do diálogo que pode haver a interlocução, o encontro pela busca da significação dos significantes entre os sujeitos em mundo. Ou seja, educação é propiciar possibilidades coletivo-participativas de produção e construção de saberes.

Por isso, é preciso negar e superar a extensão que não é dialógica, pois suas práticas são alicerçadas por um viés vertical, anti-humanista, que vê o sujeito como mero repositório passivo de conhecimento, impossibilitando a troca recíproca de experiências da ação e reflexão das diversas realidades. Desse modo, a comunicação dialógica ou co-participativa não deve perder de vista a relação “pensamento-linguagem-contexto ou realidade” (FREIRE, p. 47, 1983), pois não há pensamento isolado e que não reflita em si as marcas do real. Assim, o diálogo é um fenômeno essencialmente humano, que revela-se na palavra em um fazer coletivo de compreender a realidade e suas significações e significados, enquanto elemento formador e meio para busca da ação e reflexão. Ou seja, a palavra mediada pela ação e reflexão, é a práxis como palavra verdadeira, capaz de transformar o mundo. Carregamos em nossa humanidade uma dimensão ontocriativa de pronunciar o

⁷¹ A respeito deste importante educador latino americano, vale ressaltar sua influência para com as discussões em torno da Mesa-Redonda de Santiago no Chile (1972), que apesar do veto de sua participação no evento a época, teve fundamental contribuição para os museus e para a Museologia no que tange “ao conceito “conscientização” da transformação do homem-objeto em homem-sujeito” (ALVES, Vânia; REIS, Maria Amélia. “Tecendo Relações Entre As Reflexões De Paulo Freire e a Mesa-Redonda de Santiago do Chile, 1972”; 2013).

mundo⁷², e, assim, transformá-lo. Por isto, não basta conhecer e interpretar o mundo, a questão deve ser revolucioná-lo⁷³, de modo que essa transformação deve vir acompanhada de uma reinterpretação, e ambas são processos, uma tarefa histórica coletiva⁷⁴.

Resultados

e

Discussão

Ações do MuDI

O MuDI nasce no contexto de crise social agravada pela pandemia, associada a uma desigualdade informacional sobre a Covid-19 no Brasil, com grandes fluxos de informações que comumente chamamos de infodemia⁷⁵, nos colocando inúmeros desafios enquanto sociedade. Esses problemas, de certo modo, se interconectam e o museu passa a exercer funções de suma importância nessa conjuntura. Desse modo, suas ações desenvolvem-se a partir do território da internet, por meio de um website e perfis nas redes sociais⁷⁶. Desde sua fundação, foram realizadas exposições de curta e longa duração. As exposições de curta duração até o presente momento foram: “Cartas que levam abraços” - 2020; “(Re)existência: os vários lugares da mulher na pandemia” - 2021; e “Bordando Memórias: Doces linhas na pandemia” - 2021. Sobre a exposição de longa duração, ela está organizada em eixos temáticos denominados “Movimentos”, são eles: Por dentro da pandemia; Ciência compartilhada; É fake!; Memórias do isolamento e Solidariedade em rede. A perspectiva de mudança é um dos fundamentos da organização dos movimentos, que são centrais no discurso expográfico.

Acerca do “Por dentro da pandemia”, este movimento dedica-se em fazer uma seleção de informações essenciais sobre o contexto pandêmico para com a sociedade

⁷² Freire, Paulo. Pedagogia do Oprimido.

⁷³ Décima primeira tese sobre Feuerbach. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã.

⁷⁴ SANTOS, Boaventura de Sousa. O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul.

⁷⁵ “Uma infodemia pode ser definida como uma rápida difusão de todos os tipos de informação - corretas, mas também incorretas, enviesadas ou falsas - sobre um problema, o que acaba tornando mais difícil sua solução.” (GRAMACHO, 2021).

⁷⁶ (Site): <https://acervosvirtuais.ufpel.edu.br/mudi/> (Instagram): [@mudiufpel](https://www.instagram.com/mudiufpel/) (Facebook): <https://www.facebook.com/ufpelmudi/> (YouTube): [MudiUFPel - YouTube](https://www.youtube.com/channel/UC...)

em geral a partir do crivo de fontes seguras e fidedignas. O “Ciência compartilhada” atua na divulgação científica de pesquisas relacionadas a essa conjuntura pandêmica. No caso do “É fake!”, o objetivo visa combater a vasta desinformação presente nas redes sociais a partir de comparações e análises de informações e conhecimento cientificamente fundamentados. O “Memórias do Isolamento” diz respeito à participação em depoimentos de diferentes atores sociais e suas respectivas visões e vivências acerca da conjuntura da crise da Covid-19. E o “Solidariedade em Rede”, reúne fontes e materiais sobre mobilizações comunitárias de redes de reciprocidade-solidariedade que emergem a partir dos impactos da pandemia na vida dos diferentes sujeitos.

Além das exposições, há ações comunicacionais extras, a exemplo da produção de conteúdo relacionado a memória do Dia da Terra Palestina (30 de março), Dia Internacional do Povo Palestino (29 de novembro), apoio a campanha em defesa do direito à educação para as meninas afegãs, material informativo acerca da luta internacional contra o cancer de mama (Outubro rosa), além de *lives* como a realizada no âmbito do mês da Consciência Negra, a qual dialogamos com diferentes atores ligados a movimentos populares e coletivos feministas e antirracistas, sobre o tema da violência e precarização do trabalho das mulheres negras da pandemia. Ademais, atualmente o museu consta com uma Comissão Permanente de Articulação Antirracista.

Conclusões

O MuDI é denominado um museu de virtuais conexões pois acredita e atua nas potencialidades de diálogos e construção efetivamente democráticas do conhecimento no ambiente virtual. Essa construção se dá a partir das ações e reflexões críticas mediadas pelos pensamentos, possibilitando, assim, uma multicultura digital (SOUZA; LEAL; SIRTOLI; TENOTTI, 2021) e de saberes. Não é possível compreender e exercer verdadeiramente a práxis sem diálogo, sem coletividade, reciprocidade, horizontalidade, humildade, esperança, e ação pela mudança. Essa multicultura digital e de saberes, se dá na comunicação-educação entre os atores envolvidos, e carrega em si mesma a possibilidade de haver a

musealização socializadora, tendo o museu como cenário para este processo.

Referências

ALVES, Vânia; REIS, Maria Amélia. **Tecendo Relações Entre As Reflexões De Paulo Freire e a Mesa-Redonda de Santiago do Chile**, 1972. Revista do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – Unirio | MAST - vol. 6 no 1 – 2013

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2019.

GRAMACHO, Wladimir. **OS RISCOS DA INFODEMIA EM MEIO A UMA PANDEMIA**. In: Comunicação e política no contexto da pandemia: breves reflexões / Rafael Sampaio, Rayza Sarmiento, Viktor Chagas (Organizadores) – Curitiba: Compólitica / Carvalho Comunicação, 2021.

KARL, Marx; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo, Boitempo, 2007.

KOSIK, Karel. **A dialética do concreto**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Argentina, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologias do Sul**. 2^o edição, Edições Almedina, Coimbra, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2021.

SOUZA, Daniel Maurício Viana. **Divulgação Científica Em Museus E Centros De Ciência Interativos: a construção social de uma ciência-espetáculo**. 2016

SOUZA, Daniel Maurício Viana; Noris Mara Pacheco Martins Leal; Guilherme Susin Sirtoli; Carolina Fogaça Tenotti. **DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19: O MUSEU DIÁRIOS DO ISOLAMENTO (MuDI)**. 20^o Congresso Brasileiro de Sociologia, 2021.

2.D- GESTÃO DE MUSEUS

D.1. Sinalização e identificação dos museus de Santa Maria como mecanismo de valorização do patrimônio cultural da cidade

Franciele Roveda Maffi

Historiadora (UFN)

Museu Histórico e Cultural das Irmãs Franciscanas - MHIF

franmaffir@gmail.com

Resumo: A presente produção visa discutir o processo de elaboração e execução de um Sistema de Sinalização para os espaços museológicos de Santa Maria- RS, como mecanismo de valorização do patrimônio cultural da cidade. Para o referido estudo, utilizou-se de teóricos que abordam o tema da sinalização como possibilidade de atrativo turístico em relação à perspectiva da hospitalidade. A temática em questão, trata-se de um projeto apresentado em 2018, à Secretaria de Cultura – SM. A comunicação servirá como futura proposta de trabalho e fonte de pesquisa, ainda que o projeto não tenha sido no período posto em prática. Permeia a discussão que o projeto aqui mencionado sirva de referência às demais realidades brasileiras. Como prática, busca a aplicabilidade, pois torna-se uma pauta emergente no processo de alavancar o acervo materializado nas 14 instituições que congregam o SMM/SM, bem como facilitar o acesso dos usuários aos equipamentos culturais do Município.

Palavras-chaves: Museus; Patrimônio; Rotas; Sinalização; Santa Maria.

Introdução

Na contemporaneidade as cidades destacam-se por seus atrativos turísticos, conhecidos pelos ambientes culturais: teatros, parques, museus, cinemas e muitos dos equipamentos não são de acesso a população em geral. Assim, a partir deste

cenário, identifica-se que nos municípios brasileiros há uma escassez de informações a respeito do patrimônio enquanto espaço geográfico e de preservação dos bens, uma vez que se considera, principalmente, um sistema de sinalização física aos lugares que salvaguardam as diversas manifestações culturais, ações referentes à proteção e difusão dos acervos museais.

Constata-se que há sistemas de identificação, porém, de forma virtual e que não são “comuns” à comunidade, pois o acesso é restrito a um grupo específico, ou seja, àqueles que tem condições econômicas para desfrutar das inovações tecnológicas. Em tempos de novas realidades, onde se encaminha para práticas que buscam constantemente pela construção da democratização, torna-se relevante repensar as políticas culturais brasileiras.

Assim, o poder público municipal de SM, na figura representativa do Secretário de Planejamento e Mobilidade Urbana, propôs com a coordenação do Sistema uma estratégia de sinalizar os equipamentos culturais. Nesta tratativa buscou ter como resultado, informações mais qualificadas a serem disponibilizadas à população, bem como a implementação de rotas indicativas que estariam corretas e serviriam de guia aos roteiros turísticos da cidade. Dessa forma, trata-se de uma ferramenta de comunicação que auxiliaria o público no processo de localização ao patrimônio cultural.

Atualmente, o mercado coloca à disposição programas informatizados como *GPS* e *Waze*. Ambos os mecanismos servem de instrumentos, facilitando a vida dos usuários que têm intenção de chegar ao seu destino de maneira segura e com precisão.

Em se tratando do processo de sinalização dos lugares turísticos ou ambientes que preservam o patrimônio, identificou-se a falta de placas indicativas, sendo resultado de uma gestão na esfera pública onde os administradores não dominam o conhecimento pertinente à área abordada neste estudo. Destaca-se, portanto, a relevância de um sistema de sinalização adequado, tendo em vista a realidade de cada município, a fim de promover o acesso aos usuários e contribuir com a geração de renda, que está vinculada ao turismo cultural. Por meio das práticas turísticas, é possível promover a valorização da localidade, bem como de seu desenvolvimento econômico. Assim, inúmeras são as ações dos visitantes ao entorno dos espaços

culturais, como a compra no comércio e o consumo em restaurantes nas proximidades dos museus. Como resultado, haverá um número maior de pessoas que prestigiarão as instituições museológicas e, conseqüentemente, gerará o aumento na economia interna, ou seja, o crescimento regional do Produto Interno Bruto (PIB).

Quando as instituições encontram-se mal sinalizadas e com raras placas indicativas, recaem no esquecimento do imaginário populacional. Assim, ocorre o descaso dos turistas, bem como o desconhecimento por parte dos moradores do município, demonstrando como efeito o sentimento de não pertencimento à memória local. Também pode-se dizer, que o patrimônio e sua respectiva preservação, depende diretamente do processo de seleção, o que para alguns torna-se relevante para outros nem tanto. A falta de Políticas Públicas é um fator determinante para o descaso com o patrimônio e neste processo resulta na não identificação dos equipamentos culturais.

Em se tratando da cidade de Santa Maria, um sistema de sinalização será o recomendado, pois garantirá o acesso aos usuários e facilitará as informações referentes aos acervos, que são congregados nas diversas instituições do Sistema Municipal de Museus. A partir desta prática, proporcionará ao visitante um deslocamento preciso e confiável, alinhado ao método correto da partida à chegada, ou seja, biblioteca, museu, teatro, arquivo, entre outros.

Para esta produção científica, utilizou-se de fontes bibliográficas, as quais auxiliaram na concepção e no entendimento referente à implantação de um sistema de sinalização dos espaços culturais. Os meios digitais serviram de embasamento teórico acerca da legislação internacional de identificação do Patrimônio Mundial, em especial, no que tange à realidade brasileira.

Destaca-se que não priorizamos somente os recursos citados à pesquisa, mas também buscou-se aprimorar o conhecimento a partir dos teóricos denominados Silva e Melo (2013), que abordam discussões pertinentes ao tema, os quais enfatizam a importância dos lugares estarem bem sinalizados com o intuito de qualificar o serviço e garantir a preservação do patrimônio, como atrativo turístico. Já Citolin (2011), em sua Monografia de Conclusão de Curso, salienta que um Sistema de Sinalização é utilizado como recurso promissor no que diz respeito ao trajeto do usuário ao bem cultural. Por conseguinte, o sistema de identificação permite viabilizar e aperfeiçoar o

caminho, ou seja, o percurso em direcionamento aos equipamentos culturais a fim de facilitar a localização e projetar roteiros.

Justifica-se a proposição do tema, tendo em vista que os museus que integram o Sistema Municipal de Museus, na atualidade, se encontram em pleno anonimato. Fato que pode ser concluído por não disporem de um plano de sinalização qualificado, em que seus usuários possam se sentir guiados pelos percursos do patrimônio da cidade de Santa Maria - RS.

Entende-se que um Sistema de Sinalização aos museus da cidade de Santa Maria, não é o único meio para que se possa atrair visitantes às instituições, devendo ocorrer projetos concomitantes de educação patrimonial direcionados a população das diversas faixas etárias. No entanto, percebe-se pelas experiências e relatos da comunidade, que o desconhecimento dos museus, é fruto da má divulgação e publicização, que está associada também ao sistema de identificação, ou seja, aos suportes físicos nas proximidades dos museus.

Tal proposta de estudo foi pensada no Conselho Gestor do SMM/SM em 2018, onde em instâncias deliberativas, nas reuniões ordinárias se fizeram tratativas a respeito da implantação de um sistema de sinalização, planejando as metodologias dos serviços prestados pelos museus. Todavia, na época não houve resultados promissores, pela escassez de recurso orçamentário e pela inexistência de uma política voltada ao patrimônio.

Metodologia

A busca pela visibilidade das instituições museológicas requer o planejamento que vise o estudo do processo de elaboração e execução de um Sistema de Sinalização, a fim de respeitar e se adequar à Legislação Internacional de Identificação do Patrimônio brasileiro. A magnitude de um projeto de sinalização para as instituições museológicas de Santa Maria é de suma relevância, pois congrega os 14 museus que tratam de diversas tipologias de acervo e enriquecem o patrimônio da

cidade. Percebeu-se, portanto, que a maioria dos museus e espaços culturais não são conhecidos pela comunidade local, bem como pelo público vindo de fora.

Pela coordenação foi realizado um diagnóstico em 2018, onde detectou-se que apenas alguns museus possuem uma forma de identificação na cidade, vinculada à metodologia de se instalar placas indicativas. Todavia, percebeu-se que os museus que possuem tais placas estão com os seus direcionamentos incorretos, devido ao ineficiente planejamento por parte da Secretaria de Mobilidade Urbana, que se responsabiliza pelo trajeto das rotas no trânsito e mudanças das vias públicas.

Outrossim, a partir desta assertiva, frisa-se que as instituições museológicas recaem no esquecimento e na falta de informação por parte da sociedade, a exemplo de turistas, romeiros e peregrinos⁷⁷ que se encontram na cidade. A falta de um planejamento traz como resultado raríssimas políticas voltadas ao desenvolvimento de roteiros turísticos e tem apenas práticas isoladas, sem dispor de um corpo técnico especializado na elaboração do projeto de sinalização e identificação dos ambientes de lazer. Conforme Vasconcelos, “oferecer informações por meio da sinalização contribui de forma fundamental para a difusão do conhecimento dos atrativos” (2012, p. 44). Logo, mais do que comunicar, torna-se necessário adotar uma metodologia que garanta aos usuários segurança e qualidade nos serviços prestados pelas instituições museológicas.

Acredita-se que este trabalho deveria ser executado da parceria entre a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Inovação e a Coordenação do Sistema Municipal de Museus, onde a primeira entidade realizaria o panorama de investigação, enquanto a gestão do Sistema ficaria incumbida de disponibilizar as informações a respeito das instituições museais. A execução do projeto em questão, aconteceria a partir de uma política de mão dupla, onde se construiria o cenário museológico do município. Como parte do trabalho, a secretaria deveria apresentar

⁷⁷Romeiros e peregrinos: A Romaria de Nossa Senhora da Medianeira, é tradicionalmente realizada no segundo domingo de novembro, em algumas edições ocorreu no primeiro. Santa Maria é uma cidade essencialmente católica e a respectiva festa religiosa, atrai romeiros dos diversos lugares do RS do Sul e Brasil. A grande maioria dos devotos vêm acompanhar esta atividade, pois faz parte dos festejos cristãos católicos, outros objetivam apenas, realizar atividades de passeio no município, visitando locais turísticos. A Romaria é formada também pelo comércio informal, ou seja, os vendedores ambulantes, pessoas que vendem produtos ligados a devoção e em geral (PAIXÃO, 2003).

um esboço físico e informativo dos museus que possuem sinalização, bem como aqueles que ainda não dispõem deste sistema de comunicação.

Em um segundo momento, caberia ao poder público, a responsabilidade de viabilizar através da Secretaria de Comunicação do município, um Designer Gráfico, que elaboraria o Sistema de Sinalização padrão que identificaria os museus. Para isto, tem-se como aporte teórico, a publicação *Sinalização do Patrimônio Mundial no Brasil Orientações Técnicas para Aplicação, de autoria do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2013)*, no qual consta um método de elaboração das placas indicativas.

Dessa forma, o Guia serviria para as práticas de sinalização, segundo os princípios de padronização federal, onde se discutem as orientações técnicas específicas e os elementos gráficos, bem como colocação nas vias públicas, assim, “*as placas de trânsito devem seguir estritamente todas as normas estabelecidas pelo Guia Brasileiro de Sinalização Turística, publicado pelo Ministério do Turismo, IPHAN e DENATRAN em 2001*” (IPHAN, 2013). Portanto, a padronização exige adotar alguns quesitos que constam no manual mencionado acima. Logo, as placas indicativas devem ser construídas em módulos com dimensões de 80 cm de largura x 60 cm de altura, bem como apresentar os ‘pictogramas’, o qual possui como símbolo o “*templo de musas*”, referência à arquitetura grega.

Resultados

Enquanto fonte de pesquisa, elaborou-se o projeto que foi apresentado aos responsáveis pelas pastas do governo municipal. Porém, a aplicabilidade não foi possível devido à carência de recursos financeiros, cogitando-se na época a possibilidade de uma verba em instância federal por meio de emenda parlamentar.

Por conseguinte, considera-se que existe possibilidade de a teoria ser posta em prática. Neste sentido, espera-se que um sistema de sinalização quando implementado numa cidade, apresente resultados promissores que atendam as demandas comunicativas e sirva de instrumento para guiar os cidadãos aos espaços culturais. Para os museus, este projeto será benéfico, pois aprimorará os serviços

prestados e facilitará o acesso para a comunidade. Desta forma, elevará o crescimento da economia local, que ocorrerá por intermédio de práticas de hospitalidade, que permitirá a geração de renda e desenvolvimento regional.

Assim, em 2018, o Conselho Gestor e a coordenação do Sistema elaboraram o projeto de sinalização para os museus do município. Neste contexto não obteve resultados promissores, pois a ideia de criação foi vista por parte do poder público, como proposta plausível. Porém, a concepção do projeto não alavancou na prática, permanecendo apenas atrelado à parte teórica.

Considerações finais

A memória no âmbito cultural está ligada à formação da sociedade, por tratar-se de questões a respeito do patrimônio. Logo, pensando nas instituições museológicas de Santa Maria – RS, identifica-se a relevância das diversas tipologias materializadas nos acervos.

Assim, os gestores dos museus buscam novos caminhos para a valorização do patrimônio material, logo o projeto de sinalização é a saída para preservar as coleções e difundir as instituições para a comunidade. Enquanto ciência, a museologia está alicerçada em três eixos, conhecidos como o tripé da conservação, pesquisa e comunicação. Diante disso, a comunicação serve como base para o andamento qualificado dos museus, visto que o ato de comunicar está diretamente vinculado às atividades de divulgação na parte cultural. Portanto, o museu ganha uma nova conotação na contemporaneidade quando traz ao público essa leitura dinâmica de se fazer presença para a sociedade, questionando, dessa forma, as metodologias mais eficazes para atrair o público para dentro dos museus. Para a realidade aqui tratada, percebeu-se que os museus precisam urgentemente ser conhecidos e reconhecidos pela sociedade onde estão inseridos. No caso de Santa Maria, que conta com 14 instituições, é fundamental que os seus diretores adotem práticas de difusão, porém, na maioria das vezes um sistema complementar torna-se oneroso e inviável.

O plano de sinalização e identificação dos 'Museus' além de ser um instrumento apropriado para atrair o público, proporcionará resultados evidentes, em um curto período, pois os museus que ainda não são visitados, seriam melhor difundidos. Todavia, associado a esta proposta será preservado e salvaguardado o patrimônio que está materializado nas instituições.

Porém, é pertinente frisar que o governo municipal, não prioriza os equipamentos culturais, ou seja, o recurso anual orçamentário não consegue suprir os custos de gestão do Sistema de Museus, tampouco viabiliza a efetivação de um projeto de sinalização.

Por fim, salienta-se que as placas indicativas facilitarão a visualização dos espaços museológicos, atraindo os usuários de maneira mais qualificada. Deste modo, despertará na população a curiosidade em visitar os atrativos turísticos disponíveis e, como resultado, alavancará a economia interna em decorrência das práticas educativas e roteiros dos bens culturais.

Referências

CITOLIN, Fabíola Catarina Crespi. **Projeto de sinalização e sistema expositivo para planetário de Porto Alegre**. 2011. 279 p. Monografia – (Graduação em Design Visual) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Porto Alegre, 2011.

IPHAN. **Guia brasileiro de sinalização turística - 2001**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/livrariaVirtual?busca=Guia+Brasileiro+de+Sinaliza%C3%A7%C3%A3o+Tur%C3%ADstica>. EMBRATUR/IPHAM. Acesso em: 25 mar. 2018.

IPHAN. Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Sinalização do patrimônio mundial do Brasil - orientações técnicas para aplicação/ Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**: Brasília, 2013. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_Sinalizacao_Patrimonio_Mundial.pdf. Acesso em: 21 mar. 2018.

PAIXÃO, Da. Dinara XAVIER. **PE. Ignácio Valle, SJ e a devoção à Nossa Senhora Medianeira**. Editora Pallotti. Edº fora do comércio. Santa Maria. 2003.

SILVA, Francimilo Gomes Santos da; MELO, Rodrigo de Souza. **Artigo - A contribuição da sinalização turística para o desenvolvimento turístico da cidade de Paraíba (PI, Paraíba)**. Revista Brasileira de Pesquisa e Turismo. São Paulo: 6 (2), p.129-146, mai./ago. 2012. Disponível em:

<https://doi.org/10.7784/rbtur.v6i2.488> . Acesso em: 01 mar. 2018.

VASCONCELOS, Fernanda Nogueira. **Análise da sinalização turística nos atrativos da cidade de Dourados- MS**. Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR, Penedo, vol. 2, n.2, p.40-45, ju/dez.2012. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/587> Acesso em 23 mar. 2018.

D.2. Aspectos da gestão de museu: considerações a respeito de dois períodos distintos

Alice Bemvenuti

Universidade de São Paulo e Museu do Trem

alicebem@gmail.com

Resumo: A presente comunicação apresenta alguns dados relacionados ao estudo de gestão de museu, tendo como *locus* o Museu do Trem, situado no centro da cidade de São Leopoldo, RS, apresentando um recorte temporal através de um breve comparativo entre duas gestões distintas. Para fins de estabelecer esse comparativo inicial foram revisitados dados sistematizados na pesquisa de mestrado⁷⁸, desenvolvida no Programa de Pós-graduação Interunidades em Museologia, na Universidade de São Paulo, quando foram agrupadas informações, documentos e evidências pertinentes ao período entre 2009 e 2012; e comparado ao período observado entre 2020 e 2022. Objetivando refletir sobre aspectos recorrentes na estrutura da organização e gestão considerando a dimensão política, administrativa e técnica.

Palavras-chaves: gestão de museu; planejamento; museu ferroviário;

A atenção dada à gestão de museus impulsiona inquietações interdisciplinares sobre os processos museológicos, sendo preciso compreender os museus como instituições do presente e do futuro (BRUNO, 2014), na justa relação entre a manutenção de tradições quanto à proposição de rupturas nos processos museológicos. Cabe observar aspectos de mudanças e de desdobramentos, decorrentes da utilização de tecnologias digitais e redes sociais ao lado dos processos de recepção dos públicos presenciais inseridos no contexto de um museu que salvaguarda um patrimônio industrial, porém não dispõem de repositório digital disponível para acesso aberto.

A complexidade do gerir justapondo um conjunto de ações decorrentes de uma necessidade interdisciplinar e multidisciplinar, exige pensar o museu inserido na compreensão de um sistema dentro de outro sistema (CURY, 2005) quando identificamos os processos administrativos em sua totalidade, os procedimentos relativos às questões metodológicas, de infraestrutura, de recursos humanos e

⁷⁸ Dissertação defendida em 2016, sob título de: Gestão de Museu: comunicação e público – estudo sobre o Museu do Trem, São Leopoldo, RS (2009-2012), sob orientação da profa. dra. Marília Xavier Cury.

materiais, de técnicas, de tecnologias, de políticas, de informações etc. Como nos aponta Chiaventato: “Os sistemas são hierárquicos ou piramidais. São constituídos de sistemas ou de subsistemas relacionados entre si por um processo ou padrão de interação.” (1977, p.439).

Abaixo, segue apontamentos quanto a organização e gestão do museu:

Quadro 1– Dados parciais quanto aos processos na gestão de 2009-2012.

Tópicos	Impactos decorrentes
Cultura organizacional no funcionalismo público	<ul style="list-style-type: none"> • Cultura da estabilidade do servidor público gera postura de descaso com a função, desinteresse pela atividade profissional, assim como descuido com o patrimônio público e os serviços de atendimento ao público de modo geral.
Resistência a mudança	<ul style="list-style-type: none"> • Resistência a mudança pode ser determinante para que funcionários criem empecilhos para realizar tarefas e fiquem insatisfeitos com a produtividade positiva de colegas. • Formação de lideranças negativas, organizando movimentos de resistência coletiva contra a coordenação ou outro colega que esteja se destacando.
Autonomia política/administrativa	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de autonomia política dificulta agilidade na resolução de problemas de ordem financeiros e de pessoal.
Emergências estruturais (decorrente de acidentes ambientais)	<ul style="list-style-type: none"> • Morosidade na solução de questões relacionadas a temporais, por exemplo, gera danos em diversos campos, tanto ao acervo, propriamente, quanto ao processo, que poderá resultar em problemas futuros.
Recursos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de profissionais gera acúmulo de responsabilidade, gerando descontinuidade, sobrecarga e retrabalho.
Profissionais da Museologia	<ul style="list-style-type: none"> • Processos museológicos desconhecidos para a equipe, exigiam estudo prévio. Alvo de resistência por parte da equipe, por desconhecimento e exigência de nova postura, agora incluindo estudo.
Recursos financeiros	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de recursos financeiros próprios gera trabalho descontinuado, retrabalho e desmotivação dos envolvidos.
Sistema de segurança eficiente	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de segurança para os próprios funcionários responsáveis pela segurança, principalmente no turno da noite. • Falta de capacitação para profissionais da área para atuação no setor museal, gerar dificuldades, incluindo enfrentamento no próprio museu.
Sistema de comunicação interno	<ul style="list-style-type: none"> • Considerando a área do Sítio Histórico em um pátio ferroviário, as distâncias dificultam a localização da equipe quando em atendimento ao público, assim como dificulta a localização do

	segurança em situações de emergência. Sistema de comunicação interno exige equipamentos de comunicação.
--	---

Fonte: elaborado pela autora, 2017.

Quadro 2 – Comparativo de dados das distintas gestões 2009-2012 e 2020-2022.

detalhamento de aspectos observados	
2009-12	2020-22
Cultura da estabilidade do funcionário;	Observa-se semelhança.
Desinteresse pelo crescimento profissional;	Identifica-se parte da equipe buscando qualificação profissional.
Descuido com o patrimônio público e serviços de atendimento ao público.	Observa-se: em parte, com alterações positivas na solução do problema.
Resistência a mudança como determinante para postura de resistência na equipe; empecilhos na realização de tarefas; competitividade; produtividade instável.	Observa-se: em parte, com alterações positivas na solução do problema.
Lideranças positivas e negativas;	Observa-se semelhança.
Enfrentamento de coordenação; disputa entre equipe.	Observa-se semelhança.
Falta de profissional qualificados para os setores de conservação, pesquisa e difusão;	Observa-se semelhança, sendo o local abastecido com profissionais de áreas aleatórias.
Desconhecimento e desinformação do campo pelos envolvidos;	Observa-se semelhança.
Falta estudo e uso de ferramentas de gestão especializada no setor administrativo.	Observa-se semelhança, sem setor administrativo próprio.
Falta de profissionais gera acúmulo de responsabilidade, gerando sobrecarga, retrabalho e descontinuidade nas atividades;	Observa-se semelhança, considerando o uso de estagiários para atividades diversas.
Desmotivação, falta de plano de carreira;	Observa-se semelhança.
Falta abertura de vagas através de concursos para cargos especializados (museólogo, conservador, arquivista, turismólogo);	Observa-se semelhança. Apenas a vaga para historiógrafa segue no museu.
Falta de autonomia política;	Observa-se semelhança.
Falta regulamentação da instituição com cargos e organograma;	Observa-se semelhança.
Morosidade na solução de problemas.	Observa-se semelhança.
Morosidade para recuperação e restauro estrutural e do acervo, causados por acidentes naturais;	Observa-se semelhança.

Falta de plano de emergência;	Observa-se semelhança.
Falta de plano de gestão de risco.	Observa-se semelhança.
Falta de recursos financeiros próprios e autonomia financeira.	Observa-se semelhança.
Falta de segurança global e sistema de segurança com câmeras;	Observa-se semelhança.
Falta de capacitação para profissionais da área para atuação em museus;	Observa-se semelhança.
Identificado desrespeito e machismo com a chefia feminina e as funcionárias do museu.	Observa-se: semelhança em parte, com alterações positivas na solução do problema
Distâncias no espaço do Sítio Histórico (12 mil m ²) dificultam comunicação e deslocamento para atendimento do público;	Observa-se: semelhança em parte, com alterações positivas na solução do problema (uso do whatsapp).
Falta ferramentas e sistema de comunicação interno.	Observa-se: semelhança em parte, com alterações positivas na solução do problema

Fonte: elaborado pela autora, 2022.

Na comparação destacamos as inúmeras recorrências entre os distintos períodos. Cabe avaliar as possíveis consequências do contexto particular relacionado ao aspecto regional, nacional, econômico e político. Deste modo, é preciso considerar a origem histórica e a relação com os desdobramentos como museu ferroviário que é impactado pelo abandono a partir da erradicação da ferrovia no Brasil e a transferência dos bens de valor histórico para o Instituto de Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN). Sendo que em período anterior, com a RFFSA ativa, a gestão dos museus ferroviários era coordenada pelo Programa de Preservação do Patrimônio Histórico (PRESERVE/PRESERFE). Na ocasião, a museóloga Maria Elisa Carrazzoni coordena o Programa, sediado no Rio de Janeiro, com equipes especializadas com museólogas funcionárias da RFFSA nos diferentes museus, inclusive em São Leopoldo. Com a extinção da Rede alguns museus ferroviários fecharam, outros foram absorvidos pelo poder público municipal, estadual ou órgão de administração privada em regime de concessão, ficando para cada um a gestão da instituição, porém desprovido dos profissionais da museologia.

Se observa no comparativo da Tabela 2 a permanência de aspectos identificados na gestão de 2009-2012. Chama a atenção o fato de os itens terem sido parte de um diagnóstico utilizado para o encaminhamento de alternativas para solução

de parte dos problemas, porém poucas evidências e ações são identificadas dez anos depois, no período de 2020-2022.

Entre as inquietações, fica a reflexão sobre a tomada de decisão do gestor frente à falta de políticas públicas que subsidiam condições de existência de uma instituição museológica. Não cabendo ao gestor ou aos funcionários o ônus da responsabilidade das desmotivações, das dificuldades de atuação e de convivência que dizem respeito ao reflexo da falta de estrutura organizacional com equipe especializada e clareza das tomadas de decisão como pontos estratégicos para a recepção de público e uso do museu para além de um museu-espetáculo.

Sobre o lugar do gestor, a liderança e a coordenação do grupo, para tanto sendo necessário identificar de que maneira os fatos produzem ressonância. Qualquer que seja a situação, o eco das questões institucionais eclode em atitudes que podem ser ponderadas ou enérgicas, propositivas ou mesmo de engessamento do gestor que se encontra diante da possível incapacidade de uma decisão. Importante identificar caminhos para se obter ferramentas para tomada de decisão, sejam micro ou grandes decisões. No exercício democrático da gestão, é preciso observar os movimentos individuais e do grupo, assim como exercitar a observação do gestor na coordenação. Destaca-se, neste contexto, a importância de considerar os inúmeros atravessamentos que incluem desde conflitos e disputas (internas, externas ou ambas), até pressão política e econômica, passando por movimentos de desconforto do grupo, falta de recursos, emergências, imprevistos, avarias e vandalismos. O sentimento de potência e/ou impotência diante da complexidade encontrada na gestão do museu [que compreende a experiência como parte de sua natureza] gera por sua vez atitudes assertivas ou equivocadas. (BEMVENUTI, CURY, 2017)

Entre as inquietações: de que maneira realizado um planejamento estratégico, perspectivar e fazer funcionar um museu, considerando a falta de política pública? Podemos nos ater nas ações do gerir como o planejar, que não se trata de um fazer descolado da política e das tensões decorrentes das características apontadas pelo diagnóstico. Planejar tampouco se trata de não cometer erros, mas atentar para as contradições e as adversidades de uma instituição que carece de reconhecimento do seu fazer distinto do museu-espetáculo. Porém, o destaque se trata de reconhecer a necessidade de assinalar tensões com desdobramento para a gestão, que de fato decorrem do uso da instituição para outras finalidades que não compactuam com o museu a sua natureza e função. Reitera-se a necessidade do fortalecimento das políticas públicas, entre elas aquelas que garantam: quadro de funcionários técnicos

especializados; recursos financeiros e autonomia administrativa, dentre tantos outros que tangenciam o gerir um museu a fim de que este possa ser um museu.

Os dados apresentados brevemente evidenciam a necessidade de aprofundamento das reflexões quanto aos modelos e ferramentas de gestão. A problemática explorada elucida a necessidade de entendimento de museu como lugar múltiplo e de muitos públicos, que proporciona experiências distintas, porém considerando o contexto específico de um museu ferroviário enquadrado no patrimônio industrial, cabe destacar que administrar requer compreender os processos de salvaguarda e comunicação nas dimensões administrativa, política e técnica (BEMVENUTI, CURY, 2017).

O comparativo não tem a pretensão de apresentar uma análise aprofundada, trata-se de um estudo preliminar para reflexão em processo, necessário para o fazer atual da gestão e perspectivas futuras. Pretende-se utilizar os dados na elaboração de um novo Plano Museológico e, assim, qualificar os processos, apontando para o exercício de uma gestão de museu atenta e consonante com outras questões que são emergentes com as práticas antirracista, antifascista, antimachista e decolonial.

Referências

ABREU, Salomé Carvalhido Videira de. **Organização e Gestão de Museus**: Estudo e análise para um Modelo Sustentável. Portugal, 2008. 161f. Dissertação (mestrado em Museologia). Universidade do Porto.

BEMVENUTI, Alice. **Gestão de museu**: comunicação e público – estudo sobre o Museu do Trem, São Leopoldo, RS (2009-2012). São Paulo, 2016. 286f. Dissertação (mestrado em Museologia) Universidade de São Paulo.

BEMVENUTI, Alice; CURY, Marília Xavier. **Gestão de Museu: Princípios e Processos na Comunicação**. Marília: ENANCIB, 2017.

BRUNO, M. C. de O. **Processos Museológico: os caminhos para a gestão dos museus**. In CURY, M.X. (Org.) **Fronteiras Regionais e perspectivas Nacionais – Seminário Interdisciplinar em Museologia**. 1ed. Blumenau: Fund. Herman Hering, 2014, v. 1, p. 100-105.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977.

CURY, Marília Xavier. **Exposição: concepção, montagem e avaliação**. São Paulo: Annablume, 2005b.

MUSEU DO TREM. **Relatório de Gestão** c/ planilhas 2009-2012. São Leopoldo, 2012. 44 fl

MUSEU DO TREM. **Plano Museológico** 2013-2022. São Leopoldo, 2015.

MUSEU DO TREM. **Relatório 2016/1**. São Leopoldo, 2016. 21 fl

MUSEU DO TREM. **Relatório de Gestão** 2016-2020. São Leopoldo, 2020.

D.3. Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul: organização e possibilidades

Gabriela Gonçalves da Rosa ferreira
Mestra em Museologia e Patrimônio;
Universidade Federal do Rio Grande do Sul;
gabrielaferreira.adm@hotmail.com

Resumo: O presente artigo tem como objetivo discorrer brevemente sobre como o Sistema Estadual Estadual de Museus do Rio Grande do Sul foi organizado, destacando o seu papel no que diz respeito ao setor museal no estado. Para isso, foi realizado um levantamento de dados históricos do Sistema Estadual de Museus, bem como um levantamento e exame de documentos a respeito do setor museológico local e nacional. O Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul foi, em diferentes níveis, relevante como elemento integrador dos museus do estado, bem como propulsor de desdobramentos dentro do setor museal como um todo. Cabe destacar a relevância do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul como órgão entre os pioneiros no Brasil em subsidiar o debate institucional sobre museus, salientando o número expressivo de museus e a alta densidade museológica presente no estado. Sendo assim, o Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul tem um papel de destaque no desenvolvimento de políticas públicas administrativas e na economia política dos museus.

Palavras-chave: Economia Política. Gestão. Museus. Políticas Públicas.

Com a criação do Sistema Nacional de Museus em 1986, uma das políticas públicas para os museus com incentivo do governo federal, teve como desdobramento a criação de sistemas de museus em vários estados. Os pioneiros foram criados nos estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Com o desmonte da área cultural nacional, ocorrido nos anos 1990, a atuação do Sistema Nacional de Museus teve suas ações descontinuadas, havendo uma retomada de sistematização apenas a partir dos anos 2000. Mas exatamente em 1990, o governo do Rio Grande do Sul, em conjunto com as instituições museológicas e os profissionais envolvidos, se organizaram para criação de um sistema de museus a fim de encaminhar para aprovação do Legislativo estadual. Assim, através do Decreto nº 33.791 de 21 de janeiro de 1991, foi criado o Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul (SEM/RS), cujas atribuições estão relacionadas a: promover a articulação entre os

museus do Estado, estabelecer e acompanhar programas e atividades junto das entidades museológicas, estabelecer e divulgar padrões e procedimentos técnicos com vistas a melhoria dos museus e propor formas de provimento de recursos destinados à área museológica do Estado. (DUARTE, 2013). Interessante observar dentre as atribuições do SEM/RS o provimento de recursos, preocupação presente e de importância para a sustentabilidade institucional e sua respectiva gestão financeira. De acordo com Mizukami (2014), torna-se, então, o terceiro sistema de museus estadual a ser instaurado no país.

O Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul (SEM/RS) é, desde então, um órgão vinculado à Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul. O Sistema Estadual de Museus (SEM/RS) é um órgão da Secretaria de Estado da Cultura (Sedac) do governo do Estado do Rio Grande do Sul, que visa sistematizar e implementar políticas de integração e incentivo aos museus de todo o Estado, com diretrizes estabelecidas de forma democrática e participativa por estas instituições. (MIZUKAMI, 2014, p. 36). Cabe destacar a relevância do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul como órgão entre os pioneiros no Brasil em subsidiar o debate institucional sobre museus, salientando o número expressivo de museus e a alta densidade museológica presente no estado, como indicado anteriormente. De acordo com Duarte (2013), o Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul (SEM/RS) foi desenvolvido a partir da Coordenadoria Estadual de Museus do Rio Grande do Sul (CEM/RS) que, desde 1986, buscava organizar o setor de museus no estado. A organização estadual dos museus foi compelida pela onda de revitalização de espaços públicos, em especial de cultura, que vinha dentro do contexto de ocupação de espaços no período de redemocratização do Brasil.

Segundo documentos existentes nos arquivos do atual Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul (SEM/RS), os passos para a institucionalização da CEM/RS começaram em 1986 e foram consolidados no ano seguinte, fazendo parte da Subsecretaria de Cultura – que seria a divisão de Cultura da Secretaria Estadual de Educação e Cultura, Lei 2345/54 –, e do Conselho de Desenvolvimento Cultural (CODEC). A Coordenadoria, leia-se gestores em conjunto com a comunidade museológica, objetivava desenvolver diretrizes para atender às demandas e

necessidades do setor. (DUARTE, 2013, p. 15). Respeitando os parâmetros de divisão territorial preestabelecida, as regiões geográficas do estado do Rio Grande do Sul foram divididas em sete núcleos, formando assim as sete regiões museológicas (RM). O SEM/RS é composto por sete regiões museológicas. O Estado foi dividido geograficamente e os dirigentes de museus e coordenadores regionais reúnem-se periodicamente e discutem junto com o Fórum, tentando dar conta das solicitações, através da remessa de demandas aos órgãos de competência. (BERTOTTO, 2007, p. 39). As regiões museológicas foram instituídas para facilitar a organização das atividades do SEM e com o intuito de congregiar os museus conforme as referências regionais. Esta divisão é utilizada até os dias de hoje, e os coordenadores regionais exercem suas funções de modo voluntário, sendo eleitos de forma direta dentre os profissionais dos museus das respectivas regiões. Atualmente, como se identifica na Figura 1, as regiões museológicas têm suas sedes nas cidades de seus coordenadores regionais: 1ª RM, com sede em Guaíba; 2ª RM, com sede em Bento Gonçalves; 3ª RM, com sede em Passo Fundo; 4ª RM, com sede em São Luiz Gonzaga; 5ª RM, com sede em Santa Maria; 6ª RM, com sede em Dom Pedrito e, 7ª RM, com sede em Pelotas.

Considerações Finais

Podemos considerar que o Sistema Estadual de Museus é um órgão fundamental para a organização dos museus do estado do Rio Grande do Sul, tanto pela sua capacidade sistêmica quanto difusora. As diretrizes estabelecidas pelo órgão, que envolvem ampliar a participação e a integração dos museus, são fundamentais para a manutenção da economia política dos museus. Tais características, fazem do Sistema um agente potente no desenvolvimento dos museus, contudo, as redes já estabelecidas necessitam ser alimentadas de forma estruturada, para que haja um desenvolvimento substancial dos museus que integram o Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul.

Referências

BERTOTTO, Márcia Regina. **Análise das políticas públicas para museus no Rio Grande do Sul: um estudo de sua eficácia no desenvolvimento das instituições museológicas gaúchas. 2007.** 166 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

DUARTE, Carine Silva. **Da cem ao sem: memória e trajetória do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul.** TCC. Bacharelado em Museologia. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

MIZUKAMI, Luiz Fernando. **Redes e sistemas de museus: um estudo a partir do Sistema Estadual de Museus de São Paulo.** 2014. Dissertação (Mestrado em Museologia) - Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

D.4. Herbário RSPF: 50 anos a serviço da comunidade

Júlia de Moraes Brandalise

Graduação; Universidade de Passo Fundo

juliabrandalise@upf.br

Flávia Biondo da Silva

Mestre; Universidade de Passo Fundo

biondo@upf.br

Cristiano Roberto Buzatto

Doutor; Universidade de Passo Fundo;

cristiano@upf.br

Resumo: Este trabalho tem como objetivo contar a história do Herbário RSPF, vinculado ao Museu Zoobotânico Augusto Ruschi (Muzar), no *Campus I* da Universidade de Passo Fundo (UPF). Apresentamos as principais atividades registradas e desenvolvidas desde 1972, ano de sua criação, até 2022, quando completa seus cinquenta anos. Para isso, utilizamos registros fotográficos e jornalísticos, diálogo com funcionários e curadores, além de pesquisa em *sites* e dissertações. Encontramos diversos registros e vivências, incluindo exposições, homenagens a naturalistas e resgate da flora nativa. O Herbário RSPF passou por vários espaços, teve três curadorias, Prof. Edarci Michelin até 1979, Ms. Branca Maria Aimi Severo até 2016 e Dr. Cristiano Roberto Buzatto, de 2016 até os dias atuais. Hoje, mantendo um acervo de aproximadamente 15.000 exsicatas, presta vários serviços à comunidade. Considera-se que o Herbário RSPF é uma fonte extremamente preciosa de conhecimento científico, contribuindo de diversas maneiras para a pesquisa e como fonte pedagógica. Sendo assim, devemos preservar e reconhecer sua importância, tanto científica quanto social e histórica a serviço da comunidade.

Palavras-chave: Acervo, Coleção, Botânica, Exsicatas, Museu.

Os herbários de um modo geral são ferramentas imprescindíveis no desenvolvimento do conhecimento científico, sendo constituído por uma coleção de espécimes de plantas desidratadas, fixadas em exsicatas e com suas devidas etiquetas de identificação e informações pertinentes. Um herbário tem diversos usos, dos quais destacam-se a pesquisa, a educação, o treinamento de recursos humanos e a divulgação científica (FUNK, 2004). Neste sentido, as coleções botânicas

possibilitam a comparação de espécimes para estudos taxonômicos, sistemáticos, biogeográficos, morfológicos, anatômicos, ecológicos, etnobotânicos e paleontológicos (FUNK, 2004). Servem ainda, como base para os inventários florísticos, identificação de espécies, comparação dos espécimes a partir de características morfológicas da planta, além de apresentarem a história de distribuição de uma determinada espécie ou de um botânico e suas coletas (NETO, 2013).

O Herbário RSPF está localizado junto ao Museu Zoobotânico Augusto Ruschi (Muzar), ambos vinculados à Universidade de Passo Fundo (UPF). Neste resumo, iremos abordar a história do Herbário RSPF, desde sua criação até os tempos atuais e como ele aumentou seu acervo no passar destes anos, as principais atividades realizadas e as pessoas imprescindíveis que contribuíram para isso. Para este propósito, consultamos os registros físicos presentes no Muzar, incluindo fotos e relatos pessoais dos funcionários, além de fontes *online*, incluindo sites e dissertações. Com base nos resultados encontrados, o Herbário RSPF foi iniciado em 1972 e oficializado em 1975, completando em 2022, 50 anos de sua criação. Os primeiros exemplares que fizeram parte do acervo, foram as coletas de Marly Nicolini anexadas ao Herbário por meio de doação. Até meados de 1978/1979 o responsável pelo Museu Zoobotânico e o Herbário foi o Prof. Edarci Michelin e na sequência a Profa. Branca Maria Aimi Severo deu continuidade e enriquecimento à coleção, principalmente durante sua pesquisa de mestrado sobre *Aristida* L. (Poaceae) e continuando através de aulas e a orientação de pesquisas de iniciação científica. Em 1993 passou a ser curadora exclusivamente do Herbário RSPF.

Através do Herbário UPF, assim inicialmente chamado, a Profa. Branca, organizou e realizou em 1986, o 2º Encontro Estadual de Herbários do Rio Grande do Sul, onde, com a presença do Presidente da Sociedade Botânica do Brasil, Dr. Alfredo Gui Ferreira e o Diretor do ICB, Prof. José Carlos Moraes, foi descerrada a placa nominando o espaço como Museu Zoobotânico Augusto Ruschi. A partir da década de 1980, o Herbário UPF passou a ser denominado Herbário RSPF, devido uma reorganização por siglas os herbários de todo o Brasil. Durante sua curadoria diversas atividades foram realizadas em conjunto com o Muzar, destacando as Exposições de Orquídeas, em parceria com Orquidário da UPF e o apoio de seu responsável, Prof. Adil Oliveira Pacheco (Figura 1A). Em 1994 e 1995 o Herbário RSPF e Muzar

trouxeram uma exposição com os resgates históricos de Karl Friedrich Philipp Von Martius (1794-1868) e outra sobre o naturalista alemão Alexander Von Humboldt (1769 - 1859), ambas concebidas e montadas pelo Herbário HUCS da Universidade de Caxias do Sul. As exposições eram constituídas de ilustrações, fotografias das expedições, das plantas observadas, anotações, fotos e histórico dos naturalistas (Figura 1A-B).

Além das atividades envolvendo exposições, em 1997 foi realizado o resgate de uma espécie de bromélia epífita, que se encontrava em situação de risco em local público do município e foi manejada para diferentes locais. Incluindo o *Campus I* da UPF, onde se mantém viva até os dias atuais, após 25 anos, se tornando um patrimônio natural de Passo Fundo (Figura 1C). Continuando ativo, o Herbário RSPF serve como fonte pedagógica, ilustrando aulas práticas, disponibilizando material para pesquisa e recebendo a inclusão de novos espécimes na coleção, resultantes de iniciação científica, dissertações e teses.

Conforme Silva & Benetti-Moraes (2007), o Muzar passou por vários espaços dentro da estrutura da UPF e o Herbário RSPF seguiu sempre junto ao museu (Figuras 1 D–F). Do Laboratório (1972) no Campus II da UPF para o térreo do Instituto de Ciências Biológicas, em 1983, junto à sala de exposições e após, por um período curto, recebeu uma sala própria, no mesmo andar, ao lado do Muzar, no espaço que foi sede do Diretório Acadêmico Paschoal Pasa (DAPP). Em 1998, foi mudado para o subsolo do mesmo prédio, melhorando, inclusive, a estrutura de armazenamento, dispondo de armários de aço até os dias de hoje. Em 2009, foi transferido para o prédio atual do Muzar, reaberto para a comunidade em 2010, onde permanece.

A curadoria do Herbário RSPF ficou sob a responsabilidade da Profa. Me. Branca M. A. Severo até meados de 2016, a partir do qual, o botânico, pesquisador e professor Dr. Cristiano Roberto Buzatto assumiu essa responsabilidade. O acervo atual do Herbário RSPF conta com aproximadamente 15.000 exsiccatas e se encontra em fase de manutenção e digitalização dos dados, bem como a reestruturação das famílias botânicas de acordo com a sequência filogenética. O Herbário RSPF contou sempre com diversos estagiários e funcionários, servindo como experiência profissional, vivência pessoal e identificação de espécies, o que colaborou no

atendimento à comunidade.

Por fim, apresentamos um pouco da história do Herbário RSPF mostrando alguns fatos marcantes e principais realizações para a construção do conhecimento científico e como este acervo serve como fonte da história natural de diversas espécies botânicas e patrimônio histórico-cultural, sempre a serviço da comunidade.



Figura 1: Principais atividades desenvolvidas pelo herbário RSPF e visão geral da coleção. A: Primeira exposição de orquídeas, 1991. B: Exposição do resgate histórico de Alexander von Humboldt, 1995. C: Resgate de uma bromélia na cidade de Passo Fundo, 1997. D: Primeiro acervo do Herbário RSPF. E: O Herbário RSPF localizado no espaço do DAPP. F: Atual local do acervo.

Referências

FUNK, V. 100 uses for an Herbarium (Well at Least 72). **American Society of Plant Taxonomists Newsletter**. 17 (2) 17-19, 2004.

NETO, P. C. G., et al. **Manual de procedimentos para herbários**. Recife: Universitária UFPE, 2013.

SILVA, F. B. A dinâmica de um museu de ciências naturais: a transformação paradigmática do Museu Zoobotânico Augusto Ruschi. 2005. **Dissertação**, Mestrado–Universidade de Passo Fundo.

SILVA, F. B.; BENETTI-MORAES, A. A percepção desafiando a ciência. **Revista Brasileira de Museus e Museologia**, Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Departamento de Museus e Centros Culturais, 2004, n. 3, p. 85 - 92, 2007.

D.5. Gestões, coleções, histórias e memórias: breve estudo das instituições museológicas de Torres-RS no cenário turístico da região.

Luana Gonzalez Bassa

Museóloga COREM RS 0184-I;

Secretaria da Cultura e do Esporte - Prefeitura Municipal de Torres/RS; museu@torres.rs.gov.br

Resumo: Compreende-se as instituições museológicas do município de Torres como aparelhos culturais em prol do desenvolvimento do turismo e da preservação do patrimônio cultural, a fim de fortalecer a identidade local e enaltecer as histórias e memórias coletivas. Estes espaços foram moldando-se às necessidades e possibilidades, e ao conhecer a trajetória de cada instituição pretende-se dar continuidade ao trabalho já desenvolvido, e ainda, apresentar o trabalho de profissionais de museus como agentes transformadores para o bom funcionamento destes espaços, através de ações de conservação, gestão e comunicação. Recentemente, o município de Torres passou a integrar o Geoparque Caminho dos Cânions do Sul, recebendo a chancela de Geoparque Mundial da Unesco com um território que abrange sete municípios, quatro localizados no estado de Santa Catarina e três no Rio Grande do Sul com forte potencial paisagístico e cultural fazendo com que a sociedade e o poder público voltem seus olhares para as questões de preservação e valorização do patrimônio natural e cultural e então, a função social destas instituições museológicas serão fundamentais para o desenvolvimento destas questões.

Palavras-chave: Museu; Turismo; Museólogo; Gestão; Identidade

O município de Torres está localizado no litoral norte do Rio Grande do Sul, suas paisagens formadas por dunas, falésias, mar, lagoa, praias e o Rio Mampituba, divisa natural dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, criam um cenário propício para a contemplação e bem estar.

A história desta região aponta que há muitos anos esta praia é habitada, justamente por proporcionar condições ideais para a sobrevivência permitindo a permanência das comunidades que aqui passaram e se formaram, confirmado pelos estudos nos sítios arqueológicos locais, os sambaquis, onde foram encontrados vestígios de habitantes desta região há mais de dois mil anos antes do presente. Desde então, a localização estratégica e as condições ideais propiciaram a formação do município contada pela história e memória local.

Serão brevemente apresentadas cinco instituições museológicas do município de

Torres que retratam, fatos que compõem a identidade local. São eles: Museu Histórico, Antropológico, Arqueológico e Oceanográfico de Torres (MHT), Museu Três Torres (M3T), Chalé Memorial do Surf, Memorial do Balonismo e Museu Rural de Torres. As palavras estampadas na bandeira municipal revelam duas forças do desenvolvimento local e refletem diretamente na tipologia destes espaços e acervos, são elas: agricultura e turismo.

O potencial turístico do município tem forte influência nestes espaços que reproduzem a imagem do município a seus visitantes tornando-os atrativos culturais. São muitas as necessidades que estas instituições museológicas passaram e ainda subsistem ao longo de suas trajetórias para a garantia de um desempenho satisfatório. São deficiências conhecidas no setor museológico como, falta de fomento e capacitação de recursos humanos, escassez de materiais para a salvaguarda e comunicação do acervo.

Com a participação do município de Torres no Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul foi possível observar uma mudança abrupta nas questões referentes ao turismo da região e conseqüentemente sentidas nestas instituições museológicas, uma vez que este projeto tem como uma de suas premissas a valorização do patrimônio cultural e identidade local, fatores

relacionados com a função social desempenhadas por estes espaços. O alento está em compreender o momento como favorável para o investimento nestes espaços para que se tornem atrativos e possam de fato desempenhar suas devidas funções.

O Museu Histórico, Antropológico, Arqueológico e Oceanográfico de Torres, está ligado à Secretaria da Cultura e do Esporte da Prefeitura Municipal de Torres e foi criado através da Lei municipal nº 1531 de 19 de setembro de 1973, com o nome de Museu Histórico. A Lei Municipal nº 2338 de 18 de maio de 1988 altera o nome para que tivesse explícito a variedade de acervo que este local salvaguarda e dá outras providências. Sendo assim, é a instituição museológica mais antiga do município e tem na sua essência o estilo tradicional de museu, coleções de personalidades da história local, artefatos arqueológicos oriundos dos sambaquis locais, fotografias, o arquivo histórico municipal entre outros acervos relacionados às

tipologias citada em seu nome composto.

Está localizado na rua mais antiga da cidade, no centro histórico, e atualmente está em processo de reformulações das exposições, melhoramentos no acondicionamento, salvaguarda e documentação do acervo, bem como a elaboração e implementação do regimento interno e do plano museológico, exigência legal, instituída pela Lei nº 11.904/09 e pelo Decreto nº 8.124/2013.

O Museu Três Torres pertence à Associação dos Amigos da Praia de Torres - SAPT, esta associação que antes levava o nome de sociedade foi fundada em 1936 no município de Torres. Um grupo de amigos influentes vindos na maioria de Porto Alegre e Caxias do Sul que passavam os verões desfrutando do balneário e seus inúmeros benefícios, perceberam o potencial deste município. As necessidades e a quantidade de veranistas aumentaram e a sede esportiva foi projetada e construída, é nesse prédio que o Museu Três Torres está localizado, desde sua inauguração em 1996.

A exposição foi reformulada e a documentação do acervo atualizada, dando continuidade ao trabalho que vinha sendo desenvolvido. É importante ressaltar que o acervo desta instituição museológica tem forte potencial e conta além da história do clube muito da história do município, sendo fonte de inúmeras pesquisas.

O Chalé Memorial do Surf carrega em seu nome três grandes assuntos. O chalé construído em 1920 que pertenceu à família pioneira do surf no Rio Grande do Sul, o memorial por ser um espaço de história da cultura desse esporte, o surf, praticado desde a década de 50 nas praias de Torres, em especial na Praia dos Molhes onde está situado, portanto dialoga com seu entorno. Há muito que se trabalhar neste local, por ser um espaço recente, inaugurado em 2018, porém com forte potencial.

O Memorial do Balonismo é uma iniciativa diretamente ligada ao turismo, como um serviço do Centro de Atendimento ao Turista, trata de um espaço que expõe a história deste festival que completou sua 32ª edição do Festival Internacional de Balonismo e que faz parte da identidade local, além de atrativo turístico.

O Museu Rural de Torres está localizado no interior do município e aborda as

questões relacionadas com o meio rural, é interessante ressaltar que o espaço surgiu no final de 2021 como resultado concreto da criação e consolidação do roteiro rural Raízes de Torres, uma iniciativa de valorizar as belezas do interior do município.

É, portanto, a mais recente instituição museológica do município, surgiu e foi inaugurada de forma espontânea, no ritmo necessário dos moradores da região que aproveitaram a inauguração do roteiro turístico para apresentar, com muito orgulho, ao prefeito e demais autoridades a sua cultura. Este movimento tem uma carga de pertencimento da comunidade muito significativo ao criar a partir de seus objetos pessoais, uma instituição museológica que preserve e conte suas histórias e memórias, voltada para o desenvolvimento do turismo.

A relação dos profissionais de museus, profissionais de turismo juntamente com parceiros da comunidade, turistas e o poder público tornam estas instituições museológicas espaços culturais que preservam e valorizam a história e memória local além de enaltecer a identidade da comunidade, criando vínculos de pertencimento e salvaguarda do patrimônio cultural e natural do município em prol do desenvolvimento sustentável da região.

Referências:

MARIO DE SOUZA CHAGAS; VLADIMIR SIBYLLA PIRES. **Território, museus e sociedade: práticas, poéticas e políticas na contemporaneidade**. Rio de Janeiro: UNIRIO; Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2018.

MUSEU E TURISMO: ESTRATÉGIAS DE COOPERAÇÃO – BRASÍLIA, DF : IBRAM, 2014

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. Teoria museológica: Waldisa Rússio e as correntes internacionais. In: Bruno, Maria Cristina Oliveira (org.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. v.2. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado de Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010b. p. 145- 154.

_____. **Gestão de museus, um desafio contemporâneo: diagnóstico museológico e planejamento**. Porto Alegre: Medianiz, 2013.

Site do Geoparque Caminho dos Cânions do Sul. Disponível em:

<<https://canionsdosul.org/>>. Data do acesso: 16/04/2022.

Carta de Rio Grande

Por uma política pública de inclusão social e democrática para construção da memória nacional e preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Na expectativa de renovação dos governos estaduais e federal, em momento eleitoral tão importante, abre-se a perspectiva do debate sobre a implantação de políticas culturais amplas em todo o país, que possibilitem discutir o setor museológico. Nossas instituições de memória, que deveriam ocupar papel estratégico nas políticas culturais, têm buscado garantir a conservação do patrimônio cultural nacional, mesmo sem políticas definidas, sobrevivendo com seus próprios meios ou com os poucos recursos destinados pelo setor público.

Compreendemos que é urgente a implementação de uma política de preservação do patrimônio cultural que valorize a cultura nacional e promova a percepção das diversas identidades culturais existentes no país. Consideramos que os bens e manifestações culturais são suportes fundamentais da memória social e que, portanto, as políticas públicas de preservação devem ser pensadas a partir da ótica da inclusão social, da construção da cidadania, da garantia do acesso aos bens culturais, do conhecimento da própria trajetória histórica, do reconhecimento da diversidade cultural e das múltiplas identidades sociais que formam a nacionalidade brasileira.

Neste sentido, durante a assembléia do dia 18 de maio (Dia Internacional dos Museus), no encerramento do 8º Fórum Estadual de Museus (realizado de 13 a 18 de maio de 2002, na cidade de Rio Grande, Rio Grande do Sul), foi aprovada, por todos os cerca de 200 participantes com representações de 12 estados – entidades em nível nacional, estadual e municipal, trabalhadores de museus, representantes de

instituições museológicas, técnicos da área do patrimônio e estudantes - , a **Carta de Rio Grande**, documento que visa propor aos candidatos a governador dos diversos estados e aos candidatos a presidente, a necessária implantação de uma política para o setor museológico e de patrimônio cultural em níveis estaduais e federal:

1. Princípios Orientadores para uma Política Nacional de Patrimônio Cultural e Museus

Estabelecimento de políticas na área de patrimônio cultural e museus que visem a democratização do acesso aos bens culturais nacionais e estaduais, buscando a consolidação das políticas públicas no resgate da memória e das identidades locais;

A valorização do patrimônio cultural sob a guarda dos museus, compreendendo que estes têm valor estratégico nacional na afirmação das diversas identidades regionais; Respeito à diversidade cultural do povo brasileiro frente aos processos de homogeneização decorrentes da globalização;

1.4 Ampliação e garantia do acesso público ao patrimônio cultural nacional, regional e municipal frente a subordinação das políticas públicas, as exigências de auto sustentabilidade do patrimônio cultural e aos processos de apropriação privada das referências da cultura nacional;

1.5 Reconhecimento dos direitos das comunidades organizadas de participar, em conjunto com os técnicos de patrimônio, dos processos de tombamento (discussão, aplicação, fiscalização) e definição do patrimônio a ser preservado;

2. Políticas de Gestão e Organização do Setor Museológico

2.1 Política de reestruturação do setor com a retomada do Sistema Nacional de Museus e dos respectivos Sistemas Estaduais;

2.2 Revitalização do Programa Nacional de Museus;

2.3 Criação de uma legislação que oriente a atuação dos museus em todo país; 2.4 Criação do Cadastro Nacional de Museus, visando registrar a realidade das mais de

2.000 instituições existentes no país;

2.5 Integração de todas as instâncias governamentais à gestão do patrimônio cultural, que passariam a ter responsabilidades pela preservação de nossos bens culturais;

3. Políticas de Democratização e Acesso aos Bens Culturais em aberto para acréscimos ou excluir

Criação de políticas de apoio à informatização dos museus brasileiros; Apoiar e facilitar o processo de digitalização de informações de caráter científico e museológico existentes nos museus brasileiros;

Apoio a criação de redes virtuais de informação entre os museus brasileiros, a fim de facilitar a pesquisa, o desenvolvimento dos profissionais de museus e democratizar o acesso ao conhecimento;

4. Políticas de Financiamento e Fomento aos Museus Nacionais e Estaduais

4.1 Criação do Fundo de Apoio ao patrimônio cultural e museus em nível federal e nos estados;

4.2 Criação de Programas de Qualificação de Museus junto ao CNPq e CAPES e Fundações de Amparo à Pesquisa nos estados;

4.3 Criação de políticas de apoio e difusão da produção intelectual e científica dos museus nacionais e estaduais, bem como de seus acervos;

4.4 Estabelecimento de parcerias entre as diversas esferas do poder público e iniciativa privada, possuidores de bens culturais, com base em critérios técnicos relativos à preservação do patrimônio cultural;

5. Políticas de Capacitação e Formação

5.1 Criação de Programas de Capacitação para técnicos do setor, com a ampliação da oferta de cursos de graduação, pós-graduação, oficinas e cursos de aperfeiçoamento nas diversas áreas de atuação dos museus;

5.2 Inclusão da Educação Patrimonial nos currículos escolares;

5.3 Apoio a realizações de seminários e congressos e outros fóruns de discussão para divulgação da produção científica;

5.4 Criação de políticas de apoio à publicação intelectual e científica e à difusão da produção editorial na área de museologia;

6. Políticas de Aquisição e Gerenciamento de Acervos e Bens Culturais

6.1 Criação de políticas de aquisição, documentação, pesquisa e conservação dos acervos nos níveis estaduais e nacional;

6.2 Regulamentação do uso do espaço público a fim de melhor ser utilizado pela iniciativa privada;

6.3 Estabelecimento de política de regramento em relação à comercialização dos acervos e coleções privadas, de forma a impedir as transferências ou vendas destes, que já pertencem à história de uma comunidade.

Rio Grande, 18 de maio de 2002 – Dia Internacional dos Museus

PLANO SETORIAL DE MUSEUS RIO GRANDE DO SUL

Apresentação

A construção de políticas públicas específicas voltadas para o setor, torna-se um elemento garantidor de uma agenda política que centre no debate de um planejamento que sinalize caminhos a serem estabelecidos para o fortalecimento da museologia do Rio Grande do Sul – RS.

Este debate é estratégico, ao colocar os museus em pauta, num cenário de retomada da produção cultural no estado, a partir da organização e ampliação dos instrumentos de fomentos, da participação de membros por meios de colegiados setoriais, fóruns e conferências, de novas formas de se comunicar, como o mapa digital da cultura do Rio Grande do Sul e o conexões globais. E, também de estar conectado aos avanços nacionais nas políticas públicas para os museus, ao longo desses dez últimos anos, como a Política Nacional de Museus – PNM, o Estatuto Brasileiro de Museus e o Plano Nacional Setorial de Museus, que fortalecem o campo de atuação da museologia no cenário brasileiro.

Estas propostas são oriundas do 13º Fórum Estadual de Museus do RS que enfatizou o tema “Políticas Museais – a memória, os avanços e a contemporaneidade” que objetivou refletir sobre a Política Nacional de Museus e o Plano Nacional Setorial de Museus; a atuação do Colegiado Setorial de Museus na redação do Plano Estadual de Cultura do RS; a importância da Carta de Rio Grande (20002), que estão alicerçadas nas políticas do setor.

Com o intuito de espriar ainda mais o debate, iniciou-se o processo de estimular as sete regiões museológicas a pensar estas diretrizes, estratégias, ações e metas para qualificar e/ou quantificar as necessidades e potencialidades existentes nos museus do RS. Foram sete encontros realizados:

- 2º Região Museológica - 09 de setembro de 2013 – Caxias do Sul;
- 6ª Região Museológica - 18 de setembro de 2013 - Dom Pedrito;

- 3ª Região Museológica - 10 de outubro de 2013 - Erechim;
- 7ª Região Museológica - 24 de outubro de 2013 – Pelotas;
- 4ª Região Museológica - 08 de novembro de 2013 - São Luiz Gonzaga;

- 1ª Região Museológica - 25 de novembro de 2013 – Porto Alegre;
- 5ª Região Museológica - 11 de dezembro de 2013 – Santa Maria.

Breve histórico

- Surgiu da necessidade apontada na reunião de Coordenadores Regionais do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul, no dia de 28/05/12 na sala de reuniões do gabinete da Secretaria Estadual de Cultura do RS;
- Debate da temática de políticas públicas no Conexões Ibram/RS;
- Início de debates e de construção das propostas no 13º Fórum Estadual de Museus do RS sob o tema “Políticas Museais: a memória, os avanços e a contemporaneidade”;
- Os Encontros Regionais de Museus (2013), realizados nas sete regiões museológicas.
- Articulação do Colegiado em 2019 e novas consultas públicas; · Realização do 14º Fórum Estadual de Museus.

A continuidade do plano

Infelizmente, houve uma descontinuidade no processo de elaboração do plano, que veio a ser retomada numa articulação entre o Sistema Estadual de Museus - SEM e o Colegiado Setorial de Museus em 2019. Portanto, a partir desta perspectiva promoveu-se, uma nova constituição dos eixos que viabilizaria a atualização deste instrumento, adequando este documento aos novos desafios vigentes do próximo período.

Durante o 14º Fórum Estadual de Museus, cujo o tema intitulado de “Políticas Públicas - 20 Anos da Carta de Rio Grande, realizado em Pelotas, houve a consolidação do plano, por meio de outra dimensão, ampla e participativa. Tendo em

vista, que os presentes puderam fazer suas considerações a respeito da construção deste documento norteador a partir de diversas realidades, segundo as demandas que reflitam, respostas estratégicas e viáveis para o setor museal do RS.

Salienta-se que o plano foi construído por várias mãos, que de diferentes cantos do estado, puderam expressar suas inquietudes, frente aos desafios da área na contemporaneidade. Porém, existe um sentimento de esperança e a oportunidade de nos encontrar, oportunizou o estabelecimento de novas parcerias, o fortalecimento das regiões, bem como a troca de saberes e fazeres, que é consolidada a partir da dialética que envolve a vivência de cada gestor ou responsável pelas instituições, ao processo do conhecimento que é concebido pela formação contínua nas diferentes áreas que atuam dentro dos espaços museológicos.

O documento está dividido em cinco eixos que correspondem aos Grupos de Trabalho (GTs). Cada eixo é composto por um conjunto de diretrizes, que devem balizar a construção das metas. Essas, conforme solicitação da Secretaria Estadual de Cultura do RS (SEDAC) devem seguir o método S.M.A.R.T., anagrama em inglês dos adjetivos: *específicas, mensuráveis, alcançáveis, relevantes e temporais*.

Eixo 1: Políticas de Gestão e Organização do Setor Museológico

Diretriz 01: Fortalecer e ampliar os sistemas de museus em parcerias com instituições públicas, privadas e comunitárias, estabelecendo políticas públicas culturais voltadas para o campo museológico nas esferas estadual e municipal.

Estratégia 01: Fortalecer o Sistema Estadual e fomentar a criação de Sistemas Municipais de Museus.

<u>Ações</u>	<u>Metas</u>
1) Promover a realização regular de encontros e reuniões das Sete Regiões Museológicas e dos Sistemas Municipais.	<i>Meta 1:</i> Realizar no mínimo 1 encontro presencial em cada uma das Sete Regiões Museológicas. <i>Prazo:</i> anual.

2) Promover reuniões com entidades de representação dos municípios.	<i>Meta 2:</i> Realizar 2 reuniões que representem a municipalidade. <i>Prazo:</i> anual.
3) Dotar e assegurar ao SEM/RS infraestrutura e equipe técnica.	<i>Meta 3:</i> Realizar concurso público para o quadro do SEM/RS. <i>Prazo:</i> 4 anos.
4) Realizar o Fórum Estadual de Museus	<i>Meta 4:</i> Organizar o Fórum Estadual de Museus. <i>Prazo:</i> Bianual.
5) Atualizar e publicar o Guia Estadual de Museus.	<i>Meta:</i> Realizar a publicação em formato físico e virtual. <i>Prazo:</i> 4 anos.
6) Tornar obrigatório a inscrição dos museus junto ao SEM como critério de participação em editais de fomento.	<i>Meta:</i> Em todos os editais lançados. <i>Prazo:</i> Contínuo.

Estratégia 02: Incentivar a criação de quadros técnicos em consonância com o marco regulatório dos museus.

<u>Ações</u>	<u>Metas</u>
7) Incentivar a realização de concursos públicos e seleções de assessorias por meio de um processo amplo e democrático.	<i>Meta 1:</i> 30% dos museus do Rio Grande do Sul com corpo técnico; <i>Prazo:</i> 10 anos

8) Criar o cargo de museólogo nos quadros técnicos científicos do Estado do Rio Grande do Sul e dos municípios.	<p><i>Meta 1:</i> 20% de museus com profissionais museólogos em seus quadros funcionais</p> <p><i>Prazo:</i> 10 anos</p>
---	--

Estratégia 03: Orientar acerca da criação e extinção de museus, da elaboração de diagnósticos, de planos museológicos e de planejamento anual dos museus do Rio Grande do Sul.

<u>Ações</u>	<u>Metas</u>
1) Ofertar atividades formativas, disponibilizar materiais e divulgar resultados.	<p><i>Meta 1:</i> Garantir a difusão das atividades, dos materiais e dos resultados.</p> <p><i>Prazo:</i> Contínuo.</p>
2) Disponibilizar material informativo acerca das demandas para a criação ou extinção de museus.	<p><i>Meta 1:</i> Garantir que o material seja veiculado nas 7 Regiões Museológicas;</p> <p><i>Meta: 2:</i> Garantir que cada Região Museológica tenha como pauta o material em ao menos 01 reunião;</p> <p><i>Prazo:</i> 3 anos</p>

Diretriz 02: Reconhecer o papel articulador do Colegiado Setorial de Museus na construção de políticas públicas.

Estratégia 01: Garantir a representação do setor museológico no Conselho Estadual de Cultura do Rio Grande do Sul.

<u>Ações</u>	<u>Metas</u>
1) Fomentar a representação dos museus nos conselhos municipais de cultura e/ou políticas culturais.	<i>Meta 1:</i> Garantir a inclusão dos museus como setor cultural. <i>Prazo:</i> 2 anos.
2) Estimular e apoiar a divulgação das atividades do Colegiado Setorial de Museus, no sentido de promover a participação social e comunitária.	<i>Meta 1:</i> Oportunizar canal de difusão e conhecimentos destas ações. <i>Prazo:</i> Contínuo.

Eixo 2: Políticas de Democratização e Acesso aos Bens Culturais

Diretriz 01: Elaborar, implementar e promover políticas públicas que valorizem a diversidade cultural Sul-rio grandense.

Estratégia 01: Incentivar e promover a valorização, registro, preservação e difusão relacionadas às culturas indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais, levando em conta a diversidade cultural dos museus e espaços de memória do Rio Grande do Sul.

<u>Ações</u>	<u>Metas</u>
1) Estimular e promover a realização de atividades com ênfase nas comunidades e povos tradicionais, indígenas e afrodescendentes.	<i>Meta:</i> Uma atividade promovida pelo SEM ao ano. <i>Prazo:</i> contínuo

<p>2) Veicular campanhas educativas relacionadas à diversidade cultural do Estado nos meios de comunicação (rádio, jornal, televisão e mídias sociais).</p>	<p><i>Meta:</i> Uma campanha ao ano. <i>Prazo:</i> contínuo</p>
<p>3) Incentivar e viabilizar a participação de representantes de comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas em fóruns, órgãos colegiados, conselhos e outras instâncias consultivas ou deliberativas do setor museal da área cultural.</p>	<p><i>Meta:</i> No mínimo um assento em cada instância em dois anos. <i>Prazo:</i> contínuo</p>
<p>4) Estimular a participação de membros das comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas nos museus, através de curadorias, consultorias, capacitações, oficinas ou como membros dos conselhos.</p>	<p><i>Meta:</i> No mínimo uma ação realizada pelo SEM ao ano. <i>Prazo:</i> contínuo</p>
<p>5) Premiar iniciativas e ações que tenham promovido a valorização, registro, preservação e difusão relacionadas às culturas indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais.</p>	<p><i>Meta:</i> Um prêmio ao ano. <i>Prazo:</i> contínuo</p>
<p>6) Incentivar a descentralização por parte dos museus em ações que alcancem os públicos, comunidades e outras instituições que o cercam.</p>	<p><i>Meta:</i> No mínimo uma ação realizada pelo SEM ao ano. <i>Prazo:</i> contínuo</p>

Estratégia 02: Estimular o diálogo multicultural com os países fronteiriços e outros estados brasileiros, levando em conta as realidades locais de formação e desenvolvimento para a reflexão e intercâmbio de experiências.

<u>Ações</u>	<u>Metas</u>
1) Realização de fóruns, seminários, encontros e festivais entre dirigentes e profissionais dos museus dos países que compõem o Mercosul e fazem fronteira com o RS.	<p><i>Meta 1:</i> Realização de 04 eventos presenciais e/ou híbridas.</p> <p><i>Meta 2:</i> Realização de 01 evento presencial ou virtual a cada ano.</p> <p><i>Prazo:</i> 10 anos</p>

Diretriz 02: Elaborar, implementar e promover políticas públicas voltadas para a acessibilidade universal, abrangendo as dimensões atitudinal, arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica e programática nos museus e casas de memória.

Estratégia 01: Investir e qualificar os profissionais dos museus, especialmente aqueles da ação educativa e sociocultural, visando a acessibilidade universal.

<u>Ações</u>	<u>Metas</u>
1) Promover eventos (presenciais ou virtuais) de formação acerca das dimensões da acessibilidade universal e dos recursos de tecnologia assistiva.	<p><i>Meta 1:</i> Realização de 04 eventos</p> <p><i>Meta 2:</i> Alcançar 50% dos museus cadastrados no SEM/RS.</p> <p><i>Prazo:</i> 2 anos.</p>

2) Financiar, através de editais, projetos voltados para construção de Programas de Acessibilidade, ou para a aquisição e implementação de recursos de tecnologia assistiva.	<i>Meta 1:</i> Um edital a cada três anos. <i>Prazo:</i> 3 anos.
3) Elaborar e difundir normativas e iniciativas que estejam em consonância com a Política Nacional de Museus que auxiliem e orientem a atuação técnica e institucional dos museus no que toca o acolhimento de públicos com foco na acessibilidade universal.	<i>Meta 1:</i> Criação e atualização contínua das normativas que se referem a acessibilidade das instituições museológicas. <i>Prazo:</i> 2 anos.

Diretriz 03: Criação e fomento de ações de apoio à informatização dos museus do Rio Grande do Sul, em consonância com a Política Nacional de Museus.

Estratégia 01: Investir na qualificação dos profissionais de museus quanto à informatização de suas ações institucionais no que toca a preservação, a pesquisa e a comunicação.

<u>Ações</u>	<u>Metas</u>
1) Promover eventos (presenciais ou virtuais) de formação e apoio à criação de redes virtuais de informação entre os museus, a fim de facilitar a pesquisa, o desenvolvimento dos profissionais de museus e democratizar o acesso ao conhecimento e ações produzidas pelos	<i>Meta 1:</i> Realização de 02 eventos (presencial ou virtual). <i>Prazo:</i> 1 evento por ano. <i>Meta 2:</i> Alcançar 40% dos museus cadastrados no SEM/RS. <i>Prazo:</i> 2 anos.

mesmos.	
---------	--

Estratégia 02: Apoiar a estruturação dos processos de informatização dos museus.

<u>Ações</u>	<u>Metas</u>
1) Financiar e estimular, através de editais, projetos voltados para qualificação e instrumentalização das estruturas de informatização das instituições.	<i>Meta 1:</i> Elaboração de editais anuais com foco na informatização de instituições ainda não contempladas. <i>Prazo:</i> Anual
2) Elaborar e difundir normativas em consonância com a Política Nacional de Museus que auxiliem e orientem a atuação técnica das instituições museológicas no que toca a informatização de seus acervos e ações.	<i>Meta 1:</i> Criação e atualização contínua das normativas que se referem a informatização das instituições museológicas. <i>Prazo:</i> Contínuo.

Eixo 3: Políticas de Financiamento e Fomento aos Museus do RS

Diretriz 01: Fortalecer, ampliar e democratizar as formas de obtenção de recursos alternativos, bem como as políticas públicas direcionadas às ações museais que garantam o fomento de ações de divulgação, valorização, preservação e difusão das diversas manifestações culturais.

Estratégia 01: Elaborar estudos e diagnósticos sobre a situação financeira dos museus do Rio Grande do Sul.

<u>Ações</u>	<u>Metas</u>
1) Realizar estudo sobre as fontes de financiamento dos museus do Rio Grande do Sul, verificando a existência ou não de previsão orçamentária, organismo de apoio, fontes alternativas para recursos entre outras possibilidades	<i>Meta 1:</i> Realização de 01 pesquisa <i>Prazo:</i> 2 anos
2) Realizar estudos acerca dos indicadores culturais que fortaleça a economia dos museus	<i>Meta 1:</i> Ao menos um estudo em cinco anos. <i>Prazo:</i> 5 anos.

Estratégia 02: Promover e orientar quanto a criação ou reestruturação de órgãos de apoio para os museus do Rio Grande do Sul, como as Associações de Amigos.

<u>Ações</u>	<u>Metas</u>
1) Realizar cursos e oficinas sobre o tema.	<i>Meta 1:</i> 01 em cada região museológica <i>Prazo:</i> 10 anos
2) Produzir e veicular material informativo sobre criação de Associações de Amigos e outras fontes alternativas de recursos para os museus do Rio Grande do Sul.	<i>Meta 1:</i> Produção de 01 manual <i>Prazo:</i> 2 anos <i>Meta 2:</i> Distribuição em pelo menos

	<p>70% dos museus do Rio Grande do Sul,</p> <p>em todas as regiões museológicas</p> <p><i>Prazo: 10 anos</i></p>
--	--

Estratégia 03: Fortalecer e ampliar os editais realizados via Fundo de Apoio à Cultura (FAC) voltados para Museus, bem como os projetos viabilizados pela Lei de Incentivo à Cultura (LIC).

<u>Ações</u>	<u>Metas</u>
1) Lançamento sistemático do Edital FAC dos Museus.	<p><i>Meta 1:</i> 01 edital por ano.</p> <p><i>Prazo:</i> Contínuo.</p>
2) Promoção e orientação dos editais voltados aos museus nas regiões museológicas.	<p><i>Meta 1:</i> As formações devem abranger todas as 7 Regiões Museológicas;</p> <p><i>Prazo:</i> Contínuo.</p>
3) Elaboração e veiculação de material (impresso ou virtual) acerca das possibilidades e orientações para a realização de projetos pela LIC.	<p><i>Meta 1:</i> Realização de 02 oficinas por ano.</p> <p><i>Prazo:</i> Contínuo.</p>
4) Elaboração dos critérios de editais com a colaboração do Sistema Estadual de Museus e o Colegiado Setorial de Museus.	<p><i>Meta:</i> 1 a cada 10 anos.</p> <p><i>Prazo:</i> Contínuo.</p>
5) FAPERGS - Estabelecer uma linha fomento para pesquisa em museus.	<p><i>Meta:</i> Uma linha em 5 cinco.</p> <p><i>Prazo:</i> 5 anos.</p>

Eixo 4: Políticas de Capacitação e Formação

Diretriz 01: Qualificar e capacitar as equipes dos museus, de forma interdisciplinar e abrangendo a diversidade cultural dos acervos e museus do Estado.

Estratégia 01: Promover, facilitar e viabilizar o conhecimento nas áreas relacionadas aos museus

<u>Ações</u>	<u>Metas</u>
1) Produzir e veicular “programas on-line” acerca de temas e conceitos relativos ao campo museal.	<i>Meta 1:</i> Realizar no “Mês dos Museus” programas abordando a temática proposta pelo ICOM - Museus das 7 Regiões Museológicas. <i>Meta quantitativa:</i> museus cadastrados no SEM/RS <i>Prazo:</i> um (01) ano
2) Realizar oficinas de capacitação para as atividades operacionais nas 7 regiões museológicas – formato híbrido.	<i>Meta 1:</i> Realizar uma (01) oficina de capacitação por região museológica presencial / on-line <i>Prazo:</i> 07 oficinas em dois anos
3) Implementar Curso (EAD) de acordo com as necessidades de cada Região Museológica	<i>Meta 1:</i> Firmar parcerias com as Universidades com Cursos de Museologia, Conservação, História e afins. <i>Meta 2:</i> Trabalhar por meio do RSCriativo na contratação de profissionais para execução dos Cursos EAD. <i>Meta 3:</i> Garantir ações conjuntas com os Conselhos Municipais de Cultura (Fundos) e/ou Sistemas Municipais de Cultura e parceria com FAPERGS

	Prazo: 4 anos
--	---------------

Eixo 5: Políticas de Aquisição e Gerenciamento de Acervos e Bens Culturais

Diretriz 01: Potencializar o processo documental dos acervos museológicos.

Estratégia 01: Capacitação e instrumentalização dos profissionais atuantes nas instituições e contratação de profissionais para atuarem em gestão e conservação de acervos.

<u>Ações</u>	<u>Metas</u>
1) Realização de oficinas de capacitação.	<i>Meta 1:</i> Organizar duas oficinas anuais por região museológica. Online e presenciais. Prazo: 1 ano
2) Concursos públicos e Contratações de profissionais para gestão e conservação de acervos.	<i>Meta 1:</i> 30% dos museus do Rio Grande do Sul com corpo técnico Prazo: 10 anos

Estratégia 02: Incentivar e disponibilizar a pesquisa e a documentação dos museus em bancos de dados.

<u>Ações</u>	<u>Metas</u>

<p>1) Realização de fóruns de discussão, envolvendo as regiões museológicas, apresentando ferramentas e alternativas para documentação e divulgação, visando interoperabilidade na divulgação dos acervos.</p>	<p><i>Meta 1:</i> Criação de 01 plataforma online para as discussões. <i>Prazo:</i> 1 ano</p>
<p>2) Promover ferramentas para documentação e divulgação de acervos museológicos em meio virtual.</p>	<p><i>Meta 1:</i> Implementação de ferramenta em 20% dos museus do Rio Grande do Sul. <i>Prazo:</i> 10 anos</p>

Diretriz 02: Elaborar, promover e implementar políticas de democratização dos acervos, garantindo sua salvaguarda e novas aquisições, tendo como horizonte a renovação da produção simbólica e da diversidade cultural.

Estratégia 01: Estabelecer política estadual de preservação e aquisição e descarte de acervos que possa servir de referência para os museus ou para iniciativas de ação museológicas adotarem suas próprias políticas.

<p><u>Ações</u></p>	<p><u>Metas</u></p>
<p>1) Desenvolver uma comissão para criação de políticas de aquisição, descarte, documentação, pesquisa e conservação dos acervos nos níveis municipais e estaduais.</p>	<p><i>Meta 01:</i> Realização de seminário bianual com a temática, sob organização das regiões museológicas; <i>Prazo:</i> contínuo</p>

Diretriz 03: Inventariar e diagnosticar a realidade da gestão de acervos dos Museus do Estado do Rio Grande do Sul.

Estratégia 01: Estabelecer um levantamento das condições da gestão de acervos nos museus que compõem as 7 regiões museológicas do SEM.

<u>Ações</u>	<u>Metas</u>
1) Criação de um GT permanente para desenvolvimento e avaliação de instrumentos para identificação e avaliação da situação da documentação museológica nos museus das sete regiões do SEM.	<i>Meta 01:</i> Criação de ferramentas para coleta de dados, aplicação e avaliação dos resultados. <i>Prazo:</i> 3 anos.

MOÇÕES - ASSEMBLÉIA GERAL SEM/RS

1. Pela não realização da 4ª Conferência Estadual de Cultura em 2022, e seu adiamento para 2023

Apresentada por: Colegiado Setorial de Museus/RS [Joel Santana]

2. Pela revogação da Normativa nº1 do IBRAM, que não permite o registro de Museus Virtuais pelo IBRAM

Apresentada por: Curso de Museologia UFPel [Diego Lemos Ribeiro]

3. De apoio aos Museus Histórico Regional (MHR) e de Artes Visuais Ruth Schneider (MAVRS) de Passo Fundo

Apresentada por: Grupo em Defesa dos Museus MAVRS - MHR [Flávia Biondo]

4. De apoio a criação do cargo de Museólogo no quadro do Estado do Rio Grande do Sul. Com criação de comissão, para tal.

Apresentada por: Hilda Alice Gastal

PROGRAMA DO 14º FÓRUM ESTADUAL DE MUSEUS/RS

Políticas Públicas para Museus: os 20 anos da Carta de Rio Grande

24 a 27 maio 2022

Local: Universidade Federal de Pelotas, em Pelotas RS

Informações: Sistema Estadual de Museus/RS

e-mail: 14forumdemuseusrs@gmail.com

TERÇA-FEIRA, 24/05/2022	
09h	Credenciamento Local: Hall Auditório Centro de Artes UFPel
09h30m	Sessão Solene de Abertura Secretária de Estado da Cultura: Beatriz Araujo Coordenadora do SEM/RS: Carine Duarte Coordenador representante dos coordenadores regionais: Adilson Nunes Oliveira Reitora da Universidade Federal de Pelotas: Isabela Fernandes Andrade Coordenador do Curso de Museologia da UFPel: Daniel Maurício Vianna de Souza Prefeita de Pelotas: Paula Mascarenhas Secretário Municipal de Cultura: Paulo Pedroso Local: Auditório Centro de Artes UFPel
09h50m	Apresentação musical Local: Auditório Centro de Artes UFPel

10h15m	<p>Mesa-Redonda: “20 anos da Carta de Rio Grande”</p> <p>José do Nascimento Junior</p> <p>Simone Flores Monteiro</p> <p>Coordenação da mesa: Noris Leal</p> <p>Local: Auditório Centro de Artes UFPel</p>
12hs	<p>Intervalo para almoço</p>
13h30m às 18hs	<p>Comunicações</p> <p>1 - Gestão de Acervos (Aquisição, Documentação, Informatização e Conservação)</p> <p>Coordenação: Ana Celina Figueira da Silva; Joana Lizott; Noris Mara Pacheco Martins Leal; Welington Ricardo Machado da Silva.</p> <p>2 - Comunicação (Exposições, Educação em Museus).</p> <p>Coordenação: Andréia Becker; Carla Gastaud; Margarita Kremer; Vanessa Barrozo Teixeira Aquino.</p> <p>3 - Museologia Social</p> <p>Coordenação: Daniel Maurício Vianna de Souza; Eráclito Pereira; Joclem Mariza Soares Fernandes; Pedro Vargas.</p> <p>4 - Gestão em Museus (Plano Museológico e Projetos Culturais).</p> <p>Coordenação: Augusto Duarte Garcia; Deise Formolo; Diego Lemos Ribeiro; Márcia Bertotto.</p> <p><i>*Apresentações on-line.</i></p>
18h30m	<p>Lançamento da 4ª Edição do Guia Estadual de Museus</p> <p>Entrega dos Certificados aos Museus Cadastrados ao SEM após o 13º Fórum Estadual de Museus/RS.</p> <p>Lançamentos de publicações dos parceiros</p> <p>Local: Museu do Doce da UFPel</p>

QUARTA-FEIRA, 25/05/2022

Mesa-Redonda: Política Nacional de Museus, Sistemas Nacional e Estadual de Cultura

09h

Simone Flores Monteiro (Museu de Ciência e Tecnologia da PUCRS)

Ana Ramos Rodrigues Castro (PPG em Políticas Públicas da UFRGS)

Márcia Bertotto (Museologia e PPGMUSPA UFRGS)

Coordenação da mesa: Carine Duarte SEM/RS-Sedac) e Joel Santana

Local: Auditório Centro de Artes UFPel

10h20m

Intervalo

Apresentação do Colegiado Setorial de Museus – Rio Grande do Sul: Plano Estadual de Museus

10h30m

Andréia Becker (Coordenadora CSM)

Augusto Duarte Garcia (Vice-Coodenador CSM)

Coordenação da mesa: Joana Lizott (Malg UFPel)

Local: Auditório Centro de Artes UFPel

11h30m

Intervalo para almoço

Grupos de Trabalho

GT 1 – Políticas de Gestão e Organização do Setor Museológico (Plano Museológico)

Organização: Cláudio Braum, Joel Santana, Márcia Bertotto, Welington Ricardo Machado da Silva.

GT 2 – Políticas de Democratização e Acesso aos Bens Culturais (Comunicação, Exposições, Educação em Museus).

Organização: Andréia Becker, Flávia Biondo da Silva, Márcia Vargas, Vanessa Barrozo Teixeira Aquino.

13h30m
às 18hs

GT 3- Políticas de Financiamento e Fomento aos Museus do RS (Editais de Fomento - FAC dos Museus, LIC, Lei Rouanet, TACs)

Organização: Augusto Duarte Garcia, Daniela Schmitt, Deise Formolo

GT 4 – Política de Capacitação e Formação (Fóruns de Museus, Oficinas de capacitação e Seminários)

Organização: Adilson Nunes de Oliveira, Carine Duarte, Sarah Maggitti.

GT 5 – Políticas de Aquisição e Gerenciamento de Acervos e Bens Culturais (Aquisição, Documentação, Informatização e Conservação)

Organização: Ana Celina Figueira da Silva, Andréa Bachettini, Joana Lizott , Noris Leal.

QUINTA-FEIRA, 26/05/2022

Mesa-Redonda: Perspectivas para os Museus do Rio Grande do Sul pós-pandemia COVID-19

09h

Representante do SEM/RS-Sedac - Carine Duarte

Representantes de Sistemas Municipais: São Leopoldo e SM Pelotas - Joel Santana e Fabiane Moraes

Representantes das Redes de Museus universitários: Rede de Museus e Acervos da UFRGS - REMAM e Rede de Museus da UFPel - Eliane Muratore e Noris Leal

Coordenação da mesa: Doris Couto (Museu Julio de Castilhos-Sedac)

Local: Auditório Centro de Artes UFPel

10h20m Intervalo

Mesa-Redonda: Desafios da Diversidade Cultural nos Museus do RS

Pedro Vargas (Museu de Percurso)

Sátira Pereira Machado (UNIPAMPA)

Benito Schmidt (UFRGS)

Letícia Bauer (Memorial do Rio Grande do Sul e MARS - Sedac)

Coordenação da mesa: Maria Helena Sant'Ana - (MARS-Sedac)

Local: Auditório Centro de Artes UFPel

10h30m

11h30m Intervalo para almoço

Assembleia geral do SEM/RS:

Apresentação dos resultados dos trabalhos dos GTS e temas gerais.

Local: Auditório Centro de Artes UFPel

13hs

17h30m Intervalo

Conferência de Encerramento: "Políticas Públicas para museus: diversidade"

Prof. Daniel Maurício Vianna de Souza (Museologia UFPel)

Coordenação da mesa: Matheus Cruz (Museu do Doce UFPel)

Local: Auditório Centro de Artes UFPel

17h45m

Confraternização de encerramento

19h

jantar por adesão

Fotografias

A Sessão Solene de Abertura do 14º Fórum Estadual de Museus do RS - Políticas Públicas para Museus: os 20 anos da Carta de Rio Grande, ocorreu no dia 24 de maio de 2022, contou com a presença dos seguintes representantes: Beatriz Araujo (Secretária de Estado da Cultura), Carine Duarte (Coordenadora do SEM/RS), Adilson Nunes Oliveira (Coordenador representante dos coordenadores regionais), Isabela Fernandes Andrade (Reitora da Universidade Federal de Pelotas), Daniel Maurício Vianna de Souza (Coordenador do Curso de Museologia da UFPel), Paula Schild Mascarenhas (Prefeita de Pelotas), Paulo Pedrozo (Secretário Municipal de Cultura) e Noris Leal (Coordenação da mesa). Apresentação musical do Clube do Choro de Pelotas.



Fotografia: UFPel Oficial - Kátia Helena Dias.



Fotografia: UFPel Oficial - Kátia Helena Dias.



Fotografia: UFPel Oficial - Kátia Helena Dias.



Fonte: UFPel Oficial - Kátia Helena Dias.

A mesa-redonda intitulada “20 anos da Carta de Rio Grande”, ocorreu no dia 24 de maio de 2022, contou com a participação do José do Nascimento Junior (Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz), Simone Flores Monteiro (Museu de Ciências e Tecnologia da PUCRS) e a mediação ficou por conta de Noris Leal (Museologia UFPel).



Fotografia: UFPel Oficial - Kátia Helena Dias.



Fotografia: UFPel Oficial - Kátia Helena Dias.



Fotografia: UFPel Oficial - Kátia Helena Dias.



Fotografia: UFPel Oficial - Kátia Helena Dias.

Para encerrar o primeiro dia do evento, o dia 24 de maio de 2022, contou com a entrega dos Certificados aos Museus Cadastrados ao SEM após o 13º Fórum Estadual de Museus/RS. Na mesma noite houve o aguardado lançamento da 4ª Edição do Guia Estadual de Museus. Apresentação do catálogo da exposição “O Nosso Lugar: 15 anos do Curso de Museologia/UFPeI” pelo Coordenador do Curso de Museologia da UFPeI, Daniel Maurício Vianna de Souza. E o lançamento do livro “A trajetória de uma construção patrimonial: Um Museu para a tradição doceira de Pelotas” da autora Noris Leal.



Fotografia: UFPeI Oficial - Kátia Helena Dias.



Fotografia: UFPel Oficial - Kátia Helena Dias.



Fotografia: UFPel Oficial - Kátia Helena Dias.



Fotografia: UFPel Oficial - Kátia Helena Dias.

A mesa-redonda intitulada "Política Nacional de Museus, Sistemas Nacional e Estadual de Cultura", ocorreu no dia 25 de maio de 2022, contou com a participação de Simone Flores Monteiro (Museu de Ciência e Tecnologia da PUCRS), Ana Ramos Rodrigues Castro (PPG em Políticas Públicas da UFRGS), Márcia Bertotto - Museologia e PPGMUSPA UFRGS e a coordenação da mesa ficou a cargo de Carine Duarte (SEM/RS-Sedac) e Joel Santana (SIMMEM São Leopoldo).



Fotografia: UFPel Oficial - Kátia Helena Dias.



Fotografia: UFPel Oficial - Kátia Helena Dias.



Fotografia: UFPel Oficial - Kátia Helena Dias.



Fotografia: UFPel Oficial - Kátia Helena Dias.

A mesa-redonda intitulada “Apresentação do Colegiado Setorial de Museus – Rio Grande do Sul: Plano Estadual de Museus”, ocorreu no dia 25 de maio de 2022, contou com a participação de Joel Santana (SIMMEM São Leopoldo), Augusto Duarte Garcia (Fototeca Municipal Ricardo Giovaninni), Deise Formolo (Museu do Imigrante) e a Coordenação da mesa ficou com Joana Lizott (Malg UFPel).



Fotografia: UFPel Oficial - Kátia Helena Dias.



Fotografia: UFPel Oficial - Kátia Helena Dias.



Fotografia: UFPel Oficial - Kátia Helena Dias.



Fotografia: UFPel Oficial - Kátia Helena Dias.

A mesa-redonda intitulada “Perspectivas para os museus do Rio Grande do Sul pós-pandemia Covid-19”, ocorreu no dia 26 de maio de 2022, contou com a participação de Carine Duarte (Representante do SEM/RS-Sedac), Joel Santana (Representante do Sistema Municipal de São Leopoldo), Fabiane Moraes (Representante do Sistema Municipal de Pelotas), Eliane Muratore (Representante da Rede de Museus | Acervos da UFRGS - REMAM), Noris Leal (Representante da Rede de Museus da UFPel) e a Coordenação da mesa com Doris Couto (Museu Julio de Castilhos-Sedac).



Fotografia: UFPel Oficial - Kátia Helena Dias.



Fotografia: UFPel Oficial - Kátia Helena Dias.



Fotografia: UFPel Oficial - Kátia Helena Dias.



Fotografia: UFPel Oficial - Kátia Helena Dias.



Fotografia: UFPel Oficial - Kátia Helena Dias.



Fotografia: UFPel Oficial - Kátia Helena Dias.

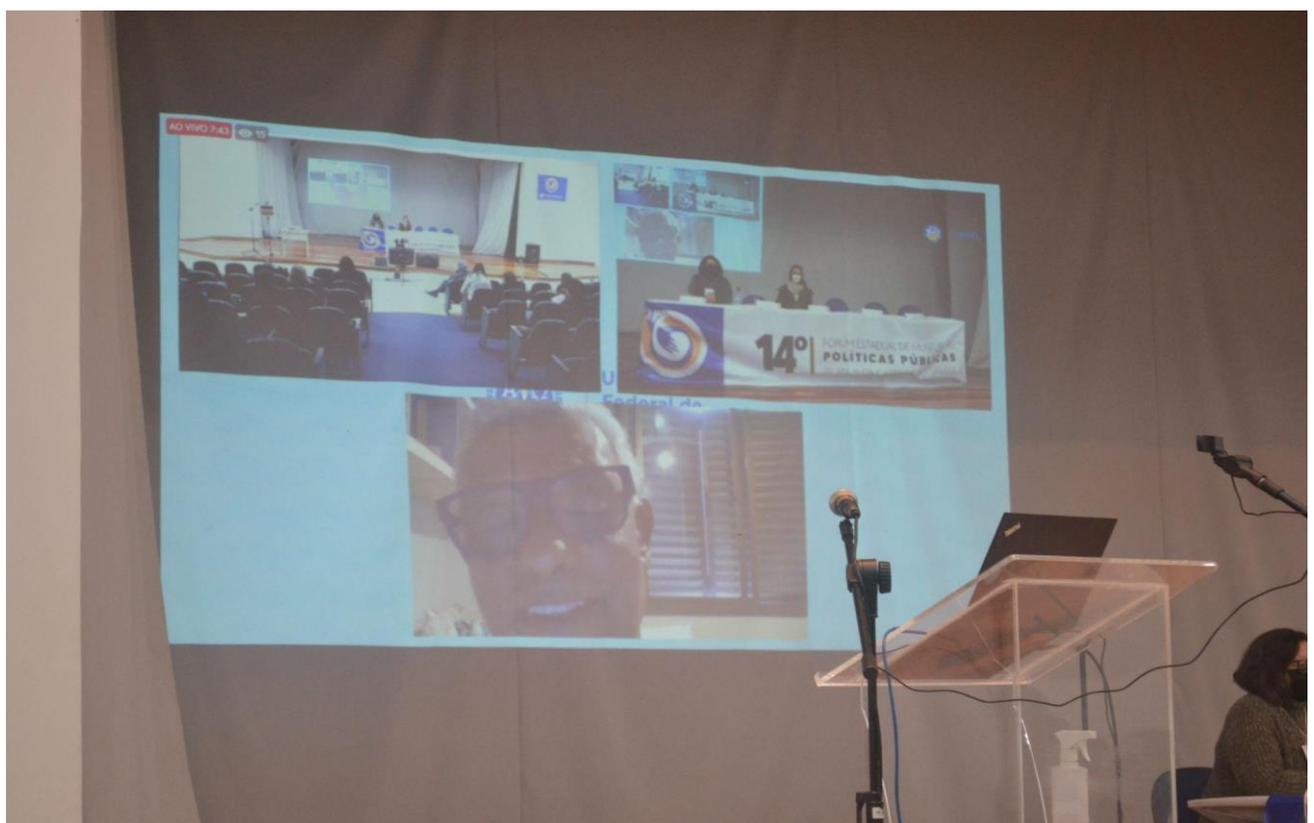
A mesa-redonda intitulada “Desafios da diversidade cultural nos museus do RS”, ocorreu no dia 26 de maio de 2022, contou com a participação de Pedro Vargas (Museu de Percurso), Sátira Pereira Machado (Unipampa), Benito Schmidt (UFRGS), Letícia Bauer (Memorial do Rio Grande do Sul e MARS - Sedac) e a Coordenação da mesa com Noris Leal - (Museologia UFPel).



Fotografia: UFPel Oficial - Kátia Helena Dias.



Fotografia: UFPel Oficial - Kátia Helena Dias.



Fotografia: UFPel Oficial - Kátia Helena Dias.

No dia 26 de maio de 2022, ocorreu “Assembleia Geral do SEM/RS: Apresentação dos resultados dos trabalhos dos GTS e temas gerais”.



Fotografia: Nicóly Ayres Silva.



Fotografia: Nicóly Ayres Silva.



Fotografias: Nicóly Ayres Silva.



Fotografia: Nicóly Ayres Silva.

A conferência de encerramento “Políticas públicas para museus: diversidade”, ocorreu no dia 26 de maio de 2022, contou com a participação de Daniel Maurício Viana de Souza (Museologia - UFPel) e mediação por Matheus Cruz (Museu do Doce - UFPel).



Fotografia: Nicóly Ayres Silva.



Fotografia: Nicóly Ayres Silva.

No dia 27 de maio de 2022, ocorreu a visita aos museus da Universidade Federal de Pelotas: Museu do Doce, Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo e o Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter e o prédio da Secretária Cultural da cidade de Pelotas.



Fotografias: Carine Duarte.



Fotografias: Carine Duarte.



Fotografias: Carine Duarte.



Fotografias: Carine Duarte.



Fotografia: Carine Duarte.